

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

TIAGO LEVI DINIZ LIMA

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE REGIME NO EGITO
E NA TUNÍSIA**

**RECIFE-PE
2014**

TIAGO LEVI DINIZ LIMA

**O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE REGIME NO EGITO E
NA TUNÍSIA**

Dissertação de Mestrado elaborada como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto.

**RECIFE-PE
2014**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L732p Lima, Tiago Levi Diniz.
O Processo de transição de regime no Egito e na Tunísia / Tiago Levi Diniz Lima. – Recife, O autor, 2014.
134 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Borges Gama Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política, 2014.
Inclui referências e anexo.

1. Ciência Política. 2. Civilização árabe. 3. Egito. 4. Tunísia. 5. Democracia - Consolidação. I. Gama Neto, Ricardo Borges (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2014-92)

Ata da Reunião da Comissão Examinadora para julgar a Dissertação do aluno **Tiago Levi Diniz Lima**, intitulada: **“O Processo de Transição de Regime no Egito e na Tunísia”**, na Área de concentração Estado e Governo, e Linha de pesquisa Instituições Políticas e Controles Democráticos, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Às 09 horas do dia 14 de julho de 2014, no Auditório do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, reuniram-se os membros da Comissão Examinadora para defesa de Dissertação do Mestrando Tiago Levi Diniz Lima, intitulada: **“O Processo de Transição de Regime no Egito e na Tunísia”**, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, composta pelos professores doutores: Ricardo Borges Gama Neto (Orientador), Marcelo de Almeida Medeiros (Examinador Interno) e Janina Onuki (Examinadora Externa). Sob a presidência do primeiro, realizou-se a arguição do candidato Tiago Levi Diniz Lima. Cumpridas todas as disposições regulamentares, a Comissão Examinadora considera a Dissertação APROVADA. E nada mais havendo a tratar, eu, Daniel Neto Bandeira, secretário do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, lavrei a presente Ata que dato e assino com os membros da Comissão Examinadora. Recife, 14 de julho de 2014.

Daniel Neto Bandeira (Secretário)

Confere com o original

CFCH 04/09/2014

Prof^o Dr. Ricardo Borges Gama Neto (Orientador)

Daniel Neto Bandeira
Secretário do Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política
UFPE
SIAPE: 147772

Prof^o Dr. Marcelo de Almeida Medeiros (Examinador Interno)

Prof^a Dr^a Janina Onuki (Examinadora Externa)

Tiago Levi Diniz Lima (Mestre)

Aos meus Pais (José Geraldo de Lima e Maria de Fátima Diniz), pelo suporte emocional e por sempre se mostrarem tão empolgados com meus trabalhos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo aos meus pais e irmãos por todo o suporte emocional. Viver em uma família que demonstra um apoio irrestrito, por mais dispersos que meus caminhos possam parecer é realmente uma dádiva.

Ao meu Orientador Dr. Ricardo Borges por aceitar o desafio de orientar alguém que veio de uma área tão distinta da Ciência Política. Deixo claro que durante todo esse período como seu orientando, aprendi muito e me diverti bastante com nossas conversas. Mais uma vez, obrigado por tudo.

Ao meu amigo e eterno orientador, Dr. Valdir Balbino, vou ser eternamente grato por todos os conselhos e por tornar viável meu estudo em Ciência Política. Por representar o modelo de profissional ao qual me espelho, reintegro mais uma vez, que é uma honra poder falar que um dia foi seu aluno.

Agradeço a todos os professores do Departamento de Ciência Política/UFPE por todo conhecimento adquirido nesse mestrado. Agradeço em especial à: Marcus André (por me mostrar como a política pode ser tão fascinante); Jorge Zaverucha (por me ajudar a entender a complexidade do mundo árabe e por oferecer a base dos meus estudos sobre teoria democrática) e a Marcelo Medeiros (pelas construtivas críticas apresentadas na qualificação que tornaram possíveis desenvolver um trabalho mais sólido). Aproveito ainda para agradecer a todos os colegas de turma pelos momentos de descontração e ajuda. Em especial a Carlos Crêspo, João Antônio e Sthepanhie Queiroz.

Ao Professor e amigo André Régis de Carvalho por ser a pessoa que primeiro pensou no meu objeto de pesquisa e que depositou a confiança no meu trabalho. Posso dizer que devo muito do meu sucesso profissional a você. Por isso muito obrigado.

Aos amigos de trabalho e de universidade obrigado por se fazerem presentes e por acompanharem meu desenvolvimento como profissional. Obrigado ainda pelos momentos de descontração que tornam meus dias mais agradáveis. Em especial agradeço a Vitor Diniz, Allan Torres, Alexandre Lindenberg, Rodrigo França, Daniel da Hora, Radamés Marques, Marina Corrêa, Marcello Mendonça, Renato Hayashi, Woody Willen, Eduardo Bandeira e Renato Souza.

Não poderia esquecer dos amigos de longa data, Carlos (Jabuti) e Marcus (Sergipe) pelo companheirismo, pelo suporte e pelos acalorados debates que iam de

Genética Forense até chegar nos levantamentos árabes de 2011, logicamente com uma boa pitada de futebol no meio.

Por fim, termino por agradecer a Rafaela Albuquerque Gonçalves, amiga, companheira e a pessoa que dá sentido a minha vida. Obrigado por acreditar em mim, mesmo quando eu já não acredito, e obrigado ainda por se fazer presente em minha vida de maneira tão intensa.

***"The situation will never be as bad as it was before. It will always be better because Egyptians have learnt how to say no".
(Ramy Essam)***

RESUMO

O Mundo Árabe foi por muito tempo apontado como um local inóspito ao desenvolvimento da democracia. Não obstante, uma série de levantes populares na região suscitou em 2011, a esperança que países árabes desenvolvessem mecanismos capazes de fomentar uma transição democrática. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo inicial explicar sobre as variáveis independentes que inibiram uma transição democrática nas décadas passadas e que agora serviram como força motriz para as modificações de regime no Mundo Árabe, em especial na Tunísia e no Egito. *A posteriori*, iremos nos debruçar sobre as variáveis independentes que influenciarão na consolidação da democracia nos dois países que iniciaram os levantes da Primavera árabe. A hipótese que norteia esse trabalho é a ideia de que apesar de terem realizado uma transição de regime na mesma época e por motivos semelhantes, Tunísia e Egito vão seguir caminhos distintos. Ao final do estudo, depois de confrontar diversas fontes de informação, concluiremos que todas as variáveis independentes se apresentam favoráveis à consolidação da democracia na Tunísia. No Egito, em contraste, a conjuntura não se apresenta favorável ao desenvolvimento da democracia, o que terá como consequência a estagnação do país em uma semidemocracia.

Palavras-chave: *Primavera árabe, Transição democrática, Egito, Tunísia.*

ABSTRACT

For many years, the Arab world has been considered an inconvenient region for democracy's development. Nevertheless, in 2011, popular manifestations resurrected the hope for Arab countries to develop mechanisms able of favoring democratic transitions. The first step of this work aims to explain the independent variables responsible for inhibiting transitions during the last decades and that now serve as the main causes behind regime modifications in the area, especially in Tunisia and Egypt. The second one consists of analyzing the independent variables which influence democratic consolidation in these two countries. The general hypothesis is that, although their regime transitions occurred at the same time and were implied by similar reasons, Tunisia and Egypt will go through different institutional paths. After confronting various sources of data, this study concludes that the independent variables display a more favorable scenario for democratic consolidation in Tunisia rather than in Egypt, where a semidemocratic regime seems the most plausible consequence.

Keywords: Arab Spring; Democratic Transitions, Egypt, Tunisia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: EVOLUÇÃO DA TEORIA DEMOCRÁTICA	20
CAPÍTULO 2: A TERCEIRA ONDA E A EXCEPCIONALIDADE ÁRABE	38
CAPÍTULO 3: A PRIMAVERA ÁRABE	58
CAPÍTULO 4: O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO EGITO E NA TUNÍSIA	85
CONCLUSÕES	121
REFERÊNCIAS	124
ANEXO	132

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Os países que fazem parte da Região do Oriente Médio e Norte da África (MENA) são: Arábia Saudita; Argélia Bahrein; Egito; Emirados Árabes Unidos; Iêmen; Irã; Iraque; Israel; Jordânia; Kuwait; Líbano; Líbia; Marrocos; Omã; Qatar; Síria e Tunísia. 33
- Figura 2 Distribuição geográfica das cidades de Túnis (Capital), Monastir e Sidi Bouzid. A capital fica ao norte, sendo representada na figura pela letra A. Monastir, assim como a capital é uma cidade litorânea, sendo representada na figura pela letra b. A letra C representa a cidade de Sidi Bouzid, onde os protestos se iniciaram. 60
- Figura 3 Em dezembro de 2012, a constituição finalizada em novembro foi levada a população para ser aprovada em um referendo. Na foto é possível ver a cédula de votação. 112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da taxa de crescimento do PIB, durante os anos de 2000 a 2012. Valores em percentagem.	88
Gráfico 2	Evolução da taxa de inflação, durante os anos de 2000 a 2012. Valores em percentagem.	89
Gráfico 3	Evolução da taxa de desemprego, durante os anos de 2000 a 2011. Valores em percentagem.	90
Gráfico 4	Evolução do PIB per capita, durante os anos de 2000 a 2012.	91
Gráfico 5	Evolução da população urbana, durante os anos de 2000 a 2012. Valores em percentagem.	92
Gráfico 6	Porcentagem da população que foi alfabetizada. Dados incluem três categorias: Adultos (considerando indivíduos com mais de 15 anos), jovens (indivíduos entre 15 e 24 anos) e idosos (com mais de 65 anos). Para cada categoria foram estimados os valores totais e separados por gênero.	93
Gráfico 7	Evolução do número de crianças em idade para o primário, fora da escola. Durante os anos de 2000 a 2011. Valores em percentagem.	94
Gráfico 8	Evolução da porcentagem do PIB gasto em educação. Durante os anos de 2003 a 2008.	95
Gráfico 9	Evolução do número de mulheres matriculadas no ensino superior. Durante os anos de 2000 a 2010. As mulheres representam, desde 2002, mais da metade da população acadêmica na Tunísia.	96
Gráfico 10	Evolução da força laboral feminina, durante os anos de 2000 a 2010. Valores em percentagem.	97
Gráfico 11	Relação das variáveis utilizadas pelo The Economist para se traçar o rank dos países mais democráticos. As variáveis observadas são as seguintes: Score; Processo Eleitoral e Pluralismo; Funcionalidade do Governo; Participação Política; Cultura Política; Liberdades Cívicas.	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Classificação do Líbano, antes e durante a Guerra Civil, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.	34
Tabela 2	Classificação dos principais países da América Latina (entre os anos 76-79) e do Leste europeu (além dos três primeiros países europeus democratizados na década de 70), de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.	39
Tabela 3	Classificação dos principais países do Leste europeu entre 1989 e 1992 de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.	40
Tabela 4	Classificação dos principais países do Oriente Médio e Norte da África em dois momentos distintos: durante os anos de 1978/79 (primeira fase da terceira onda) e 1989/1990 (segunda fase), de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.	45
Tabela 5	Classificação dos principais países do Oriente Médio e Norte da África entre os anos de 1992 e 1994, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.	47
Tabela 6	PIB per capita, dos principais países democratizados durante a terceira onda. Em verde, o ano de início da transição democrática em cada país.	48
Tabela 7	PIB per capita, dos países do Oriente Médio e Norte da África durante os anos de 1980-1990.	55
Tabela 8	As monarquias árabes estão intimamente associadas a elevadas repressões a direitos políticos e liberdades civis. O Marrocos quase sempre foi uma exceção à regra. Para os anos de 2009/2011 Marrocos e Kuwait fora as monarquias consideradas parcialmente livres.	65
Tabela 9	PIB per capita, dos países do Oriente Médio e Norte da África durante os anos de 2000-2010.	68
Tabela 10	Proporção da força laboral desempregada durante os anos de 2007 e 2010. A maioria dos países árabes tem taxas de desemprego próximas a de países envolvidos em graves crises econômicas.	69
Tabela 11	Proporção da força laboral, entre 15 e 24 anos, desempregada nos anos de 2005, 2009 e 2010. No sexo feminino a taxa de desemprego é superior a de países em grave crise econômica.	70
Tabela 12	Media ponderada do preço dos principais tipos de <i>commodities</i> . Série histórica dos anos 2000 a 2010.	71
Tabela 13	Porcentagem da população que vive na zona urbana nos anos de 1980 e 2011.	72
Tabela 14	Número de estudantes no ensino superior entre os anos 1980/82 e 1995/97.	73
Tabela 15	Liberdade de imprensa nos países árabes durante os anos de 1995-1998.	74
Tabela 16	Porcentagem da população com acesso a internet durante os anos de 2000/2011 e 2010/2011.	75
Tabela 17	Número de aparelhos celulares durante os anos de 2000/2011 e 2010/2011.	76

Tabela 18	Liberdade de imprensa nos países árabes durante os anos de 2009-2011.	76
Tabela 19	Índice de liberdade na Internet proposto pela Freedom House. Na tabela estão presentes os índices de liberdade para o Egito, Tunísia e Jordânia durante os anos de 2009, 2011 e 2012.	77
Tabela 20	Classificação Egito e Tunísia, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.	98
Tabela 21	Classificação da liberdade de imprensa no Egito e Tunísia, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.	98
Tabela 22	Classificação da liberdade de internet no Egito e Tunísia, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.	99

LISTA DE SIGLAS

DMP- Distritos Mistos com Representação Proporcional
DP- Direitos Políticos
EUA- Estados Unidos da América
FMI- Fundo Monetário Internacional
ITU- International Telecommunication Union.
L- Livre
LC-Liberdades Cívicas
MENA- Middle East and North Africa
MENAP- Middle East , North Africa, Pakistan
MFA-Movimento das Forças Armadas
NL- Não Livre
ONU-Organização das Nações Unidas
PIB- Produto Interno Bruto
PIB-Produto Interno Bruto
PJD- Partido da Justiça e Desenvolvimento
PL- Parcialmente Livre
PLJ- Partido da Liberdade e da Justiça
RCD- Constitutional Democratic Rally
SCAF- Supreme Council of the Armed Forces
UCTAD- United Nations Conference on Trade and Development
UGTT- Union Générale du Travail Tunisienne
UNESCO-United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Parece existir na ciência política um consenso sobre a superioridade do arcabouço democrático sobre outras formas de regime político. Não obstante, os pesquisadores ainda não conseguiram estabelecer uma unanimidade sobre o conceito de democracia (GAMA NETO, 2011). Atualmente duas correntes podem ser observadas na ciência política: os Maximalistas versus os Procedimentalistas. Na visão dos Maximalistas o foco da democracia deve ser a qualidade inerente a ela, não se restringindo a regras. Em contraste, os procedimentalistas entendem a democracia como um método pelos quais os cidadãos buscam ter suas preferências atendidas, os procedimentalistas ainda são divididos em: subminimalistas e minimalistas .

Ainda que existam divergências sobre a melhor forma de se entender democracia, um ponto que pare ser comum é o fato de que o Oriente Médio/ Norte da África (MENA- Middle East , North Africa) têm se apresentado por muito tempo como um ambiente inóspito para o desenvolvimento da democracia. No Livro intitulado “A Terceira Onda”, Samuel Huntington (1994), procurou defender a teoria que os países se democratizaram em determinados períodos, o autor intitulou esses intervalos de democratização de “ondas democráticas”. Para Huntington (1994), o mundo moderno teria observado três ondas democráticas e duas ondas em sentido reverso.

A última das ondas democráticas teve início em 1974, com a deposição do regime de Marcelo Caetano em Portugal, sendo seguida de transições de regime na Grécia e Espanha. No final da década de 70, a terceira onda se espalhou para países da América Latina (como o Brasil) e para a região do Pacífico. Com a queda do regime comunista da URSS, os antigos Estados comunistas do leste europeu também promoveram mudanças de regime político. Como é possível perceber a terceira onda foi um evento global, mas apesar de sua grande dispersão ela não foi observada no mundo árabe.

A contínua presença de autocracias no mundo árabe promoveu ideia de estabilidade desses regimes, teoria que perdurou até os primeiros anos do século XXI. Em 2010, uma rebelião deflagrada na Tunísia se generaliza por toda a região do Oriente Médio e Norte da África e acaba por promover a ruptura com o paradigma da estabilidade autocrática no mundo árabe. A chamada Primavera Árabe promoveu uma mistura de sentimentos sobre o futuro dos países que dela fizeram parte. Passada a

euforia inicial, atualmente se observa que um descompasso entre as expectativas iniciais, geradas pelos levantes populares, com o curso dos regimes pós-primavera árabe. Alguns especialistas como Roy (2013), Stepan (2012) apresentaram uma visão mais positiva e esperançosa do processo enquanto que autores como Fradkin (2013) se mantêm pessimistas.

Em relação ao Egito e a Tunísia, os dois países promoveram uma ruptura com os regimes ditatoriais que os governavam, na mesma época. Nas eleições pós-revolução, os dois países tiveram como vencedores grupos políticos de orientação islâmica. Apesar dessas semelhanças existem divergências entre acadêmicos sobre os caminhos que cada país deverá seguir.

Em “*Guide to Methods for Students of Political Science*” Van Evera (1997) argumenta a necessidade de uma teoria atender critérios para ser considerada de qualidade¹. Entre preceitos apontados por Van Evera (1997) podemos destacar a necessidade de uma teoria ser falseável e de apresentar valor prescritivo.

Por falseável pode-se entender a possibilidade de uma teoria ser refutada por uma experiência empírica. De acordo com Schimidt & Santos (2007), o princípio da Falseabilidade foi desenvolvido por Karl Popper em oposição ao método indutivo, onde a partir de poucos exemplos, poderia se fazer generalizações. Uma teoria que se encontra impossibilitada de ser refutada não teria valor científico e teria apenas valor dogmático (como por exemplo, os pressupostos religiosos).

A riqueza prescritiva existiria em uma teoria, segundo Van Evera (1997), caso ela fosse capaz de identificar condições antecedentes necessárias para que determinado fato ocorresse. Nesse sentido, o entendimento dos mecanismos causais poderia criar a condição para incentivar ou mitigar determinados fenômenos.

No livro “A Terceira Onda”, Huntington (1994) procura desenvolver uma teoria para explicar o processo de democratização ocorrido em diversos países durante os anos de 1974 e 1991. Para atender o princípio da riqueza prescritiva, Huntington (1994) lança mão de cinco variáveis independentes que desempenharam influência no processo de transição democrática (variável dependente), as cinco variáveis foram: 1-

¹ De acordo com Van Evera (1997), as condições necessárias para uma teoria ser considerada de qualidade seriam: 1-Alto poder explanatório; 2- Simplicidade; 3-Satisfação (no sentido de responder as perguntas levantadas);4-Estruturação; 5-Falseabilidade; 6-Capacidade de explicar importantes fenômenos; 7-Valor prescritivo. Para saber mais sobre os critérios ver o capítulo 1 (Hypotheses, laws, and theories: a user’s guide), páginas 17 e 18.

declínio da legitimidade; 2-desenvolvimento econômico; 3-modificações na doutrina religiosa; 4-efeito bola de neve; e por fim; 5-mudança política de atores externos.

No intuito de entender a excepcionalidade da democracia no mundo árabe antes dos levantes de 2011 e o porquê das transições de regimes tão tardias, o presente trabalho procurou testar a teoria de Huntington desenvolvida para explicar a terceira onda. De acordo com Van Evera (1997), existem dois caminhos para se testar teorias: Experimentação e Observação, sendo que este último ainda pode ser dividido em análise estatística e análise de estudo de caso. A experimentação é um método de análise comum às ciências naturais, onde o pesquisador expõe um grupo ao tratamento e outro ao controle. Congruências entre previsão e resultado confirma a teoria, incongruências mostram que ela está errada.

O método da observação, por sua vez, o pesquisador não detém o poder de interferência, restando ao mesmo, observar os dados e avaliar se os resultados encontrados corroboram suas previsões. Uma observação do tipo estatística utiliza de um grande número de casos para se avaliar as previsões. Por sua vez, estudos de casos exploram um pequeno (ou mesmo apenas um) número de exemplares para avaliar a teoria.

No presente estudo, o método de avaliação escolhido foi o estudo de caso. Para testar a teoria de Huntington e buscar a explicação sobre o comportamento dos países árabes de 1971 até 2011, procuramos avaliar a presença/ausência das variáveis independentes descritas pelo autor como responsáveis pelo processo de transição de regime na terceira onda. Para essa análise foram observados os dados dos países que fazem parte do MENA.

Em uma segunda parte do trabalho, o objetivo foi descobrir quais variáveis independentes podem exercer influência nas transições de regime observadas no Egito e na Tunísia. Vários autores tem procurado balizar sobre uma ou outra variável influenciando no processo de transição democrática. Autores como Lipset e o próprio Huntington defendem a relação entre desenvolvimento socioeconômico e democracia; Lijphart (2008), Reynolds & Carey (2012), Meisburger (2012) apostam na influência do sistema eleitoral; Barany (2011) enfatiza o papel dos militares nas transições de regime no mundo árabe; Wittes (2008), Fradkin (2013) e Roy (2013) ilustram a capacidade dos movimentos religiosos de influenciarem na política dos países do Oriente Médio e Norte da África; Mugraby (2002) levanta questionamentos sobre a relação entre violações ao Estado de Direito e ausência de democracia nos países árabes.

Procurando obter uma melhor resposta sobre quais os prováveis caminhos que Egito e Tunísia podem seguir em uma transição de regime, o presente trabalho utilizou todas as variáveis descritas pelos autores citados acima. Nesse sentido a segunda parte do trabalho procurou avaliar o comportamento de cinco variáveis independentes (1-Indicadores socioeconômicos; 2-Sistema eleitoral; 3-Perfil das constituições; 4-Papel dos Militares; 5-Influência dos Movimentos religiosos) e como elas se relacionam com o processo de democratização (variável dependente) nos dois países.

Com o objetivo de tornar mais didática a explanação, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Evolução Da Teoria Democrática” irá realizar um passeio pelas diferentes formas de se entender democracia, apresentando ao leitor o atual estado da arte sobre o tema. O segundo capítulo rotulado de “A Terceira Onda e a Excepcionalidade Árabe”, procura descrever detalhadamente o processo de transição democrática ocorrida durante os anos de 1974-1991, apresentando as variáveis independentes que influenciaram no processo e acabaram por inibir o florescimento da democracia nos países árabes.

Em “A Primavera árabe”, o leitor pode observar a ruptura do paradigma da estabilidade das autocracias árabes, acompanhar a cronologia dos eventos que desencadearam nas rupturas com os regimes vigentes e entender como as variáveis independentes descritas por Huntington (1994) estiveram presentes no processo. Por fim, no quarto capítulo intitulado “O Processo de Democratização no Egito e na Tunísia”, o trabalho irá apresentar as variáveis independentes que influenciarão no processo de consolidação democrática em ambos os países. Nesse capítulo será possível entender como essas variáveis independentes irão corroborar a hipótese de que Tunísia e Egito tendem a seguir caminhos distintos.

CAPÍTULO 1: EVOLUÇÃO DA TEORIA DEMOCRÁTICA

Ainda que a democracia seja tratada como um dos temas centrais da ciência política contemporânea, existem divergências sobre sua natureza e influências (GAMA NETO, 2011). De acordo com Mainwaring *et al.* (2001), a definição de democracia encontra-se dividida em duas correntes: democracia procedural e não procedural. Para os defensores do conceito de democracia não procedimental (também chamados de maximalistas) a democracia seria entendida com um fim a ser alcançado. Sob essa ótica a democracia não se limitaria a procedimentos ou regras, mas sim a qualidade inerente a ela. A participação popular é vista como algo positivo e que deve ser estimulada ao máximo. Entre os autores dessa corrente podemos citar: Putnam (2003), Habermas (1997) e Taylor (1998).

Em contraponto, o conceito procedimental da democracia, defende que ela deve ser compreendida como um método ou um conjunto de regras pelas quais os cidadãos realizam, dentro de uma pluralidade de interesses, a escolha de seus representantes, sendo Joseph Schumpeter o principal teórico dessa corrente. Convencionou-se dividir o conceito procedimentalista em duas correntes: Subminimalistas e Minimalista. A corrente subminimalista possui como foco de análise a dimensão eleitoral, negligenciando outras dimensões (liberdades civis, por exemplo) e teria como principais nomes Joseph Schumpeter ² e Adam Przeworski. Procedimentalistas do tipo minimalista tendem a levar em consideração características como: eleições livres e limpas; cidadania adulta abrangente; liberdade civil e até controle civil sobre os militares (MAINWARING *ET AL.*, 2001). Entre os principais teóricos minimalistas pode-se destacar: Robert Dahl, Sartori, Mainwaring, Huntington e O'Donnell.

Schumpeter (1984) procura argumentar que democracia deve ser entendida como sendo o arcabouço responsável por garantir a escolha dos representantes em eleições competitivas. Restando ao povo a passividade de atuar apenas durante o processo de seleção dos seus representantes. Nas palavras do autor:

“No intuito de simplificar o caso, limitamos esse tipo de concorrência, que definirá a democracia, à concorrência livre pelo voto livre. Essa ação

² Existem divergências sobre a melhor forma de classificar o trabalho de Schumpeter, no presente trabalho ele foi definido como sub-minimalista como proposto por Mainwaring *Et Al et. al.* 2001.

justifica-se pelo fato de que a democracia parece implicar um método reconhecido, através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível, qualquer que seja o tamanho da comunidade.” (SCHUMPETER, 1984. 329 pp).

Schumpeter se vale da Teoria Neoclássica, para formular sua teoria. A democracia fomentaria uma competição entre grupos políticos, que iriam disputar o mercado de eleitores para assim obter o poder governamental. Para o autor (em contraponto a visão maximalista), a participação popular não seria o essencial, pois o povo não teria acesso nem disposição a procurar as informações necessárias para atuar de maneira racional. Ao povo caberia apenas votar e esperar o próximo ciclo eleitoral para então decidir se mantém ou não o *status quo* (GAMA NETO, 2011).

Adepto da corrente subminimalista Przeworski (1999) procura desmistificar a ideia de que o voto estaria relacionado a características como: representação ou racionalidade. Em decorrência da inexistência de mandatos imperativos ou revogabilidade do mandato, o eleitor teria apenas o voto para controle dos governantes e tal ferramenta não seria eficaz para garantir as características supracitadas. Não seria eficaz, primeiramente porque o eleitor não dispõe de toda informação para avaliar o governo (não garantindo a racionalidade) e ainda que estivesse apto a avaliar a qualidade do governo, o voto com agente punitivo, apenas ocorreria *a posteriori*, ou seja, o governo seria livre para atuar segundo sua vontade e deveria se preocupar apenas com a perda de um futuro mandato.

Sob esse aspecto, as eleições não obrigariam os políticos a implementarem as políticas públicas desejadas pela população, nem a ameaça de uma não reeleição será eficiente para induzir os governos a atuarem de acordo com o interesse público. Se valendo da defesa popperiana a respeito da democracia (capacidade de permutar governos, sem derramamento de sangue e fazer isso pelo voto), Przeworski (1999) argumenta que o milagre democrático consistiria na capacidade de fazer com que atores políticos, com interesses diversos, acatem os resultados das eleições. Ao transpor os conflitos políticos para o cenário eleitoral, a democracia conseguiria a proeza de evitar o derrame de sangue. Nas palavras do autor:

“Os perdedores esperam sua chance para ganhar. Conflitos são regulados, processados de acordo com as regras e, portanto, limitadas. Isso não é consenso, nem é uma mutilação dela. Apenas conflito limitado; conflito sem matar” (PRZEWORSKI 1999. 49pp).

De acordo com O'Donnell (1999), ainda que Joseph Schumpeter seja enquadrado, por alguns autores, como um teórico subminimalista, ao apontar no seu livro: *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, algumas condições necessárias para a existência de uma livre competição pelo voto livre, ele de maneira subliminar levantaria a necessidade de se observar a democracia não apenas sob a dinâmica eleitoral. Sob esse tema O'Donnell (1999) argumenta que a questão é ambígua, Schumpeter não chegou a definir se essas (ou quais) condições seriam suficientes/necessárias para o êxito democrático ou se a falta dessas condições implicaria na inexistência de um método democrático.

Com relação aos teóricos minimalistas, todos se utilizam das concepções de Schumpeter para montar sua teoria democrática. Não obstante, os membros da corrente minimalista procuram levantar questionamentos que superam a dinâmica eleitoral. Defensor de uma visão pluralista (de aspecto positivo)³ da democracia, Robert Dahl (1997) procura inicialmente ilustrar o contraste entre a democracia idealizada versus a democracia real. Deixando de lado a versão utópica, Dahl (1997) procura concentrar seus estudos para a faceta “real” da democracia ao qual o autor denominou de poliarquias.

Para a existência de uma poliarquia o autor utiliza o conceito econômico (neoclássico) de preferências. Um regime poliárquico exige a necessidade de três condições: 1-Formulação de preferências; 2-Expressar suas preferências aos seus pares e ao governo; 3- Ter as preferências igualmente consideradas nas ações do governo. Em contrapartida, para que as condições supracitadas sejam atingidas as instituições sociais devem fornecer no mínimo oito garantias: Liberdade de formar e aderir a organizações; Liberdade de expressão; Direito de voto; Direito de líderes políticos disputarem apoio; Fontes alternativas de informação; Elegibilidade para cargos políticos; Eleições livres e idôneas; Instituições para garantir que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências.

O autor ainda elenca a existência de duas dimensões da democratização: contestação pública e inclusão. Modificações em quaisquer variáveis produziriam regimes distintos. Uma maior inclusão, por exemplo, propiciaria o surgimento de uma

³ De acordo com Carnoy (1994), os pluralistas classificam os eleitores como sendo o mercado político responsável por decidir, baseado em suas demandas e por meio do voto, seus representantes. Os pluralistas podem ser classificados de pessimistas ou otimistas. Os pessimistas acreditam na influência dos políticos na formação de preferências (ex: Schumpeter); Os otimistas, por sua vez, creditam ao processo eleitoral a capacidade de exercer pressão social.

hegemonia inclusiva, enquanto que uma maior contestação fomentaria uma oligarquia competitiva. Dahl (1997) pondera que cada uma dessas modificações se apresenta como uma enorme probabilidade de gerar conflitos. O primeiro axioma estabelece que a probabilidade de um governo tolerar uma oposição aumenta com a diminuição dos custos de manter essa tolerância. O segundo axioma trata do custo da eliminação da oposição, um custo elevado propiciaria uma tolerância. O último dos axiomas dahlsianos procura correlacionar os axiomas anteriores. Nesse sentido, a relação entre os custos de eliminação e tolerância definiriam o tipo de regime empregado.

A tolerância do governo para com sua oposição, também é defendida por O'Donnell (1999) como um ponto central do método democrático. Para o autor, um regime necessita de um arcabouço institucional que preserve as liberdades exigidas por uma poliarquia. Esse arcabouço institucional seria o Estado de Direito. De acordo com Rennó *et. al* (2011), o Estado de Direito defendido por O'Donnell não versaria apenas sobre a organização do sistema judiciário, mas também sobre os pressupostos básicos que tornariam o regime democrático. Esses pressupostos seriam: garantia dos direitos políticos e liberdades próprias de um regime democrático; garantias civis a todos os cidadãos; existência de mecanismos de controle e fiscalização dos governos. O'Donnell (2002) ilustra que os mecanismos de *Accountability* podem ser horizontais ou verticais.

Accountability horizontal corresponderia aos tradicionais mecanismos de freios e contrapesos existentes entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A *Accountability* vertical, por sua vez, estaria relacionada a agências ou instituições que possam exercer pressão sobre agentes governamentais, no intuito de que sejam respeitadas as garantias e liberdades da população. Os controles verticais poderiam ser divididos ainda em sociais e eleitorais. Tribunais eleitorais; agências auditoras; conselho de *ombudsmen*; corresponderiam a exemplos de instituições responsáveis por garantir a *Accountability* vertical (o primeiro corresponde a um exemplo de *Accountability* eleitoral enquanto que os outros dois seriam sociais).

Um questionamento interessante sobre a relação entre *Accountability* horizontal e Estado de Direito é apresentada por O'Donnell (2002). Ainda que um regime apresente defeitos em suas liberdades civis, e, por conseguinte em seu Estado de Direito, ele pode apresentar mecanismos de *Accountability* horizontal. Regimes democráticos que apresentem mecanismos de *Accountability* debilitados, atrelado a existência de executivos fortes e muitas vezes plebiscitários foram convencionalmente

definidos por O'Donnell como Democracias Delegativas, sendo Brasil e Argentina dois exemplos.

Embora seja tradicionalmente classificado como minimalista, de acordo com Mainwaring *et al.* (2001), ao associar à definição de democracia, as falhas na responsabilização pública e as debilidades do Estado de Direito, O'Donnell deixaria de ser classificado como um pensador minimalista para ser qualificado apenas como procedimentalista.

Em “Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999”, Mainwaring *et al.* (2001) argumenta a necessidade de se construir um modelo para definir os atuais regimes políticos. Uma análise dicotômica fora desenvolvida por Przeworski *et al.* (2000), não obstante ao utilizar um conceito sub-minimalista de democracia, regimes autoritários teriam sido classificados como democráticos. No intuito de evitar esse erro, Mainwaring *et al.* (2001) propõe uma classificação tripartite, onde os sistemas políticos seriam classificados em: Democracias, Semidemocracias e Ditaduras. As variáveis utilizadas correspondem a quatro dimensões: (1) Eleições livres e limpas para o legislativo/executivo; (2) Cidadania adulta abrangente; (3) Proteção das liberdades civis e dos Direitos Políticos; (4) Controle Civil sobre os militares.

A comparação entre as duas escalas (Przeworski 2000 *versus* Mainwaring 2001) evidencia os contrastes na classificação de alguns regimes. Enquanto que a escala de Przeworski *et al.* (2000) classificou o Brasil (1979-84) como sendo uma democracia, a escala de Mainwaring *et al.* (2001), classificou o país como sendo uma semidemocracia, as razões para essa classificação são decorrentes da eleição do executivo pelos militares e a opressão a oposição de esquerda e aos movimentos sociais. Caso similar também foi observado para a Guatemala de 1966-1981, classificada por Przeworski *et al.* (2000) como democracia, mesmo com graves violações a direitos civis e políticos.

De forma a contribuir nos estudos sobre democracia nos países latino-americanos, Levine & Molina (2011) procuram mensurar o grau de democracia em 17 países. As dimensões utilizadas pelos autores foram: Decisões eleitorais; Participação; Accountability, Capacidade de Resposta e Soberania. Na dimensão das decisões eleitorais os aspectos levados em consideração foram: Qualidade das instituições eleitorais, Fontes de informação acessíveis, igualdade entre cidadãos. A participação foi estimada em decorrência de: participação eleitoral, oportunidade de voto, participação em organizações políticas e representatividade das instituições.

A *Accountability* foi estimada mediante três aspectos: *Accountability* horizontal, *Accountability vertical* (o autor aponta a *Accountability social* como um tópico distinto) e *Accountability social*. A Capacidade de Resposta foi estimada em decorrência da eficácia do voto (medida pelo latinobarômetro). Por fim a soberania (aplicada aqui no sentido do chefe de governo de fato governar) foi estimada através de duas variáveis: controle civil dos militares e autonomia econômica. Finalizadas as avaliações foi possível estabelecer um ranking entre os 17 países. O Uruguai apresentando a nota de 71.9 obteve a melhor qualificação, enquanto que a Guatemala configura o país com o mais baixo índice de qualidade democrática (44.6). O Brasil com um índice de 57.9 se posicionou na faixa intermediária da tabela (Levine & Molina 2011).

Levitisky & Way (2010), recomendaram ponderação no uso de modelos de análises para as democracias, sobretudo no que diz respeito aos regimes híbridos (definidos por Mainwaring como semidemocracias). Para os autores a classificação dos regimes híbridos é deficitária por considerar como iguais países com histórias políticas completamente distintas. De maneira a explicar seu argumento Levitisky & Way (2010), ilustram a comparação entre os regimes políticos da Letônia e de El Salvador, ambos classificados com parcialmente livres (entre 1992-1993) pela Freedom House. Apesar de receberem a mesma classificação, os dois países apresentavam enormes discrepâncias. Enquanto que na Letônia a principal aspecto antidemocrático consistia na exclusão de direitos civil a ascendentes russos, enquanto que em El Salvador a característica marcante diz respeito às violações de direitos humanos e a falta de controle dos civis sobre os militares.

Além de procurar estabelecer a melhor forma de se caracterizar democracia, os pesquisadores têm se esforçado para entender quais os motivos pelos quais determinados países realizam a transição de um regime autoritário para a democracia. O livro intitulado “A terceira onda: a democratização no final do século XX”, de autoria de Samuel Huntington é uma referência sobre o tema, nele o autor procura elucidar os caminhos pelos quais a democratização se estabelece em diferentes países, focando sua atenção nos movimentos de transição democrática observados entre 1974 e 1990.

Apesar do livro de Huntington (1994) concentrar suas atenções sobre a democratização, o autor destina algumas páginas para explicar qual definição de democracia é utilizada no livro. Sobre esse tema, Huntington tece cinco considerações: o primeiro dos pontos analisados seria a necessidade de se definir democracia utilizando

uma abordagem processual, conotações muito abrangentes e idealistas estariam deslocadas da realidade e não conseguiriam produzir uma análise proveitosa. O segundo ponto versa sobre quem são os atores políticos capazes de tomar as decisões. Uma definição de democracia necessita entender quem são esses atores políticos, pois se os principais tomadores de decisões não forem escolhidos por eleições o sistema não poderia ser considerado democrático, o Japão da década de 20 pode ser um bom exemplo disso.

Huntington procura também ilustrar a relação entre democracia e estabilidade do regime. Para o autor seria possível incorporar à definição de democracia o conceito de estabilidade (ou fragilidade do sistema político democrático). Os casos da Nova Zelândia e da Nigéria servem como bons exemplos. Em 1984, a Freedom House definiu como livres ambos os países, contudo, ainda que a liberdade fosse observada nos dois países o regime democrático na Nigéria era muito instável, o que culminou com um golpe de estado no ano em 1984.

O quarto ponto apresentado no livro “A terceira onda”, sobre a definição de democracia, diz respeito à maneira de categorizar os regimes. Como fora observado ao longo desse texto, essa questão tem dividido os pesquisadores. Przeworski defende a utilização de um modelo dicotômico. Mainwaring, por sua vez, defende a utilização de uma avaliação tricotômica, adicionando então um tipo intermediário que ele definiu como sendo “semidemocracias”. Levine & Molina (2011) preferiram montar sua análise considerando democracia como uma variável contínua.

Huntington (1984) argumenta que analisar democracia como uma variável contínua pode ser útil para se identificar variações no grau de democracia entre países que são considerados democráticos ou ainda variações no grau de autoritarismo em regimes não democráticos. Contudo essa abordagem ofereceria diversos problemas, principalmente o peso atribuído aos indicadores escolhidos. Para o autor, o uso de uma variável dicotômica seria mais apropriado para se analisar os processos de democratização.

O último dos pontos levantados, diz respeito à natureza dos regimes autoritários. Os regimes autoritários têm como característica comum à falta de competição eleitoral, mas diferem no tipo de regime adotado. Monarquias, impérios burocráticos, oligarquias, ditaduras militares, são apenas alguns dos tipos de regimes autoritários observados. O tipo de regime autoritário observado em cada país poderia influenciar o processo de democratização.

Durante os anos de 1943 a 1962, 40 países passaram por um processo de democratização, entre os anos de 1974 a 1990 mais de trinta países promoveram a substituição de regimes autoritários para democracias. O elevado número de mudanças em um curto espaço temporal estimulou pesquisadores a levantarem inúmeras variáveis independentes e teorias sobre as causas pelas quais países se democratizavam. Entre as diversas teorias apresentadas pode-se citar a teoria da modernização e a teoria estruturalista.

A teoria da modernização tem como principal expoente o sociólogo Seymour Lipset que em “*Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy*” fez uma defesa do desenvolvimento econômico como a variável independente que influencia o processo de democratização. De acordo com Lipset (1967), o crescimento da economia tem por efeito produzir uma maior classe média que passaria a exigir melhores políticas públicas, no intuito de melhorar sua qualidade de vida. O crescimento da população com bons índices educacionais, aliado a exigência de melhorias nos indicadores socioeconômicos propiciariam a modificação do regime político. Nesse sentido, o regime democrático seria, então, a etapa final de um processo de modernização.

Barrington Moore Jr. (1966) procurou observar sob o ponto de vista histórico, como as estruturas de poder presentes nas sociedades feudais influenciaram as sociedades contemporâneas. A ideia central do autor é que a relação entre senhores e camponeses teria condicionado a probabilidade da democracia ser instaurada em determinados países.

De acordo com Huntington (1994) muitas das teorias apresentadas podem ser consideradas plausíveis, contudo boa parte delas apresenta relevância apenas para um pequeno número de casos⁴. A procura de uma variável independente comum a todos os processos de democratização certamente estaria sujeita ao fracasso. Nenhum fator único é capaz de explicar o desenvolvimento da democracia em um país ou em todos os

⁴ No artigo intitulado “*Representation in Context: Elections Laws and ideological congruence between citizens and governments*”, Powell (2013) ilustra o problema de se utilizar teorias de caráter generalista. Para o autor, no campo acadêmico, é comum a elaboração de teorias com o intuito de explicar como os fenômenos políticos acontecem. Não obstante, a transposição de muitas dessas proposições para outros Estados nacionais ou mesmo para intervalos temporais distintos, fazem transparecer equívocos de algumas teorias. Nesse sentido, ao procurar formular uma hipótese para determinado fenômeno, os pesquisadores devem ter em mente que a conjuntura local exerce influência sobre o fenômeno. Para Powell, apesar da importância dos fatores locais, existem características únicas que podem ser observadas para qualquer situação. O segredo então seria observar quais características permanecem relevantes em uma nova configuração.

países, bem como as causas responsáveis pela derrocada do regime autoritário podem variar de acordo com o país ou com o espaço temporal. Por acreditar que diferentes mecanismos causais exerceram influência nos processos de democratização Huntington procurou classificar todas as democratizações existentes em um sistema de ondas democráticas.

“Um onda de democratização é um grupo de transições de regimes antidemocráticos para democráticos, que ocorrem em um pequeno período de tempo específico e que significativamente são mais numerosos do que as transições na direção oposta durante tal período” (HUNTINGTON, 1994. 23pp).

No mundo moderno, Huntington (1994) apontou a existência de três ondas democráticas. Sendo que entre cada uma dessas ondas, foram observados grandes movimentos no sentido contrário, fato que o autor chamou de ondas reversas. A primeira onda de democratização, com duração de 98 anos (1828-1926) é considerada a mais longa. Foi fortemente influenciada pelos acontecimentos das revoluções na França e nos Estados Unidos. Não obstante, apesar de influenciado por esses movimentos, o sistema democrático-representativo só pôde ser observado a partir da instalação de reais instituições democráticas no século XIX. Entre os mecanismos causais apontados como responsáveis destacam-se: o desenvolvimento econômico, urbanização, surgimento da burguesia e de uma classe média forte nos centros urbanos, ruptura de alguns impérios continentais e a vitória da Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial.

Os Estados Unidos iniciaram em 1828 a primeira onda de democratização. Apesar de ter realizado dez eleições antes desse ano, sob os critérios de Jonathan Sunshine⁵, apenas com a eleição presidencial de Andrew Jackson em 1828 é que os Estados Unidos pôde ser considerado democrático. Logo após o fim da Primeira Guerra Itália, Argentina, Irlanda, Islândia tornaram-se democráticos, esses países correspondem aos últimos Estados democratizados durante a primeira onda.

Como fora supracitado, a primeira onda de democratização se desenvolveu até o ano de 1926, contudo ainda que durante os anos de 1922-1926 um maior número de transições tenha sido direcionado no caminho da democracia, muitos de países começaram a trilhar rumos opostos, migrando assim para regimes autoritários. As ondas

⁵ Samuel Huntington utiliza o critério de Jonathan Sunshine para definir se um Estado Nacional atende as qualidades mínimas para ser classificado como democracia no século XIX. Dois seriam os critérios: Executivo com apoio majoritário de um parlamento eleito ou com eleições populares periódicas; 50% dos homens adultos com direito a voto. Fonte: Huntington (1994).

reservas sempre foram encontradas em sobreposição ao final das ondas de democratização.

Embora o final da Primeira Guerra Mundial tenha propiciado os meios para que diversos países caminhassem rumo à democracia, também impulsionou a criação de movimentos radicais (de direita e esquerda), sobretudo nos países derrotados.

A terceira década do século XX marca o ressurgimento dos regimes autocráticos, em especial nos países que apresentavam democracias ainda não consolidadas, formadas nas duas décadas anteriores. Esse distanciamento dos preceitos democráticos, aliado aos ressentimentos gerados pela primeira guerra mundial, propiciou o surgimento de uma ditadura personalista legitimada por um forte caráter ideológico na Itália e Alemanha que em seguida se expandiu para outros Estados (ARENDETT, 1978; HUNTINGTON, 1994).

A primeira onda reversa teve início na Itália em 1922, quando Benito Mussolini assume o papel de primeiro ministro italiano. Em 1933 Hitler assume o poder e acaba por solapar a frágil democracia alemã. Golpes militares foram observados em Portugal (1926), Brasil e Argentina (1930), e na Espanha que tinha se democratizado no início da década de 30, viu sua república ser suplantada no final da mesma década pelo regime de Francisco Franco. O surgimento de ideologias fascistas, comunistas, militaristas associadas a grave crise econômica ocorrida no início da década de trinta são definidas como algumas das causas dessa onda contrária.

A segunda onda de democratização durou 19 anos, tempo relativamente curto, quando comparado com a primeira onda (98 anos). A vitória dos aliados sobre os países do eixo fez com que os países vitoriosos instalassem nos países derrotados instituições democráticas. O enfraquecimento das superpotências europeias acabou incentivando a criação de novos estados nacionais onde antes eram domínios coloniais. Países latinos americanos também iniciaram transições democráticas. Argentina, Colômbia e Brasil instauraram eleições entre 1945 e 1946.

No início dos anos 60 uma nova onda reversa se iniciou. O primeiro país a retroceder ao autoritarismo foi o Peru em 1962, quando militares interviram pra modificar o resultado das eleições. A América Latina foi a principal região envolvida nessa onda reversa. Além do Peru em 1962, a região ainda viu golpes militares derrubarem governos da Bolívia e Brasil em 1964, na Argentina em 1966, O Equador em 1972, Uruguai e Chile em 1973, inaugurando o chamado autoritarismo burocrático (O'DONNELL, 1982).

Enquanto o processo de descolonização das antigas colônias britânicas não-africanas, na década de 60 culminou com a criação de diversos países com regimes democráticos. A descolonização das antigas colônias africanas, por sua vez, culminou com a instalação de muitos regimes autoritários na região. Entre os países africanos que tinham se tornado independente, trinta e três adotaram sistemas políticos autoritários. O surgimento de novos regimes não democráticos na África e na América do Sul levantou questionamento sobre a viabilidade da democracia em países em desenvolvimento.

Em 25 de abril de 1974, o regime português de Marcelo Caetano foi deposto pelos oficiais do Movimento das Forças Armadas (MFA), em seguida, mais de trinta países passaram de regimes autoritários para democracias, alguns outros países que continuaram autoritários promoveram uma liberalização em seus regimes. Iniciada em Portugal, a terceira onda logo se espalhou para outros Estados europeus. No mesmo ano, a Grécia encerrou a sua ditadura militar levando Karamanlis e o seu partido o Nova Democracia (partido de centro-direita) ao poder. Em 1975 a morte de Francisco Franco representou a derrocada do regime autocrático e a transição democrática que viria a culminar com a promulgação de uma nova constituição em 1978 e a realização de eleições parlamentares em 1979.

No final da década de 70, a nova onda democrática atingiu a América Latina. Entre 1978 (ano da promulgação de uma nova constituição no Equador) e 1985 (eleição civil na Guatemala), diversos países abdicaram dos seus regimes não democráticos se transformarem em democracias. Em alguns países a transição ocorreu de forma mais abrupta, como por exemplo, na Argentina onde a derrota na guerra das Malvinas abalou o regime militar, em outros a transição ocorreu de maneira mais gradual, como foi o caso do Brasil. A terceira onda foi ainda influenciada pela derrocada do modelo comunista. Hungria, Romênia, Polônia, Bulgária, dentre outros países do leste europeu se tornaram democracias. A terceira onda pode ser entendida, de maneira sucinta, como um movimento global iniciado em 1974, que elevou, de maneira significativa, o número de democracias. Enquanto que a segunda onda elevou para 32% o número de Estados democráticos, a terceira onda apresentou 45% dos estados nacionais adotando o modelo democrático.

Definida a existência de movimentos de democratização em determinado espaço temporal (classificadas de ondas democráticas), Huntington procura explicar como as ondas podem ser originar. De acordo com a teoria do autor, existiriam quatro explicações para se entender como os mecanismos causais podem desencadear uma

onda democrática, essas explicações são: Causa Única, Desenvolvimento Paralelo, Bola de Neve e a Panaceia Predominante.

A Causa única diz respeito ao fato de um determinado acontecimento impulsionar a democratização em um país ou em alguns países. O surgimento/derrocada de uma potência, uma guerra, tais fatores correspondem a acontecimentos importantes que geram considerável impacto em mais de uma sociedade. A vitória dos aliados durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, culminou com o estabelecimento de instituições democráticas em diversos países.

A ideia do Desenvolvimento Paralelo, parte do pressuposto que o desenvolvimento similar de determinadas variáveis independentes em países distintos pode influenciar no processo de democratização desses países. Pois, segundo Huntington (1994), causas semelhantes podem estar atuando quase que simultaneamente em diversos países, o que iria produzir resultados semelhantes.

O efeito Bola de Neve, diz respeito ao fato de que uma causa importante para a democratização em um país pode ser responsável pela ocorrência da democratização em outros países. Sendo assim, uma causa específica pode causar a democratização em um país e essa democratização pode servir de mecanismo causal para a democratização em outros países. A última das explicações foi definida por Huntington como sendo a Panaceia Predominante. Grosso modo, pode ser definida como a solução comum adotada por países que tiveram problemas distintos. Essa escolha comum de crenças políticas será a responsável por estabelecer a democratização. Apesar da existência de diferentes caminhos pelas quais as ondas democráticas podem se desenvolver, Huntington (1994) procura deixar claro que elas não são vias excludentes sendo que em muitos casos os quatro fatores podem estar em ação em algum momento.

Huntington (1994) argumenta em sua teoria, que as três ondas democráticas diferiram não apenas na duração e nos mecanismos causais, mas também em sua composição. A primeira onda democrática englobava majoritariamente países europeus e as antigas colônias britânicas da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e da Oceania (Nova Zelândia e Austrália). Alguns poucos países da América latina também se democratizaram durante esse período. Foi a partir da segunda onda que o fenômeno da democratização ganhou um caráter global. O fim da segunda guerra mundial e o processo de descolonização criaram as condições ideais para o surgimento de democracias em regiões que nunca tinham passado por nenhuma experiência democrática. Com a construção de uma democracia em Botsuana, no Gâmbia e na

Nigéria, o continente africano obteve pela primeira vez exemplos de democracia. De maneira similar a Ásia recebeu durante essa época suas primeiras democracias. Nas Américas houve ainda um significativo aumento do número de países democráticos. Apesar dessa vaga democrática ter se espalhado por outras partes do globo, a Europa (assim como na 1º onda) foi a região mais afetada, treze Estados da região trocaram o autoritarismo pela democracia.

A terceira onda democrática manteve o padrão global observado na segunda onda, entretanto o maior crescimento quantitativo não foi observado na Europa, mas sim na América. De acordo com MØller & Skaaning (2013), apesar de existir um padrão global, cada região apresentou padrões de desenvolvimento diferentes durante a terceira onda, a América junto com a região da Ásia corresponderiam as regiões mais próximas do padrão global do período. Nas palavras dos autores, a América corresponderia à região da terceira onda “por excelência”.

A observação sobre os países que participaram de cada uma dessas ondas democráticas permite constatar que a região do Oriente Médio e Norte da África (MENA⁶), com apenas duas exceções (até o final da terceira onda), parecia estar imune ao processo de democratização. Israel e Líbano correspondem aos dois Estados da região que já tiveram experiência democrática. Ambos foram democratizados durante a segunda onda, sendo que apenas Israel permanece democrático. O Líbano pós-independência de 1943 adotou um modelo de regime democrático que procurava levar em conta a disparidade de grupos religiosos presentes no país.

⁶ O termo MENA (Middle East and North Africa) corresponde a um acrônimo adotado pela Freedom House, Journal Of Democracy e World Bank Group para designar a região composta pelos países do Oriente Médio e Norte da África. Atualmente, o FMI tem inserido o Afeganistão e o Paquistão passando a chamar de MENAP. Disponível em: <<http://goo.gl/Xw0p5J>; <http://goo.gl/GA0B3R> > Acesso em 20/12/2013.

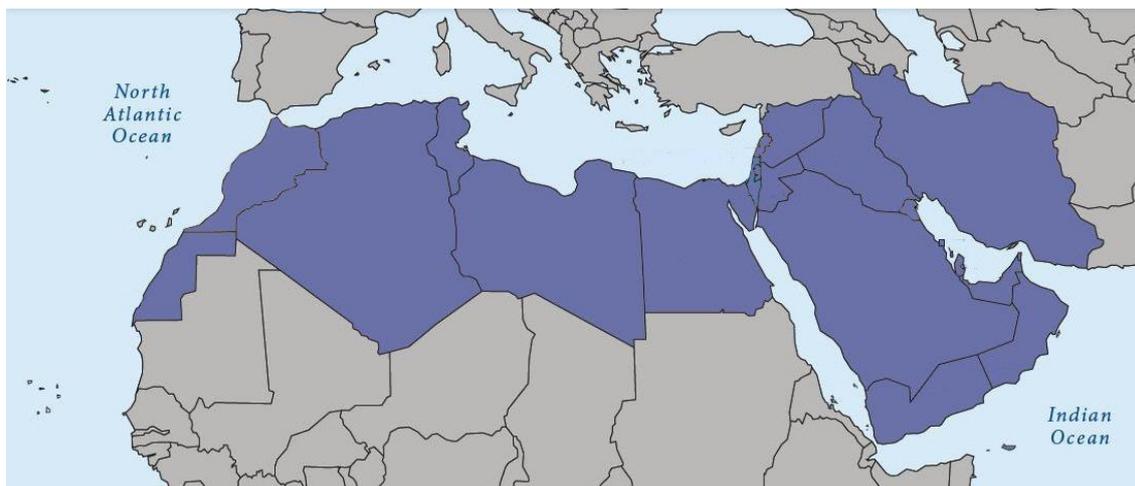


Figura 1: Os países que fazem parte da Região do Oriente Médio e Norte da África (MENA) são: Arábia Saudita; Argélia Bahrein; Egito; Emirados Árabes Unidos; Iêmen; Irã; Iraque; Israel; Jordânia; Kuwait; Líbano; Líbia; Marrocos; Omã; Qatar; Síria e Tunísia.

O chamado Pacto Nacional produzido por Bechara al-Khoury e Riad al-Solh (líderes das comunidades cristã maronita e islâmica, respectivamente), propiciou uma divisão politico-administrativa baseada no censo demográfico de 1932⁷. Entre os anos de 1943 até 1975 o Líbano pôde ser considerado um país democrático (Diamond, 2010). De acordo com dados da Freedom House, nos anos de 1972-1974 o país era considerado “Livre” apresentando a nota 2⁸ tanto para direitos políticos como para liberdades civis.

Uma mudança radical na composição demográfica (em especial pelo elevado número de palestinos que procuraram se refugiar no país) do país criou um clima de instabilidade política, que fomentou uma guerra civil entre os diversos grupos religiosos no ano de 1975. Com o início dos conflitos, o grau de liberdade do país sofreu grande redução, em 1975 e 1976 o país apresentou um grau de liberdade 4 (para direitos políticos e liberdades civis) sendo classificado pela Freedom House como “Parcialmente

⁷ De acordo com o Pacto Nacional de 1943, o Presidente libanês sempre seria um cristão maronita. O Primeiro Ministro, por sua vez, era um líder islâmico sunita. O vice Primeiro Ministro seria um cristão ortodoxo e o Presidente do Parlamento um líder islâmico xiita. Fonte: Cherem (2003).

⁸ A Freedom House classifica o grau de liberdade de cada país, utilizando duas categorias: direitos políticos e liberdades civis. Cada país recebe uma nota de 1 a 7 para cada uma dessas categorias. A nota 1 indica maior liberdade, já a nota 7 representa o nível mais baixo de liberdade. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world-2011/methodology#.UtLeTPRDvIF>>Acesso: 21/12/2013.

Live”. Ao final da guerra civil em 1991 o Líbano era classificado como um país “Não Livre” apresentando um uma nota 6 para direitos políticos e 5 para liberdades civis.

Tabela 1: Classificação do Líbano, antes e durante a Guerra Civil, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.

Cobertura	1973			1974			1975			1976		
	DP	LC	Status									
Líbano	2	2	L	2	2	L	4	4	PL	4	4	PL

Fonte: Freedom House. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world#.UtLoN_RDvIE> Acesso em: 21/12/2013

Significado das siglas: DP: Direitos Políticos; LC: Liberdades Civis; L: Livre; PL: Parcialmente Livre; NL: Não Livre

A ausência de democracias estáveis (não levando em conta o Estado de Israel) no Norte da África e no Oriente Médio incentivou a ideia de que a religião ou a cultura corresponderiam aos motivos que acabariam por impedir a transição de um regime autocrático para uma democracia na região. Huntington (1994) explica que o argumento da cultura pode ser dividido em duas vertentes: a primeira vertente apontaria a democracia como um valor tipicamente ocidental, acreditando que em virtude do caráter antidemocrático de algumas religiões orientais a democracia seria inapropriada para esses povos. A segunda vertente que utiliza o argumento da cultura defende que a democracia não corresponde a um valor próprio de determinada culturas, mas que algumas seriam particularmente hostis, o islã seria uma dessas culturas.

Na visão de Huntington (1994), o Islã apresenta alguns valores (igualitarismo, voluntarismo) compatíveis com o ideal democrático. Não obstante, a íntima relação entre comunidade religiosa e comunidade política, corresponderia a um obstáculo considerável a adoção de uma democracia liberal nos países islâmicos. Os grupos fundamentalistas presentes em todas as sociedades muçumanas exigem que o Estado seja controlado não por uma constituição laica, mas sim pela *Shariah*⁹¹⁰.

Em Choque de Civilizações, escrito por Huntington em 1996, o autor argumenta que os valores ocidentais são atrativos para outras futuras por que eles são visto como as causas da riqueza dos países do ocidente. Entretanto, a capacidade do

⁹ Uma versão da *Shariah* encontra-se disponível em inglês, no site: <<http://www.al-islam.org/library/laws-worship>> Acesso em: 11/04/2014

¹⁰ Salem Hikmat Nasser (2012) define *Shariah* como sendo um conjunto de prescrições, regras e mandamentos que se aplicam a todos os aspectos da vida tanto do muçumano, individualmente, quanto da comunidade de féis. Corresponde a um sistema que se define como tendo origem e natureza sagradas.

ocidente impor suas concepções de direitos humanos e democracia para outras culturas tem declinado. Nos países de maioria muçumana as últimas décadas tem propiciado um reengajamento do Islamismo como guia não apenas religioso, mas também social e político. Esse “despertar islâmico” corresponderia a um esforço para se rejeitar a cultura imposta pelo ocidente. Infiltrados nas estruturas sociais e culturais do país (presentes em escolas, hospitais sindicatos, universidades) os grupos fundamentalistas produziram uma “islamização” da sociedade. Dificultando assim, a importação de valores inerentes a democracia liberal presente no ocidente.

Ainda que o senso comum aponte a religião islâmica como um obstáculo à democratização, autores como Diamond (2010), Fareed Zakaria (2005) e Alfred Stepan (2003 e 2004), argumentam que o islamismo não corresponderia a um verdadeiro obstáculo a democratização, ilustrando casos de países de maioria muçumana que são hoje considerados democráticos (Turquia, Malásia, Senegal, são alguns exemplos). Para Stepan (2003), essa lacuna democrática seria muito mais árabe que muçumana.

O próprio Huntington (1994) argumenta que a ideia de cultura como obstáculo a transição democrática tem seus limites. Argumentos culturais que no passado poderiam ser visto como obstáculos, hoje poderiam ser entendidos de maneira diferente. A própria ideia de valores culturais seria algo mutável, crenças dominantes poderiam ser modificadas ao longo dos anos. Para o autor, ainda que os aspectos culturais presentes nas sociedades que não se democratizaram durante a terceira onda possam representar dificuldades, os verdadeiros obstáculos e oportunidades para a democratização seriam aspectos políticos e econômicos.

O obstáculo político para os países do eixo MENA, seria a ausência de experiência democrática desses países. Como já fora mencionado anteriormente, apenas o Líbano não sofreria desse obstáculo. A oportunidade política corresponderia ao período de transição entre autocratas, pois muitos dos regimes autoritários são governados por líderes antigos. A morte desses atores políticos pode gerar uma instabilidade no regime e pressionar os atores a adotarem práticas democráticas. Com relação ao obstáculo Econômico, Huntington como um defensor da teoria da modernização, defende a relação positiva entre desenvolvimento econômico e democracia. Para o autor a pobreza consistiria no principal obstáculo à democracia, países com renda baixa teriam maiores dificuldades em realizar a transição democrática.

No final de 2010, o aparente cenário de estabilidade dos regimes autocráticos localizados no Mundo Árabe foi abalado por uma série de manifestações populares. Os

movimentos insurrecionais tiveram início na Tunísia e acabaram forçando a deposição do presidente Zine el-Abidine Ben Ali. O sucesso dos insurgentes tunisianos gerou incentivos para que outros Estados Árabes confrontassem o *status quo*. A primavera Árabe (como ficou conhecido essas rebeliões) até o momento gerou a deposição dos governos da Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, além de ter produzido reformas político-sociais no Marrocos, Omã e Barein.

As insurgências contras os regimes autocráticos do Oriente Médio e Norte da África têm sido comumente utilizadas como exemplos contrários à teoria da incongruência entre o Islamismo e democracia¹¹. Entretanto, as revoltas árabes têm fomentado mais questionamentos do que simples respostas. A primeira indagação que se pode mencionar, diz respeito ao espaço temporal: por que revoltas tão tardias? A terceira onda democrática incentivou uma um processo de transição em diversas regiões do globo, entretanto, o Oriente Médio e Norte da África passaram incólumes por esse processo. Quais os mecanismos causais responsáveis por impedir uma ruptura nos regimes autocráticos da região, entre os anos de 1974-1991? Quais as causas que propiciaram um despertar árabe na segunda década do século XXI.

A questão temporal corresponde apenas à primeira de uma série de indagações que foram levantadas sobre as insurgências árabes. A natureza das transições de regime tem se tornado o principal foco de estudos sobre a Primavera Árabe. As primeiras manifestações na Tunísia tiveram início no final de dezembro de 2010, no dia 14 de Janeiro de 2011 o presidente Bem Ali, foi deposto. Apenas onze dias depois da deposição do presidente tunisiano, movimentos populares deram início a uma série de protestos no Egito que tiveram como consequência a deposição do presidente Hosni Mubarak em 11 de Fevereiro de 2011.

O pequeno intervalo entre as duas revoltas, pode passar a falsa impressão de uma revolta árabe coesa. Contudo, embora as manifestações apelassem para a necessidade de um governo preocupado com os anseios da população, as revoltas refletiam problemas econômicos e sociais distintos (ANDERSON L, 2011). Fundamentado na percepção de divergências entre os dois países, surge a indagação sobre quais os caminhos que percorrerão as transições de regimes nesses dois países.

¹¹ Desde a publicação do artigo “*The Clash of Civilizations*” em 1993 na revista *Foreign Affairs*, Samuel Huntington tem sofrido diversas críticas no meio acadêmico. Autores como Anwar Ibrahim (2006) e Mahmoud Kashefi (2013) se apresentam como pesquisadores radicalmente contrários à teoria de do “choque de civilizações”. Kashefi utiliza os exemplos da primavera árabe para tentar refutar os argumentos apresentados por Huntington.

Egito e Tunísia irão trilhar junto um caminho na busca de uma democracia estável ou em virtude das diferenças inerentes ao dois Estados, Egito e Tunísia podem seguir caminhos distintos? Ao longo do trabalho, pretendo defender a hipótese dos dois países percorrendo caminhos distintos. A Tunísia com melhores indicadores socioeconômicos e uma classe política institucionalizada apresentaria argumentos suficientes para percorrer o caminho da democratização. O Egito, em contraste, com indicadores socioeconômicos inferiores à Tunísia e uma grande influencia de movimentos religiosos fundamentalistas e do exército na política, permaneceria como um regime híbrido.

CAPÍTULO 2: A TERCEIRA ONDA E A EXCEPCIONALIDADE ÁRABE

No início da década de 90, existiam aproximadamente 76 democracias (DIAMOND, 2010), sendo que desse total, quase metade tinha se democratizado durante os anos de 1974-1990. A deposição do último presidente do Estado Novo português, inaugurou uma onda democrática que se expandiu ao longo de 16 anos e derrubou regimes autoritários nas mais variadas regiões do globo.

O afastamento do autoritarismo nesse espaço temporal foi classificado por Huntington (1994) como a Terceira Onda Democrática. A incorporação de todos os processos de democratização realizados entre as décadas de 70 e 90, em um mesmo grupo, pode suscitar a ideia de que os movimentos pró-democráticos da terceira onda se desenvolveram de maneira gradual ao longo desse período. Entretanto, como demonstrado por Møller & Skaaning (2013), os padrões regionais observados ao longo desses 16 anos diferem consideravelmente do padrão global. A análise do comportamento das diversas regiões do globo aponta que a terceira onda poderia ser dividida em dois momentos distintos: o primeiro entre 1974 e início dos anos 80; o segundo pós-derrocada comunista.

Em um primeiro momento, os processos de democratização migraram da Europa Ocidental e se dispersaram para as Américas e a região da Ásia/Pacífico. Até o ano de 1985, países como: Equador, Peru, Bolívia, Argentina, Brasil, Uruguai, Índia, Filipinas, Coreia do Sul, estavam em franco processo de democratização. As duas regiões apresentaram um crescimento gradual do número de democracias liberais e um crescimento considerável de democracias minimalistas¹² (MØLLER & SKAANING 2013). Padrão esse que é similar ao observado em nível global.

Como demonstrado pelos dados da Freedom House, a América Latina apresentou um liberalização gradual, sendo que em 1979 os principais países latino-americanos, com exceção da Argentina e Uruguai, apresentavam bons níveis de liberdade para direitos civis e políticos. Em contrapartida, os países do leste europeu e da África Subsaariana passaram (com pouquíssimas exceções na África Subsaariana) ilesos aos movimentos de transição observados na primeira fase da terceira onda. O

¹² Møller & Skaaning (2013), elaboram sua análise dividindo os regimes existentes em 6 tipos, sendo dois tipos de autocracia e 4 de democracia. As autocracias poderiam ser fechadas ou multipartidárias. As democracias por sua vez, poderiam ser: minimalistas, eleitorais, poliarquias e liberais. Por democracias minimalistas os autores definem: “Minimalist democracy requires only that political competition for leadership take place via regular elections with uncertain outcomes”.

leste europeu pré-1989, correspondia uma das regiões mais homogêneas do mundo. Todos os países dessa região eram governados por regimes autoritários de partido único, que apresentavam o comunismo como base ideológica. Na África Subsaariana o arquétipo preponderante, também era as autocracias fechadas. Entre os anos de 1976 e 1979, como demonstrado na tabela 2, os países comunistas do leste europeu eram considerados como “não livres”, de acordo com a Freedom House. Países como Albânia e Bulgária apresentavam as maiores restrições às liberdades civis e direitos políticos.

Tabela 2: Classificação dos principais países da América Latina (entre os anos 76-79) e do Leste europeu (além dos três primeiros países europeus democratizados na década de 70), de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.

Cobertura	1976			1977			1978			1979		
	DP	LC	Status									
Portugal	2	2	L	2	2	L	2	2	L	2	2	L
Espanha	5	3	PL	2	3	L	2	2	L	2	2	L
Grécia	2	2	L	2	2	L	2	2	L	2	2	L
Bolívia	6	4	PL	6	4	PL	5	3	PL	3	3	PL
Brasil	4	5	PL	4	5	PL	4	4	PL	4	3	PL
Chile	7	5	NL	7	5	NL	6	5	NL	6	5	PL
Colômbia	2	3	L	2	3	L	2	3	L	2	3	L
Equador	6	4	PL	6	4	PL	5	4	PL	2	2	L
Paraguai	5	6	NL	5	6	NL	5	5	PL	5	5	PL
Peru	6	4	PL	6	4	PL	5	4	PL	5	4	PL
Venezuela	1	2	L	1	2	L	1	2	L	1	2	L
Albânia	7	7	NL									
Bulgária	7	7	NL									
Hungria	6	6	NL	6	5	NL	6	5	NL	6	5	NL
Polônia	6	6	NL	6	5	NL	6	5	NL	6	5	PL
Romênia	7	6	NL									
URSS	7	6	NL	7	6	NL	6	6	NL	6	6	NL

Fonte: Freedom House. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world#.UtLoN RDvIE>> Acesso em: 21/12/2013

Significado das siglas: DP: Direitos Políticos; LC: Liberdades Civis; L: Livre; PL: Parcialmente Livre; NL: Não Livre

No final dos anos 80, mais precisamente em 1988, a Hungria inaugura o segundo momento de maior fluxo de democratizações da terceira onda. O então autocrata János Kádár estabelece modificações econômicas e sociais, promovendo uma abertura gradual. Com a saída de Kádár do poder, Károly Grósz assume a liderança do

Partido Operário Socialista Húngaro e promove liberalizações com uma velocidade superior ao de seu antecessor. Durante o governo Grósz, a Hungria passou por uma fase de transição de uma economia planificada para uma economia de mercado. Nesse período foi observada ainda uma modificação no diálogo com o parlamento húngaro e com a oposição (GUNTHER & MONTEIRO, 2003). Classificada pela Freedom House como Não-Livre durante a fase inicial da terceira onda, a Hungria no final dos anos 80 sofre liberalizações em seus direitos políticos e civis. Em 1989, como apresentado na tabela 3, a Hungria obteve a nota 4 em direitos políticos e 3 para liberdades civis, o país foi considerado como Parcialmente Livre. Em 1990 tanto os direitos políticos, como as liberdades civis, receberam a nota 2 pela Freedom House, sendo assim classificada como um país Livre.

Tabela 3: Classificação dos principais países do Leste europeu entre 1989 e 1992 de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.

Cobertura	1989			1990			1991			1992		
	DP	LC	Status									
Albânia	7	7	NL	7	6	NL	4	4	PL	4	3	PL
Armênia	x	x	x	x	x	x	5	5	PL	4	3	PL
Azerbaijão	x	x	x	x	x	x	5	5	PL	5	5	PL
Belarus	x	x	x	x	x	x	4	4	PL	4	3	PL
Bulgária	7	7	NL	3	4	PL	2	3	L	2	3	L
Hungria	4	3	PL	2	2	L	2	2	L	2	2	L
Cazaquistão	x	x	x	x	x	x	5	4	PL	5	4	PL
Quirguistão	x	x	x	x	x	x	5	4	PL	4	2	PL
Letônia	x	x	x	x	x	x	2	3	L	3	3	PL
Lituânia	x	x	x	x	x	x	2	3	L	2	3	L
Moldávia	x	x	x	x	x	x	5	4	PL	5	5	PL
Polônia	4	3	PL	2	2	L	2	2	L	2	2	L
Romênia	7	7	NL	6	5	NL	5	5	PL	4	4	PL
Tajiquistão	x	x	x	x	x	x	5	5	PL	6	6	NL
Turcomenistão	x	x	x	x	x	x	6	5	NL	7	6	NL
Ucrânia	x	x	x	x	x	x	3	3	PL	3	3	PL
URSS	6	5	NL	5	4	PL	x	x	x	x	x	x

Fonte: Freedom House. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world#.UtLoN_RDvIE> Acesso em: 21/12/2013

Significado das siglas: DP: Direitos Políticos; LC: Liberdades Civis; L: Livre; PL: Parcialmente Livre; NL: Não Livre

Ao final da década de 80, os regimes socialistas passavam por sérias crises econômicas. O enfraquecimento da União Soviética criou o ambiente propício para que grupos de oposição aos regimes se desenvolvessem dentro e fora dos partidos comunistas. O fim da Guerra Fria promoveu a derrocada das autocracias fechadas que dominavam leste europeu e os antigos membros da União Soviética. A região do leste europeu que antes de 88 correspondia à região mais homogênea do mundo, depois do “*crash*” comunista apresentou uma composição de regimes políticos, similar ao padrão observado na terceira onda como um todo. Em 1989 apenas a Hungria e a Polônia poderiam ser consideradas parcialmente livres.

No ano seguinte, as modificações produzidas por Mikhail Gorbachev na URSS, elevou o país à condição de parcialmente livre, de acordo com os critérios da Freedom House. Em 1991 já com a desfragmentação realizada, os países oriundos da URSS já nasceram como Parcialmente Livres.

Na África Subsaariana, o fim da guerra fria se apresentou como o mecanismo catalizador de transições políticas, sobretudo entre os anos 1990 e 1992. Entretanto muito dos países africanos que produziram modificações em seus regimes, não se transformaram imediatamente em democracias, mas sim em variantes híbridas que combinavam aspectos autoritários com democráticos. Na África Subsaariana pós-89, a maioria das transições culminaram com a formação de um sistema multipartidário desprovido de plena competição política (definido por Møller & Skaaning como autocracias competitivas). Outra variante adotada por países em transição (não apenas na África Subsaariana, mas também nas Américas e no leste europeu) durante a terceira onda, combinava eleições livres e limpas com claras violações a direitos civis.

Regimes políticos que apresentam eleições competitivas com resultados incertos, mas que estão associados com frequentes transgressões a liberdades civis, são classificados por Møller & Skaaning (2013) como democracias minimalistas. Fareed Zakaria (1997), por sua vez, classifica esse sistema político como democracia iliberal.

Publicado pela Foreign Affairs em 1997, o artigo *The Rise of Illiberal Democracy* de Zakaria, critica a obsessão do ocidente pela democracia liberal. De acordo com o autor, a visão ocidental de democracia envolveria não apenas a existência de eleições livre e limpas, mas também Estado de direito, separação de poder, bem como liberdades de expressão, reunião, religião entre outras liberdades. Esses direitos comumente atrelados ao conceito de democracia corresponderiam ao liberalismo

constitucional e não estaria intrinsecamente relacionado com democracia. Em *O futuro da Liberdade* (2003), Fareed Zakaria expande sua teoria e argumenta:

“Só qualificar um país como democrático se ele garantir um determinado rol de direitos sociais, políticos econômicos e religiosos torna a palavra democracia sem sentido” (ZAKARIA, 2003. 17 pp).

O liberalismo constitucional e a democracia, na visão de Zakaria, nem sempre caminharam juntos. Na Inglaterra do século XIX, por exemplo, o liberalismo constitucional teria se desenvolvido primeiro do que uma democracia, já que apenas 2% da população era considerada apta para votar no Parlamento. A democracia plena teria se estabelecido nos países ocidentais depois do sufrágio universal promovido nas primeiras décadas do século XX. O liberalismo constitucional teria propiciado o desenvolvimento democrático em países do ocidente e em alguns países da Ásia. Se existe uma relação entre esse liberalismo e um despertar democrático, a recíproca não seria verdadeira. O autor ilustra exemplos na África, América Latina e o Oriente Médio, de países com eleições livres ou parcialmente livres que tiveram como resultado a ascensão de executivos fortes, que procuram enfraquecer os outros poderes, além de estarem pouco dispostos a permitir determinadas liberdades civis e econômicas.

Outro ponto polêmico na teoria de Zakaria, diz respeito ao fortalecimento da democracia iliberal. Segundo os dados apresentados no artigo de 1997, esse tipo de regime estaria em ascensão, atingindo 35% dos países em processo de transição, cobrindo assim desde pequenos infratores na argentina até os sistemas de quase tirania no Cazaquistão. A democracia iliberal deveria deixar de ser vista como um estágio de transição, pois poucas democracias iliberais se transformaram em democracias liberais. Contrariando o senso comum desenvolvido no ocidente, a democracia liberal não corresponderia ao fim a ser alcançado, mas tão somente um entre as tantas opções que podem se estabelecer sobre um país em transição.

Zakaria (2003) levanta questionamentos sobre o futuro da democracia em sociedades fragilizadas institucionalmente. Para a África, por exemplo, o autor defende que a democracia não seria a primeira necessidade, mas sim uma boa governança. Sobre o Paquistão de 1999, Zakaria praticamente faz uma defesa do regime autoritário do general Pervez Musharraf, argumentando que o país só produziu radicais reformas econômicas e sociais, graças ao caráter autoritário do regime. Haja vista que Musharraf

não precisou conciliar interesses de senhores feudais, militares e fundamentalistas islâmicos. Sobre os regimes autocráticos do Oriente Médio a conclusão foi de que mesmo corruptos eles são mais liberais e tolerantes que os eventuais atores políticos que podem sucedê-los.

As teorias expostas pelo autor têm gerado controvérsias no meio acadêmico. Autores como Charles Kupchan e Larry Diamond apresentaram fortes críticas às proposições de Zakaria expostas em seu artigo e posteriormente no livro. Kupchan (1998) em um artigo publicado na mesma revista do *The Rise of Illiberal Democracy*, procura questionar principalmente a ideia de que democracia não estimularia o liberalismo constitucional. Países como os do leste europeu, conviveram por muitas décadas com instrumentos sociais que não privilegiam o indivíduo, nesse sentido a democracia pode ser utilizada como uma ferramenta para fomentar valores como a proteção liberal e Accountability, garantindo que o liberalismo constitucional se desenvolva não apenas em virtude dos mecanismos institucionais, mas também graças a novos valores que foram desenvolvidos na sociedade. Japão, México e alguns países latino-americanos foram utilizados como exemplo por Kupchan para descredenciar a hipótese de que democracia não pode levar ao liberalismo constitucional. No caso do Japão, mesmo com várias eleições democráticas, apenas nos últimos anos que os governos procuraram fortalecer a governança multipartidária, bem como outras características liberais.

Kupchan (1998) critica Zakaria por ser incapaz de distinguir entre os pressupostos formais do liberalismo constitucional e os hábitos políticos que são imperativos para a formação de um regime liberal. Essa confusão de conceitos teria estimulado Zakaria a interpretar de maneira errônea a situação do leste europeu. Ainda que Hungria e Polônia tenham eleições livre e constituições liberais elas ainda estão muito distantes de serem democracias liberais como ele defendeu. Formalmente esses países têm instituições produzidas sob um aspecto liberal, embora que ainda persista na sociedade valores antidemocráticos. Zakaria ainda procurou defender a existência de executivos fortes e violadores da separação de poderes- como iliberal. Não obstante Kupchan refuta essa alegação, argumentando que esse seria um debate sobre os vícios e virtudes de determinados sistemas políticos e não uma questão de violação de liberdades.

Um ponto em comum entre os dois autores é a ideia de que uma rápida democratização em alguns países, com sociedades divididas, tem levado a graves

conflitos. Entretanto, Kupchan repreende o determinismo de Zakaria em afirmar que eleições em países sem experiência liberal terminariam com a chegada ao poder de grupos fundamentalistas pouco preocupados com a garantia de liberdades. As primeiras eleições nos antigos países comunistas não levaram ao poder nacionalistas radicais como esperado por Zakaria, mas sim moderados que tornaram possíveis revoluções sem derramamento de sangue.

Larry Diamond (2003), por sua vez, publica no *Journal of Democracy* uma resenha sobre o livro produzido por Zakaria. Com um tom crítico, Diamond argumenta que o livro não apresenta uma abordagem científica sobre a questão da liberdade, não foi utilizada nenhuma base quantitativa e ainda por cima o tratamento dado por Zakaria para regiões como África e América Latina fora superficial. Na visão de Diamond, ao procurar defender a necessidade de regimes semi-autocráticos como o ideal para uma transição de fortes autocracias para um regime democrático, Zakaria estaria cometendo o seu maior erro: acreditar que governos poderiam ser mais liberais se fosse menos democráticos.

Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia, Malásia e até o Chile de Pinochet, foram apresentados por Zakaria, como exemplos de países que seguiram o modelo europeu, desenvolvendo primeiro capitalismo e Estado de direito para só depois promoverem a democracia. Entretanto, Diamond (2003) alega uma omissão do livro em relatar que esses regimes militares e ditaduras de partido único, muitas vezes promoveram sérias violações a direitos humanos. Aliás, Diamond se diz espantado com a pouca atenção que os direitos humanos recebem no livro.

A terceira onda democrática foi capaz de promover a democratização em massa dos antigos Estados comunistas, dos países latino americanos, além de incentivar a proliferação de regimes híbridos, sobretudo, na África Subsaariana. Contudo, ao se tratar do Oriente Médio e Norte da África os movimentos de democratização parecem não ter surtido efeito na região. Como ilustrado por Møller & Skaaning (2013), a região apresentava uma composição de regime similar ao encontrado na África Subsaariana e leste europeu antes de 1989. Durante todo o período da terceira onda, essa região apresentava apenas um país que poderia ser considerado uma democracia: Israel.

Tabela 4: Classificação dos principais países do Oriente Médio e Norte da África em dois momentos distintos: durante os anos de 1978/79 (primeira fase da terceira onda) e 1989/1990 (segunda fase), de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.

Cobertura	1978			1979			1989			1990		
	DP	LC	Status									
Argélia	6	6	NL	6	6	NL	6	4	PL	4	4	PL
Bahrein	6	4	PL	5	4	PL	6	5	PL	6	5	PL
Egito	5	5	PL	5	5	PL	5	4	PL	5	4	PL
Irã	5	5	PL	5	5	PL	6	5	NL	6	5	NL
Iraque	7	6	NL	7	7	NL	7	6	NL	7	7	NL
Israel	2	2	L	2	2	L	2	2	L	2	2	L
Jordânia	6	6	NL	6	6	NL	5	5	PL	5	5	PL
Kuwait	6	4	PL	6	4	PL	6	4	PL	7	7	NL
Líbano	4	4	PL	4	4	PL	6	5	NL	6	5	NL
Líbia	6	6	NL	6	6	NL	7	7	NL	7	7	NL
Marrocos	3	4	PL	4	4	PL	4	4	PL	4	4	PL
Omã	6	6	NL									
Qatar	5	5	PL	5	5	PL	7	5	NL	7	5	NL
Arábia S.	6	6	NL	6	6	NL	7	6	NL	7	6	NL
Síria	5	6	PL	5	6	PL	7	7	NL	7	7	NL
Tunísia	6	5	PL	6	5	PL	5	3	PL	5	4	PL
E.A.U	5	5	PL	5	5	PL	6	5	NL	6	5	NL
Iêmen	X	x	x	x	x	x	x	x	x	6	5	PL
Iêmen do N.	6	5	NL	6	5	NL	5	5	PL	X	X	X
Iêmen do S.	6	7	NL	6	7	NL	7	7	NL	X	X	X

Fonte: Freedom House. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world#.UtLoN_RDvIE> Acesso em: 21/12/2013

Significado das siglas: DP: Direitos Políticos; LC: Liberdades Cívicas; L: Livre; PL: Parcialmente Livre; NL: Não Livre

Apesar de corresponderem, em sua grande maioria, a regimes fechados, os Estados Árabes apresentavam considerável variação nos graus de liberdades civis e direitos políticos. Como apresentado na tabela 4, durante a primeira fase da terceira onda, oito países da região eram considerados como não livres, enquanto que dez eram considerados parcialmente livres. O Iraque apresentava o mais elevado índice de repressão aos direitos políticos, enquanto que o Iêmen do Sul apresentava maior repressão às liberdades civis. Entre os países considerados parcialmente livres, o Marrocos com uma nota 3 para direitos políticos e 4 para liberdades civis, apresentava os melhores índices. Depois derrocada socialista em 89, o quadro no Oriente Médio e

Norte da África sofreu sutil modificação. Argélia, Jordânia e Iêmen¹³ se tornaram países mais livres, entre 89 e 90. Em contraste, países como: Irã, Líbano, Qatar, Síria e Emirados Árabes Unidos, tornaram-se mais autoritários, como demonstrado na tabela 4.

Apesar de não conseguir fomentar democracias no Oriente Médio e Norte da África, de acordo com Møller & Skaaning (2013) a terceira onda democrática teria exercido influência na região. A prova dessa influência seria o fim de várias autocracias fechadas que dominavam a região por décadas, sendo substituídas por sistemas autocráticos com uma parcial competição política depois de 1992. Embora várias autocracias competitivas tenham se desenvolvido desde 1992, os dados da Freedom House para o período de 1992 a 1994 não apontam melhoras nas liberdades civis ou políticas. Na verdade o resultado foi oposto ao esperado, países como Argélia, Egito, Bahrein, Tunísia, Irã e Iêmen, deixaram de ser considerados parcialmente livres para serem classificados como não livres, como demonstrado na tabela 5. Argélia, por exemplo, entre 1989/90 era considerado um país parcialmente livre com um dos melhores índices de liberdades civis e políticas entre os países árabes. Em 1991, uma onda de crescentes conflitos entre o governo argelino e grupos fundamentalistas instaurou uma guerra civil no país. Três anos depois do início dos conflitos, os índices de liberdade atingiram valores alarmantes, com uma nota 7 tanto para liberdades civis como para direitos políticos, a Argélia foi classificada como não livre, classificação que perdura até hoje.

Mas afinal, quais os motivos existentes para sobrevivência dos regimes autoritários no Oriente Médio e Norte da África? Quais variáveis independentes tolheram o desenvolvimento de um processo de democratização no mundo árabe? Antes de procurar essas variáveis é importante compreender quais as circunstâncias que fomentaram uma democratização em mais de 30 países entre os anos 1979 e 90. Entender os mecanismos causais responsáveis pelo surgimento da terceira onda pode oferecer respostas sobre a persistência de um *gap* democrático no mundo árabe. De acordo com Huntington (1994), cinco fatores seriam os responsáveis por desencadear as transições de regime: declínio da legitimidade; desenvolvimento econômico; modificações na doutrina religiosa; efeito bola de neve e por fim, mudança política de atores externos.

¹³ A unificação do Iêmen ocorreu em 22 de Maio de 1990.

Tabela 5: Classificação dos principais países do Oriente Médio e Norte da África entre os anos de 1992 e 1994, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.

Cobertura	1992			1993			1994		
	DP	LC	Status	DP	LC	Status	DP	LC	Status
Argélia	7	6	NL	7	6	NL	7	7	NL
Bahrein	6	5	PL	6	6	NL	6	6	NL
Egito	5	6	PL	6	6	NL	6	6	NL
Irã	6	6	NL	6	7	NL	6	7	NL
Iraque	7	7	NL	7	7	NL	7	7	NL
Israel	2	2	L	1	3	L	1	3	L
Jordânia	3	3	PL	4	4	PL	4	4	PL
Kuwait	5	5	PL	5	5	PL	5	5	PL
Líbano	5	4	PL	6	5	PL	6	5	PL
Líbia	7	7	NL	7	7	NL	7	7	NL
Marrocos	6	5	PL	5	5	PL	5	5	PL
Omã	6	5	PL	6	6	NL	6	6	NL
Qatar	7	6	NL	7	6	NL	7	6	NL
Arábia S.	7	7	NL	7	7	NL	7	7	NL
Síria	7	7	NL	7	7	NL	7	7	NL
Tunísia	6	5	PL	6	5	NL	6	5	NL
E.A.U	6	5	PL	7	5	NL	6	5	NL
Iêmen	6	4	PL	4	5	PL	5	6	NL

Fonte: Freedom House. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world#.UtLoN_RDvIE> Acesso em: 21/12/2013

Significado das siglas: DP: Direitos Políticos; LC: Liberdades Cívicas; L: Livre; PL: Parcialmente Livre; NL: Não Livre

O declínio da legitimidade, diz respeito ao fato de muitos regimes se manterem no poder incentivando o ideário popular de que apenas um governo forte seria capaz de levar o país ao desenvolvimento econômico e social. Os autocratas se apresentavam como combatentes da desordem interna, da corrupção e do caos econômico. Argumentavam que seus governos seriam capazes de gerar ordem social, redução da corrupção e modernização da economia. Com o crescimento econômico observado durante a década de 60 tais afirmações até pareciam ser verdadeiras. Contudo, os problemas econômicos da década de 70 levantaram questionamentos sobre a capacidade dos governantes, e conseqüentemente dos regimes, de cumprir as inúmeras promessas apresentadas ao chegarem ao poder.

O desenvolvimento econômico como uma ferramenta capaz de impulsionar transições democráticas consiste em uma hipótese apresentada na teoria da

modernização proposta por Lipset (1967). Países desenvolvidos economicamente apresentariam condições favoráveis à sustentação de uma governança democrática. Inspirado nos pressupostos de Lipset, Huntington (1994) aponta a existência de faixas de renda que seriam mais compatíveis com um processo de transição democrática. A maior parte dos países democratizados durante os anos de 1974-1991 estavam situados em uma faixa de 1.000 a 3.000 dólares do PIB *per capita*. Quando Portugal entrou em processo de democratização, em 1974, o país apresentava um PIB *per capita* de 1.904 dólares. No mesmo ano, o general Ernesto Geisel promoveu no Brasil um processo gradual de redemocratização, à época o país tinha um PIB *per capita* de 869 dólares, valor próximo à faixa de transição proposta por Huntington. Em 1985, quando o primeiro presidente civil pós-ditadura militar assume o poder, o PIB *per capita* já se encontrava na faixa de transição. Como ilustrado na tabela 6, nem todos os países em processo de democratização se encontravam na faixa de transição como, por exemplo, Bolívia, Senegal e Romênia. Entretanto o caminho trilhado por eles foi muito mais lento e tortuoso que os países com valores acima de 1.000 dólares.

Tabela 6: PIB per capita, dos principais países democratizados durante a terceira onda. Em verde, o ano de início da transição democrática em cada país.

Cobertura	1974	1975	1978	1979	1983	1984	1985	1988	1989	1990
Argentina	1701	1821	2155	2461	2950	3075	2904	3999	2381	4330
África do Sul	1427	1438	1638	1972	2696	2328	1736	2620	2668	3044
Bolívia	462	504	586	622	682	689	688	723	725	731
Brasil*	869	998	1453	1565	1306	1316	1376	1911	2553	2461
Bulgária	1554	1366	1587	1058	1615	1729	1829	2453	2473	2350
Chile	1664	762	1559	2070	1830	1785	1548	2157	2418	2615
Equador	582	657	1071	1273	1549	1544	1848	1076	1031	1096
Espanha	2672	3118	4230	5601	4348	4358	4562	9426	10376	13395
Grécia	2694	3008	4486	5449	4785	4629	4590	7239	7478	9187
Hungria	1037	1177	1759	2025	2230	2171	2207	3025	3075	3518
Nigéria	516	610	850	1019	980	1003	959	352	326	359
Peru	742	881	600	747	869	890	751	1494	1645	1350
Polônia	1336	1410	1921	2130	2104	2089	1929	1840	2190	1696
Portugal	1904	2075	2418	2709	2705	2499	2685	5598	6026	7825
Romênia	1009	1077	1499	1604	2111	1802	2231	2763	2453	1747
Senegal	332	434	466	568	459	420	451	795	717	857
Tchecoslováquia	1694	1856	2826	3017	3304	2979	2974	3852	3771	3545
URSS	1785	1859	2445	2696	3426	3542	3387	3412	3294	3030
Uruguai	1535	1352	1870	2659	1896	1790	1736	2736	2786	2972

Fonte: Banco de Dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/> Acesso em 19/01/2014

Em relação à estabilidade da democracia, Przeworski e Limongi (1997) argumentaram que países com rendimentos entre 2.000 e 3.000 dólares conseguiriam manter o regime democrático por, em média, 20 anos. Abaixo desse intervalo, a taxa de sobrevivência seria de apenas 8 anos. De maneira oposta, Estados democráticos com mais de 6.000 dólares de PIB per capita apresentam uma sobrevivência de mais de 252 anos.

A terceira variável a exercer influência nos processos de transição foi a modificação da doutrina católica. Antes da terceira onda, o catolicismo era frequentemente apresentado como uma força contrária à democratização. A maioria dos países democratizados durante a primeira onda eram protestantes. A ligação entre protestantismo e democracia existia por dois motivos: A consciência individual, fomentada graças à ausência de fortes intermediários como padres, bispos ou papas (comuns na igreja católica); e o incentivo ao capitalismo (um facilitador do desenvolvimento de instituições democráticas). Até o início da década de 60, a igreja católica estava associada ao poder local e a regimes autoritários. Todavia, depois dessa década, o catolicismo se apresentou como um ator pró-democrático. A mudança de doutrina ocorreu primeiramente graças as atuações dos Papas João XXIII e Paulo VI. Convocado pelo Papa João XXIII e finalizado já sob o mandato de Paulo VI, o Concílio Vaticano II, promoveu um período de reflexão sobre os rumos da Igreja. Entre os documentos produzidos pelo Concílio, a *Dignitatis Humanae* sintetiza a ruptura com a doutrina vigente até o início dos anos 60 (Huntington 1994; Zakaria 2004; Paul VI, 1965)

“This right of the human person to religious freedom is to be recognized in the constitutional law whereby society is governed and thus it is to become a civil right (PAUL VI, 1965. 2 pp).”

A declaração *Dignitatis Humanae*, apresenta a nova visão da igreja a respeito das liberdades que são inerentes ao homem. A Igreja passa a defender a necessidade de se respeitar constitucionalmente essas liberdades. A atenção é voltada para a liberdade religiosa, mas outras liberdades sociais também são defendidas (Paul VI 1965). Concomitante ao surgimento do Concílio Vaticano II, a relação entre a comunidade eclesial e a sociedade estava começando a se modificar. Um clero urbanizado e identificado com as classes trabalhadoras começa a brotar nos países de maioria católica, criando conflitos com as autoridades desses países.

A quarta causa das transições de 1974-1991, foi o chamado efeito bola de neve (ou demonstração). A democratização, bem sucedida, em um país pode encorajar países com realidades semelhantes a buscarem uma transição democrática. Regimes autoritários antes vistos como “eternos” quando derrubados, além de servirem como exemplos de que transições políticas são possíveis, ainda apresenta as formas pelas quais um governo pode cair. Nesse sentido, atores políticos presentes em outras regiões passam a adotar técnicas semelhantes em seus países, na esperança de obterem resultados similares. A Revolução dos Cravos em 1974 incentivou a redemocratização na Espanha, no Brasil e em outros países latinos. Mas, foi com a queda da União Soviética que o efeito demonstração atuou com mais força na terceira onda. A derrocada da maior potência comunista incentivou um intenso processo de democratização na Europa oriental e central. Alemanha Oriental, Hungria, Bulgária, Tchecoslováquia, Romênia, Polônia, foram algumas das nações que tiveram seu processo de transição de regime fortalecido pelo enfraquecimento soviético. O desmembramento da antiga URSS serviu de mote para as regiões desfragmentadas caminharem rumo à democratização.

O último dos agentes causadores da terceira onda seria a ação de atores externos. Em determinados países a democratização pode ser facilitada, ou ainda dificultada, pela ação de atores internacionais. Dois atores externos já foram mencionados: o Papado e a União Soviética. Entretanto, não apenas esses dois atores exerceram influência no “tabuleiro” internacional. União Europeia e Estados Unidos também desempenharam um papel fundamental no processo de democratização iniciado em 1974. Os países europeus recém-democratizados (1974-75), na busca por prosperidade econômica, tinham interesse em participar da Comunidade Europeia, mas para ser membros os mesmos precisavam renunciar ao autoritarismo e incentivar a consolidação democrática. A promulgação da resolução de Helsinki, que entre outras reforçava o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, também serviu como ferramenta para reformadores europeus.

Por fim, os Estados Unidos exerceram influência, sobretudo nos países do continente americano e asiático. Se o governo americano promoveu a ascensão e estabilidade de autocracias durante as décadas de 50 e 60, na terceira onda a situação se inverteu. A partir do ano de 1974, por iniciativa do congresso americano, o país passa a atuar no cenário internacional como um incentivador da democracia. Depois desse ano, o governo americano aprovou sanções econômicas a determinados regimes autocráticos. Levou suporte militar para garantir suporte a governos democraticamente eleitos nas

Filipinas, Granada, República Dominicana, além de apoio financeiro a grupos rebeldes no Afeganistão e Camboja.

Levantados os mecanismos causais responsáveis por influenciar o processo de democratização em mais de 30 países durante os anos de 1974 e 1991, o próximo passo para explicar o *gap* democrático no Oriente Médio e Norte da África, seria entender quais os motivos que impediram o desenvolvimento desses fatores, além de procurar levantar quais outras variáveis independentes tolheram um despertar democrático na região durante a terceira onda.

Como fora mencionado anteriormente, a religião islâmica foi por muito tempo apresentada como o obstáculo para a implementação e consolidação democrática na região. Elie Kedourie (1992), um dos principais defensores dessa teoria, argumenta que:

“there is nothing in the political traditions of the Arab world—which are the political traditions of Islam— which might make familiar, or indeed intelligible, the organizing ideas of constitutional and representative government (KEDOURIE, 1992. 5pp)”

Para Kedourie (1992), a noção de um Estado limitado à determinada área, o sufrágio universal, a presença de um judiciário independente e mesmo a laicidade do Estado, seriam valores contrários à tradição política muçumana. O que acabaria inviabilizando a democracia em países de maioria muçumana. Não obstante, autores como Zakaria (2003), Stepan (2003) e Diamond (2010) se mostram contrários à tese da incompatibilidade entre islamismo e democracia. Stepan (2003) chega a afirmar que o *gap* democrático não seria muçumano, mas sim árabe. Malásia, Turquia e Indonésia, são alguns dos exemplos.

Da mesma forma que o islamismo é apresentado como um valor antidemocrático, o catolicismo pré-Concílio Vaticano II também o foi. Ambas as religiões possuem, em seus textos sagrados, valores contrários aos ideais de liberdade. Além disso, a confusão entre autoridade religiosa e poder político não é monopólio da religião islâmica. A Igreja Católica (principalmente durante a idade média) tinha em seus papas não apenas a autoridade religiosa máxima, mas também um dos mais importantes atores políticos do mundo. Como apontado por Zakaria (2003):

“O livro santo dos muçulmanos abunda de exemplos de reis justos, de piedosos dirigentes, de árbitros sábios. Mas, a bíblia também conhece essas tendências autoritárias (ZAKARIA, 2003. 119 pp)”.

O catolicismo e o islamismo apresentam valores autoritários, mas também compartilham de características congruentes o ideal democrático. Nesse sentido, a democracia terá maior probabilidade de se desenvolver em sociedades que valorizem mais aspectos democráticos da sua religião. A busca deve ser não por uma democracia islâmica, mas sim pela democracia em uma sociedade islâmica. Contrastando a aparente incompatibilidade entre democracia e religião, Diamond (2010) aponta pesquisas elaboradas em países árabes onde 56% da população defendeu uma participação islâmica na política sendo que 85% se mostravam favoráveis à democracia. Desses 85%, 40% preferiam uma democracia secular e 45% uma forma islâmica de democracia.

Como demonstrado por Diamond (2010) e Stepan (2003), a religião não representa o verdadeiro obstáculo à democracia. Mas, sim a forma como a sociedade vai relacionar a religião com o poder político. Nesse sentido, entender a complexidade existente nas sociedades árabes, pode oferecer melhores respostas sobre sua relação com a democracia. O Mundo Árabe engloba desde movimentos secularistas até os fundamentalistas islâmicos. Os defensores da democracia se localizam no centro desse espectro e se locomovem de uma direção à outra, de acordo com o modelo de democracia que desejam produzir.

Os Secularistas tiveram importância principalmente no Egito de Gamal Abdel Nasser. Religioso moderado, Nasser não procurou aliar religião e política, o que despertou a ira de diversos grupos políticos entre eles a Irmandade Muçumana¹⁴. Na década de 50, os secularistas estavam intimamente relacionados com uma visão pan-arabista, se mostravam contrários ao imperialismo ocidental e ao comunismo, defendiam ainda uma modernização e industrialização das sociedades árabes. Associado a governos de partido único no passado, os atuais nasseristas têm se voltado para a defesa da democracia secular como uma forma de evitar o fundamentalismo islâmico.

¹⁴ A irmandade Muçumana foi fundada no início do século XX por Hassan al-Banna. Inicialmente correspondia a um movimento social, mas em seguida passou a se engajar politicamente. Até a primavera árabe, correspondia ao maior grupo de oposição no Egito. O movimento rejeita o uso da violência e tem por ideologia uma maior participação religiosa em todas as esferas da vida do cidadão. Seu lema é “O Islã é a Solução”. Disponível em: < <http://goo.gl/HoYmZX> > Acesso em: 19/03/2014

Os islamistas são por sua vez, descritos como grupos que utilizam o islã como ideologia política. Entretanto, esse termo é por demais, generalista, engloba desde moderados até os extremistas da Al-Qaeda. A divisão entre moderados e radicais é frequentemente baseada em dois critérios: uso da violência e aceitação das regras eleitorais. Wittes (2008) considera frágeis os dois critérios, pois eles não conseguiram separar os diversos grupos islâmicos. O critério da violência, onde os que a utilizam são radicais e os que não utilizam são moderados, é incapaz de definir grupos híbridos que mesmo não praticando violência, justificam ao uso da força por outros grupos. Aceitar as regras eleitorais também é um critério fraco, pois está de acordo com o processo eleitoral não quer dizer invariavelmente aceitar as regras da governança democrática.

Com o intuito de resolver essas incongruências Wittes (2008), propõe uma classificação que subdivide esses grupos em três categorias distintas. A primeira categoria corresponde a grupos que entendem a democracia como uma violação das vontades de Alá. Esses grupos extremistas não tem apreço pelas regras formais da política democrática. Comumente, classificam outros movimentos islâmicos como hereges e possuem interesse de montar uma sociedade árabe pan-islâmica de acordo com sua ideologia. O uso de violência e a incapacidade de se relacionar como outros grupos tornam os membros dessa categoria verdadeiros inimigos da democracia. Apesar de pequena, essa categoria ganhou notoriedade depois dos atentados de 11 de Setembro, já que a Al-Qaeda está contida nesse grupo.

A segunda categoria engloba grupos nacionalistas como o Hezbollah no Líbano ou Hamas na Palestina. Esses grupos combinam questões islâmicas com problemas de aspecto local. Os membros dessa categoria se desenvolvem em Estados fragilizados e em contraste aos *Takfiri*,¹⁵ procuram o suporte das comunidades locais. Esses grupos tem o desejo de participar do processo eleitoral, mas não hesitam em utilizar da violência caso se sintam excluídos do processo político. Sob essa lógica, a participação na política formal pode conter o anseio pelo uso da violência, entretanto a apreensão sempre se fará presente, já que eles podem retornar ao uso de armas caso lhes sejam convenientes.

A terceira e última categoria é defendida por Wittes (2008) como a mais importante para as discussões sobre a democratização no mundo árabe. Corresponde a

¹⁵ *Takfiri* diz respeito a grupos que acusam outros de abandonarem os preceitos do islamismo. Os *Takfiri* consideram como impura toda autoridade política que não cumpre com os seus preceitos da lei islâmica. Os membros da primeira categoria são também rotulados dessa maneira. Disponível em: <<http://mondediplo.com/2007/07/03takfirism>>

grupos que evitam o uso de violência e aspiram ao poder político em seus países. Entre os membros desse grupo é possível ver desde partidos políticos como o Partido da Justiça e Desenvolvimento (PJD) no Marrocos até movimentos excluídos formalmente da disputa de poder, como a Irmandade Muçumana no Egito. Os membros dessa categoria possuem uma ambiguidade em suas crenças e comportamentos, o que dificulta avaliar se eles estão ou não de fato preocupados com valores democráticos. Em geral, o estatuto dos membros dessa categoria são pequenos e com uma deliberada ambiguidade, o que acaba por oferecer um maior espaço de manobra dentro do jogo político. A saída apresentado por Wittes para especular sobre as reais intenções desse grupo é observar como eles se relacionam com minorias políticas, se aceitam o resultado de eleições mesmo que não as tenham vencido. E ainda se eles defendem o poder de autoridades religiosas em promover vetos no processo democrático.

Se a religião islâmica não representa um obstáculo à democracia ela também não foi capaz de impulsionar um despertar árabe na religião. O islã não possui uma hierarquia religiosa, responsável por decretar quais os caminhos à religião deve seguir. A igreja católica foi impulsionada para promover a proteção à liberdade e a dignidade humana graças a uma mudança doutrinária proposta pelos papas João XXIII e Paulo VI. A ausência de uma autoridade religiosa no islã torna a religião incapaz de realizar uma modificação de paradigma de forma tão drástica. Aliás, a falta de um clero oficial permite que qualquer religioso se sinta capacitado para dizer o que é certo ou errado, de acordo com a lei islâmica. Os grupos extremistas se aproveitam da falta de hierarquia para tentar proclamar seus *fatwas*¹⁶ e assim impor sua visão fundamentalista para a sociedade muçumana.

Entre os cinco mecanismos causais descritos por Huntington para a terceira onda, a mudança de doutrina na religião não se fez presente no mundo árabe. Resta saber se as outras causas da terceira onda, também não foram observadas nos países do Oriente Médio e Norte da África. Com relação ao desempenho econômico, os países árabes apresentam uma composição mais heterogênea do que os países da América Latina ou do leste europeu.

Na tabela 7, é possível observar diferentes valores de PIB *per capita*, durante os anos de 1981-1990. Países como Egito, Iêmen do Norte e do Sul em nenhum

¹⁶ *Fatwa* pode ser entendido como um decreto religioso relacionado a algum assunto da lei islâmica. Em geral, e apresentado por algum estudioso do direito islâmico. Disponível < <http://goo.gl/nKchte>> Acesso em 20/04/2014.

momento conseguiram obter valores acima dos 1.000 dólares, faixa onde a transição se tornaria mais provável. Países como Iraque, Marrocos e Líbano atingiram em determinados anos, valores superiores a 1.000 dólares. Países como Argélia, Irã, Jordânia, Síria e Tunísia estão inserido no meio da faixa de entre 1.000 e 3.000 dólares. Sendo assim, economicamente falando, esses países estariam preparados para a transição democrática. A ausência democrática nesses países não necessariamente corresponde a uma falha na teoria da modernização, haja vista que a teoria aponta que países nessa faixa de renda seriam mais propensos a democracia e não que eles iriam se transformar em democracias. Entretanto os exemplos reforçam a tese de que outros fatores estariam atuando sobre os países árabes impedindo um despertar democrático. Mas, se a teoria do desenvolvimento econômico aponta uma propensão a democracia para os regimes na faixa de 1.000 a 3.000 dólares, o que ela tem falar sobre países com renda superior a 6.000 dólares e mesmo assim continuam autocráticos?

Tabela 7: PIB per capita, dos países do Oriente Médio e Norte da África durante os anos de 1981-1990.

Cobertura	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Argélia	2207	2176	2275	2390	2538	2679	2662	2360	2169	2359
Bahrein	11360	11577	11547	11754	10671	8630	8465	8971	9309	9900
Egito	291	332	390	436	469	478	518	551	592	638
Iraque	796	813	754	765	769	831	998	1040	961	973
Jordânia	1809	1848	1853	1815	1840	2144	2188	1960	1286	1197
Kuwait	17539	14321	13240	13149	12393	9829	11650	10307	11807	8967
Líbano	1489	1009	1353	944	810	1000	778	1242	1015	1040
Líbia	10426	9827	9137	8008	7994	6309	5715	6291	6503	7298
Marrocos	842	830	732	654	646	832	898	1039	1054	1169
Omã	6187	6157	6171	6468	6861	5210	5260	4933	5318	6384
Qatar	34959	27453	20969	20133	16585	12687	12867	13563	14010	15446
Arábia S.	17577	13716	10869	9500	7827	6243	5891	5834	6078	7196
Síria	1818	1835	1887	1873	935	880	894	1016	849	895
Tunísia	1429	1343	1303	1259	1284	1342	1407	1429	1395	1662
EAU	45233	40339	35218	32731	30139	23788	24020	22543	24290	28066
lêmen	—	—	—	—	—	—	—	—	—	341
lêmen do N.	315	347	352	353	364	371	380	388	398	—
lêmen do S.	160	179	176	177	162	133	131	130	141	—

Fonte: Banco de Dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/>> Acesso em 19/01/2014

De acordo com Przeworski e Limongi (1997) Estados democráticos com mais de 6.000 dólares de PIB¹⁷ per capita apresentam uma sobrevida elevada, mas essa estabilidade também é observada para regimes autocráticos com o mesmo PIB *per capita*. Pois ditadores com governos ricos apresentariam mais meios para tentar se perpetuar no poder.

Autores como Zakaria (2003) e Diamond (2010) defendem que o problema não estaria na renda desses países, mas na forma como esses estados obtiveram essa riqueza. A maior parte dos países árabes tem como fonte de renda os lucros com petróleo e gás. O enriquecimento dos Estados produtores não seguiu o tradicional modelo de desenvolvimento capitalista visto em países da Europa ou mesmo da Ásia. Onde primeiro se desenvolveu uma agricultura forte, seguida de uma elevada industrialização. Para as nações rentistas, o dinheiro surge de maneira muito fácil, tanto que não existe a preocupação em se cobrar impostos. Se os governantes oferecem serviços sem pedir impostos em troca, eles não seriam compelidos a prestar conta de suas ações. Um país rico em recursos naturais está frequentemente associado a lento crescimento econômico, pelo fato de impedir o desenvolvimento de instituições políticas e administrativas modernas. Essa seria a chamada maldição do petróleo. Outro pilar da sustentação autoritária em países com elevado PIB *per capita* seria o gasto com segurança. Os ditadores apresentam um complexo aparato de segurança estatal, garantindo o controle sobre os dissidentes.

O declínio da legitimidade dos autocratas foi apontado por Huntington como outra variável a exercer influência nas transições democráticas da terceira onda. No mundo árabe, mesmo com problemas econômicos oriundos principalmente da crise do petróleo de 1973, os ditadores conseguiam desviar a frustração pública para um “inimigo comum” do regime e do povo: o Estado de Israel. As mídias estatais centralizavam suas atenções sobre a “ilegalidade” do Estado israelense. O conflito árabe-israelense foi utilizado como desculpa para todos os males da sociedade e os autocratas procuravam a partir disso fomentar um nacionalismo que iria garantir uma legitimidade que não viria com o desempenho econômico. Mesmo assim, para atenuar as eventuais pressões políticas os governos autoritários promoviam uma liberalização calculada oferecendo um pequeno espaço no jogo político para a oposição, acalmando

¹⁷ As referências aos níveis de desenvolvimento e as taxas de crescimento são expressas em constante de dólares norte-americanos calculados a partir da paridade de poder de compra expressos em preços de 1985.

assim a pressão por maiores reformas. Depois que o ímpeto por mudanças diminuía, os mesmos autocráticos voltam a promover a repressão política. Eleições controladas e repressão seletiva não era apenas uma medida de emergência para se manter por mais tempo no poder, mas sim um sistema político paralelo que Daniel Brumberg denominou de autocracias liberalizadas (2002).

O efeito demonstração, mais uma das causas da terceira onda, exerceu influência inicialmente nos países latinos, mas foi mais forte no leste europeu. No mundo árabe, contudo, esse efeito não foi observado. O efeito demonstração atua principalmente em países com realidades similares. Caso existisse um país árabe que fosse democrático, o seu exemplo poderia mostrar a população de outros países os meios pelos quais a democracia no Oriente Médio e Norte da África poderia se desenvolver. Entretanto entre os anos de 1970 até antes da primavera árabe nenhum efeito demonstração ocorreu no mundo árabe.

O último dos mecanismos causais da terceira onda foi à ação de atores externos. Se os Estados Unidos atuaram, durante a terceira onda, como agentes promotores da democracia na América e na Ásia. No mundo árabe a situação foi bem diferente. O governo americano apoiou diversos governos autoritários, oferecendo ajuda financeira para esses governos. A ajuda externa representou para os países árabes, problemas similares à maldição do petróleo (DIAMOND, 2010). Burhan Ghalioun (2004) argumenta que o medo ocidental de um retorno ao populismo pan-arabista de Nasser, o desejo de exercer maior controle sobre as grandes reservas de petróleo, além do apoio moral e militar a supremacia israelense, serviram como incentivos aos Estados Unidos para manter o laço com governos autoritários no mundo árabe. Outro ator externo a exercer influência foi a Liga Árabe, que desde sua fundação nunca manifestou interesse em promover a democratização de seus membros.

O mundo árabe não se democratizou entre os anos de 1974 e 1990 pelo fato das variáveis independentes responsáveis pela democratização no período não estarem presentes nos países árabes. Nas duas décadas seguintes, também não se pode observar nenhum despertar democrático. Não obstante, em 2010 a Tunísia inicia uma revolução que derruba o regime ditatorial há 14 anos no poder e instaura um processo de democratização. O exemplo tunisiano serviu de incentivo para populações de países vizinhos também lutarem por seus direitos. A partir dessas revoltas duas perguntas podem ser elaboradas: por que um despertar árabe tão tardio? Quais os mecanismos causais promoveram essas transições de regimes?

CAPÍTULO 3: A PRIMAVERA ÁRABE

A configuração dos Estados Árabes foi influenciada diretamente pela atuação de potências europeias no Oriente Médio e Norte da África. Das atuais fronteiras aos sistemas políticos, esses Estados tiveram suas decisões pautadas pelos interesses do poder colonial. A partilha dos territórios ao final da Primeira Guerra Mundial, não teve a preocupação de considerar as particularidades da região, fato que criou um ambiente propício de conflitos *a posteriori*. Com a independência desses Estados, movimentos nacionalistas reivindicaram o poder e conclamavam seus concidadãos a rejeitarem a influência ocidental e a supremacia de Israel (OURO-PRETO, 2011).

Ainda que fossem regimes autoritários, os regimes nacionalistas inaugurados depois dos movimentos de independência eram distintos das atuais formas de autoritarismo presentes no mundo árabe. Como argumenta Ghalioun (2004), os regimes nacionalistas das décadas de 50, 60 promoveram a modernização econômica e procuraram eliminar o parasitismo aristocrático. Ao fundar estruturas estatais e incentivarem a distribuição de terras, esses regimes receberam um amplo apoio da população. Em contrapartida, os atuais regimes autocráticos carecem de apoio popular. Se o autoritarismo das décadas de 50, 60 se camuflou no popularismo, os atuais regimes autocráticos se mantêm no poder graças ao imenso aparato de segurança que de forma coercitiva tolhe o impulso à rebelião.

A contínua presença de autocracias no mundo árabe fomentou a aparente ilusão de estabilidade desses regimes, teoria que perdurou até os primeiros anos do século XXI. Em 2010, uma rebelião deflagrada na Tunísia se generaliza e acaba por promover a ruptura com o paradigma da estabilidade autocrática no mundo árabe. Na cidade de Sidi Bouzid (localizada a 200 quilômetros da capital Túnis), o conflito entre o feirante Muhammad Ibn Bouazizi¹⁸ e a autoridade local, culminou com a autoimolação do feirante em frente à sede da administração municipal.

¹⁸ Muhammad ibn Bouazizi tinha 26 anos e não era formado como muitos veículos de imprensa relataram. De acordo com a aljazeera, ele teria concluído apenas o ensino pré-universitário. Vendia frutas para garantir o sustento de uma família com 8 membros. Depois de ter sua mercadoria apreendida pela segunda vez e se recusar a pagar propina, Bouazizi tenta prestar queixa na sede da administração municipal, mas depois de ter a audiência negada ele, desesperadamente, decide tocar fogo no próprio corpo. Socorrido o feirante foi levado as pressas para o hospital com mais de 90% do corpo queimado. Bouazizi faleceu cerca de duas semanas depois no dia 5 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/m6udjR>; <http://goo.gl/gejpBh>> Acesso em: 02/02/2013.

O sacrifício de Muhammad ibn Bouazizi em protesto contra a repressão e a corrupção policial serviu como catalizador de uma rebelião contra o *status quo*. Entretanto, Bouazizi não fora o primeiro descontente com o regime a recorrer à autoimolação. Nove meses antes¹⁹, na cidade de Monastir, o vendedor ambulante Abdesslem Trimech, revoltado com a burocracia estatal decide tocar fogo contra o próprio corpo.

As histórias são semelhantes, mas o final foi bem distinto. Enquanto Trimech caiu no esquecimento, Bouazizi se tornou o mártir da revolução tunisiana. Mas, afinal o que teria gerado consequências tão distintas? De acordo com Yasmine Ryan (2011), a distribuição geográfica onde os dois protestos ocorreram, além do acesso a informação, podem oferecer algumas respostas. Monastir, cidade onde ocorreu a autoimolação de Abdesslem Trimech, é uma cidade portuária e um dos maiores centros turísticos do país. Em contraste, Sidi Bouzid se localiza na região central do país e fica a mais de 260 quilômetros da capital Túnis (figura 2). O regime de Zine el-Abidine Ben Ali, tinha uma atenção especial com a região norte do país, onde se situam os principais centros turísticos. Ben Ali tinha a preocupação de apresentar, na mídia internacional, a Tunísia como um país moderno e organizado, mas longe dos centros turísticos o país encontrava-se mergulhado em um cenário de pobreza e de elevada corrupção. Nesse sentido, a população de Sidi Bouzid estaria mais propensa a se identificar com o gesto de Bouazizi, do que a população de Monastir com o protesto de Trimech (RYAN, 2011; ANDERSON 2011).

O acesso à informação também desempenhou papel fundamental, enquanto o gesto de Trimech não obteve registro de vídeo ou fotográfico, a autoimolação de Bouazizi foi fotografada e filmada. No mesmo dia que Bouazizi colocou fogo contra seu próprio corpo, seu primo lançou um vídeo no Youtube mostrando um protesto pacífico na cidade de Sidi Bouzid, o canal web Al Jazeera Mubasher compartilhou o vídeo o que ajudou consideravelmente na divulgação²⁰. As mídias estatais ignoravam a tragédia e o descontentamento crescente da população de Sidi Bouzid. Sem receber a informação dos meios tradicionais a população da pequena cidade do interior da Tunísia teve que recorrer a blogs, redes sociais e canais de compartilhamento de vídeos para se manterem

¹⁹ Muhammad ibn Bouazizi realizou autoimolação no dia 17 de dezembro de 2010 na cidade de Sidi Bouzid. Abdesslem Trimech, por sua vez, tocou fogo contra o próprio corpo no dia 03 de março de 2010 na cidade de Monastir. Disponível em: <http://goo.gl/ZYs8mW> Acesso: 03/01/2014

²⁰ Reportagem da Al Jazeera sobre a auto-imolação de Bouazizi. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iHw_augod6Y Acesso em: 22/05/2014

informados sobre os protestos e o estado de saúde do vendedor de frutas que deu início as protestos.



Figura 2: Distribuição geográfica das cidades de Túnis (Capital), Monastir e Sidi Bouzid. A capital fica ao norte, sendo representada na figura pela letra A. Monastir, assim como a capital é uma cidade litorânea, sendo representada na figura pela letra b. A letra C representa a cidade de Sidi Bouzid, onde os protestos se iniciaram. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>Acesso: 12/01/2014

Com o passar dos dias, imagens de Bouazizi se espalharam nas redes sociais, a Al Jazeera utilizou muito desse material para informar sobre os conflitos na Tunísia. Campanhas online foram produzidas convocando a população a ir protestar contra o regime autoritário há 24 anos no poder. No intuito de restringir a informação, o governo de Ben Ali bloqueou o Facebook, Twitter, DailyMotion e o YouTube. Lançando ainda uma onda de prisões em massa contra aqueles que tentavam expor os conflitos. Mesmo negado o acesso a importantes centros de informação na web, a população encontrou nas mensagens de celular uma fonte alternativa de divulgação de notícias. Intensas redes de mensagens se espalharam por todo o país. Além do uso dos celulares, Howard & Hussain (2011) argumentam que comunidades de hackers localizados fora da Tunísia desenvolveram softwares capazes de burlar alguns dos *firewalls* do governo de Ben Ali, o que acabou facilitando a ação dos ativistas na internet.

O estopim para a Revolução de Jasmim, como também é conhecido o levante tunisiano, foi o gesto de Bouazizi na frente do prédio da administração local, mas o descontentamento com as práticas do governo não é um efeito recente. Como apontado por Howard & Hussain (2011), anos antes das revoltas de 2010/2011 os tunisianos já utilizavam de blogs e outros portais na internet para tentar denunciar escândalos de corrupção. No final de 2010, antes do ato em Sidi Bouzid, a população teve acesso a documentos secretos do governo americano (produzidos entre 2006 e 2009), onde o embaixador na Tunísia expunha a corrupção e o nepotismo que imperava no regime de Ben Ali.

Seemingly half of the Tunisian business community can claim a Ben Ali connection through marriage, and many of these relations are reported to have made the most of their lineage. Ben Ali's wife, Leila Ben Ali, and her extended family -- the Trabelsis -- provoke the greatest ire from Tunisians. Along with the numerous allegations of Trabelsi corruption are often barbs about their lack of education, low social status, and conspicuous consumption (WIKILEAKS,2010. <http://goo.gl/9IFZ78>).

O trecho supracitado corresponde a um fragmento dos telegramas²¹ do embaixador Robert F. Godec dirigido ao governo norte-americano. Nos telegramas o embaixador pontuava que a Tunísia correspondia a um aliado estratégico na região, mas que esse aliado encontrava-se envolto em inúmeros desvios de conduta. Ao longo do texto vários casos de corrupção foram ilustrados como, por exemplo, a manipulação do setor bancário que garantia a empresários próximos ao regime a não obrigatoriedade do pagamento da dívida. Outra característica do regime de Ben Ali, seria o elevado grau de nepotismo, para se referir a isso Godec chega a utilizar o termo “A Família”. Para o embaixador muitos dos grandes empresários tunisianos tem algum grau de parentesco com o ditador ou a sua esposa.

Ao final de um dos telegramas, o embaixador Robert F. Godec deixa claro que uma população com elevados índices de desemprego e sofrendo os problemas da inflação elevada poderia não tolerar por muito tempo a opulência da família Ben Ali. A população que sempre ouvira falar de casos de corrupção envolvendo líderes do regime teve depois do Wikileaks (<http://wikileaks.ch/cable/2009/07/09TUNIS492.html>) a prova documental que os escândalos eram verdadeiros e ainda por cima descobriram que os

²¹ Os telegramas redigidos pelo embaixador Robert F. Godec podem ser acessados pelos links: <<http://goo.gl/0NNdt>> <<http://goo.gl/9IFZ78>> .Acesso em: 22/02/2014.

Estados Unidos eram coniventes com os desvios de conduta do Presidente tunisiano. Menos de um mês depois do vazamento dos primeiros telegramas a população tunisiana estava nas ruas.

O vazamento dos telegramas, associado à morte de Bouazizi impulsionou o descontentamento com o regime. As campanhas online não levaram às ruas apenas jovens estudantes, mas também convenceram o principal sindicato do país o *Union Générale du Travail Tunisienne* (UGTT) a promoverem greves gerais que desestabilizaram o governo de Ben Ali. Quase um mês depois de seu início, a Revolução de Jasmim, que já contabilizava mais de 300 mortos viu o Presidente Zine El Abidine Ben Ali renunciando ao poder e se exilando na Arábia Saudita. Com a queda do regime de Ben Ali, um governo transitório composto pelo Presidente Fouad Mebazaâ²² e o Primeiro Ministro Mohamed Ghannouch²³ assumiu o poder. A continuação de Ghannouch como Primeiro Ministro, gerou intensos protestos no país, muito pelo fato dele estar intimamente ligado ao governo de Ben Ali e ser apontado como o nome que o ex-presidente desejava que lhe sucedesse. Beji Caid el Sebsi²⁴, assume o posto de Ghannouch e junto com Mebazaâ governam a Tunísia até a realização da eleição geral em 23 de Outubro de 2011. Com 41% dos votos o Ennahda (partido de orientação islâmica) obtém a maioria das cadeiras do parlamento.

Depois da Revolução de Jasmim, insurgências contra regimes autoritários foram observados em outras partes do mundo árabe. No Egito, os protestos menores ocorreram já nas primeiras semanas de 2011, mas foi só no dia 25 de Janeiro que as grandes manifestações tomaram a Praça Tahrir. Os manifestantes eram em sua maioria estudantes desempregados ou sub-empregados, desesperados por mudanças, mas que não possuíam o fundamentalismo religioso nem uma forte ideologia política.

²² Fouad Mebazaâ era membro do partido de Ben Ali e foi presidente da câmara dos deputados durante o governo do ex-ditador. Com a deposição de Ben Ali ele assume o poder e anuncia sua saída do partido. Disponível em: < <http://goo.gl/RWc0Bk> > Acesso em 12/04/2014

²³ Mohamed Ghannouch foi Primeiro Ministro tunisiano de 1999 a 2011. Sempre esteve envolvido com o RDC (Democratic Constitutional Rally), partido do Ex-presidente Ben Ali. Fez parte da Equipe de Ministros (finanças e cooperação internacional) de Ben Ali desde entre 1989 a 1999. Depois da primavera árabe chega a assumir a presidência mas sua posse foi considerada inconstitucional. Abdicou do cargo de Primeiro Ministro em 27 de Fevereiro. Disponível em: < <http://goo.gl/7uiNZF> >; < <http://goo.gl/oxhiEA> >; < <http://goo.gl/UQoNsR> >; < <http://goo.gl/UcTF6y> >. Acesso em 12/04/2014

²⁴ Beji Caid el Sebsi é um advogado e ex-membro do RDC, partido que governou a Tunísia até o início de 2011, foi presidente da câmara dos deputados entre 90/91. Exerceu vários cargos ministeriais no governo de Bourguiba. Estava fora da vida política até ser convidado a assumir o lugar de Ghannouch. Fundou em 2012 o Nidaa Tounes, partido de orientação secular e de esquerda. Disponível em: < <http://www.tunisia-live.net/whoswho/beji-caid-essebsi-2/> > Acesso em 12/04/2014.

De maneira similar aos manifestantes tunisianos lutavam por melhores condições socioeconômicas e maiores liberdades políticas. Se a Tunísia teve em Bouazizi seu mártir, manifestantes egípcios utilizaram a imagem de Khaled Said²⁵ como uma prova das violações presentes no governo de Hosni Mubarak (FARAH, 2011). O regime autoritário, na tentativa de se manter no poder, procurava reprimir duramente os cidadãos que protestavam na Praça Tahrir. Confrontos entre manifestantes e o aparato policial se tornaram cada vez mais comuns e levaram a morte de mais de 800 pessoas. Mubarak ordenou a presença dos militares na praça para dispersar os manifestantes, entretanto soldados e oficiais se recusaram a agir contra os manifestantes²⁶. No artigo intitulado “*The Arab Military in the Arab Spring: Agent of Continuity of Change?*” Silverman (2012), destaca que entre os militares egípcios não existia consenso sobre a avaliação do governo de Mubarak. O desacordo em relação à qualidade do governo de Mubarak era decorrente da alta desigualdade observada entre os militares. Os oficiais aposentados e de alto escalão, recebiam do governo do ex-ditador uma série de benefícios, tornando esses indivíduos mais propensos a tolerar o governo de Mubarak. Em contraste, os oficiais de baixa patente com baixos salários e sem receber benefícios como seus superiores, estavam mais propensos a apoiar as reivindicações dos manifestantes. Nesse sentido o suporte militar as revoltas iniciadas em 2011 evitou um possível racha político dentro das forças armadas.

Em 11 de Fevereiro de 2010 Mubarak renúncia e o poder passa então para uma junta militar, que tinha como objetivo preparar o país para eleições gerais. A comemoração inicial deu lugar a uma constante insatisfação com o governo transitório liderado pelo marechal Mohamed Hussein Tantawi. As constantes mudanças no calendário eleitoral levaram manifestantes novamente às ruas. Só que dessa vez não apenas jovens liberais se fizeram presentes, a Irmandade Muçumana que antes não tinha desempenhado papel relevante na queda de Mubarak, apresenta-se na Praça Tahrir levantando reivindicações distintas do que as defendidas pelos liberais. Esse conflito de ideias levou muito dos primeiros manifestantes a acusarem a Irmandade Muçulmana de

²⁵ Khaled Said foi jovem de 28 anos, fundador de um blog que expunha casos de corrupção do governo. Em 6 de Junho de 2010, foi brutalmente espancado e morto pela polícia egípcia, com o intuito de impedir a divulgação de novas denúncias. Uma foto sua com o rosto deformado se espalhou por todo o país graças à divulgação na internet e por mensagens de telefone (HOWARD & HUSSAIN, 2011).

²⁶ De acordo com Silverman (2012) os militares argumentavam que não poderiam ser contra as “legítimas demandas do povo egípcio”.

tentarem roubar a revolução²⁷. Visão essa que foi compartilhada por Fradkin (2012). Depois de muita pressão, o regime militar convoca eleições que foram realizadas entre maio (primeiro turno) e Junho (segundo turno) de 2012. No primeiro turno a disputa foi acirrada entre o Partido da Liberdade e da Justiça (PLJ), ligado a Irmandade Muçumana e o Marechal da Força Aérea Egípcia (na reserva) Ahmed Shafiq, que concorreu como independente. O PLJ obteve 24,78% dos votos enquanto que Shafiq obteve 23,66%. No segundo turno, o PLJ obteve 51,73% dos votos e elegeu Mohamed Morsi como primeiro Presidente eleito pós-Mubarak.

Ao contrário das revoluções egípcias e tunisianas, a retirada da ditadura personalista de Muamar Khadafi se transformou em uma guerra civil, com o intenso apoio militar da OTAN (OURO-PRETO 2011). O resultado da guerra civil foi à morte do ditador e a ascensão de um governo de caráter provisório. Outro país que viu suas insurgências se transformarem em guerra civil foi à Síria. Com a série de protestos no mundo árabe o Presidente Bashar Hafez al-Assad prometeu a população reformas visando uma maior abertura política, o ritmo lento dessas mudanças revoltou opositores que iniciaram um levante armado que dura até o presente momento.

Um ponto que chama atenção sobre as insurgências árabes de 2010/2011, diz respeito ao fato dos Estados monárquicos permanecerem imunes. No Marrocos e Jordânia protestantes foram as ruas, mas não tiveram força para incentivar as massas. Os manifestantes reclamavam por melhores condições de vida, mas não necessariamente pediam a mudança de regime. Das oito monarquias árabes, apenas o Bahrein conviveu com protestos de grande escala, mas o regime tem se mantido forte graças ao apoio militar da Arábia Saudita. Como ilustrado na tabela 8, as monarquias árabes apresentam os piores índices de liberdades. O Marrocos é a maior exceção, sendo considerado parcialmente livre durante todo período estudado pela Freedom House (desde 1972). Outras monarquias, as vezes promovem maior liberalização como por exemplo o Kuwait entre os anos de 2009 a 2011 ou a Jordânia e Bahrein no ano de 2008, sendo considerados parcialmente livres durante esse período específico. No geral, contudo, as monarquias árabes são consideradas como Não Livres apresentando índices entre 5 e 7 para liberdades civis e políticas.

²⁷ O filme *The Square*, produzido por Jehane Noujaim, retrata a evolução dos protestos no Egito, registrando ainda a incompatibilidade crescente entre a visão dos liberais que promoveram a revolução e o pensamento da Irmandade Muçulmana. O filme concorreu em 2013 ao Oscar de Melhor Documentário.

Tabela 8: As monarquias árabes estão intimamente associadas a elevadas repressões a direitos políticos e liberdades civis. O Marrocos quase sempre foi uma exceção à regra. Para os anos de 2009/2011 Marrocos e Kuwait fora as monarquias consideradas parcialmente livres.

Cobertura	2009			2010			2011		
	DP	LC	Status	DP	LC	Status	DP	LC	Status
Bahrein	6	5	NL	6	5	NL	6	6	NL
Jordânia	6	5	NL	6	5	NL	6	5	NL
Kuwait	4	4	PL	4	5	PL	4	5	PL
Marrocos	5	4	PL	5	4	PL	5	4	PL
Omã	6	5	NL	6	5	NL	6	5	NL
Qatar	6	5	NL	6	5	NL	6	5	NL
Arábia S.	7	6	NL	7	6	NL	7	7	NL
E.A.U.	6	5	NL	6	5	NL	6	6	NL

Fonte: Freedom House. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world#.UtLoN RDvIE>> Acesso em: 26/12/2013

Significado das siglas: DP: Direitos Políticos; LC: Liberdades Civis; L: Livre; PL: Parcialmente Livre; NL: Não Livre

Para explicar o *gap* democrático nas monarquias do Oriente médio e Norte da África, Yom & Gause III (2012) afirmam que teorias culturais e institucionais foram produzidas no meio acadêmico. A abordagem cultural estaria relacionada ao fato do Rei gozar de prestígio religioso ou tribal o que garantiria a lealdade dos seus súditos. Sob o ponto de vista institucional a abordagem iria se valer da teoria de Brunberg(2005) sobre autocracias liberalizadas. Sendo assim, reis como Mohammed VI no Marrocos, implementam algumas liberdades controladas, tolhendo o discurso da oposição e garantindo o apoio popular ao regime. Apesar dessas teorias Yom & Gause III (2012) preferem relacionar a estabilidade das autocracias com três outros fatores: Coalizão governamental, maldição do petróleo e ajuda externa.

Muito dos reis mais estáveis no poder, apresentam uma coalizão ampla que permite primeiro garantir a governabilidade e segundo se antecipar as ações da oposição. Com uma coalizão ampla a capacidade de descredenciar as ações da oposição se torna ainda maior. Outro fato de estabilidade para a maioria dos monarcas árabes seria a riqueza proveniente do petróleo ou de outros recursos naturais. Com tanto dinheiro disponível esses regimes não seriam obrigados a cobrar impostos e ainda

seriam capazes de desenvolver algumas medidas de bem estar social para abafar as críticas. O último fator, seria a ajuda externa que essas monarquias recebem. Por ajuda externa não se deve entender apenas recursos financeiros providos de outros países, mas também a formação de uma aliança político e militar. A ajuda que o Bahrein recebeu da Arábia Saudita constitui, um bom exemplo.

O mundo árabe foi por muito tempo compreendido como um reduto de autocracias estáveis. Essa imagem ganhou força principalmente durante a terceira onda democrática, pois enquanto o mundo via processos de democratização brotarem em diversas regiões, o Oriente Médio e o Norte da África não possuíam nenhum país envolto em uma transição democrática. Os levantes de 2010/2011 expuseram a fragilidade no interior dessas autocracias árabes. Como destacou Masoud (2011):

“It is easy now to see why Egypt’s revolution had to happen, and why President Hosni Mubarak’s thirty-year reign had to end in the spectacular manner in which it did. Even the most casual observer of the Egyptian scene can recite from the expansive catalogue of ills that Mubarak had visited upon the land” (MASOUD, 2011. 20pp).

A convulsão observada no mundo árabe surpreendeu governos e especialistas, mas o espanto do Ocidente reforçou o quão míope eles estavam sobre os problemas existentes dentro das sociedades árabes. Alto índice de desemprego, inflação elevada e forte repressão policial, não correspondem a fenômenos recentes, mas o que imperava era a visão dos regimes autocráticos como responsáveis por manter a ordem. A miopia dos analistas impediu os mesmos, de perceberem a crescente insatisfação que tomava conta do povo árabe, mas que era constantemente sufocada por uma coerção estatal.

Autores como Joffé (2011), Bijos & Silva (2013), apontam os problemas socioeconômicos como um dos principais fatores responsáveis por pelo desenvolvimento da Primavera Árabe. Contudo, durante a terceira onda o Mundo Árabe se viu envolto a graves problemas econômicos. A primeira crise do petróleo ocorreu apenas um ano antes da Terceira Onda, já a segunda crise do petróleo em 1979 ocorreu com a onda democrática já em curso. A crise de 1979 teve consequências negativas para vários regimes autoritários que dependiam da importação do petróleo. Se a situação econômica sozinha não é capaz de incentivar transições democráticas, quais outras variáveis teriam influenciado nas insurreições de 2010/2011? Huntington (1994) apontou cinco causas para a terceira onda, no capítulo anterior fora demonstrado que os países do Oriente Médio e Norte da África passaram ilesos pela terceira onda por que a

maior parte dos mecanismos causais não se encontravam presentes na região durante 1973-1990. No esforço por entender quais os motivos que impulsionaram rebeliões populares no mundo árabe pós 2010, analisar como as variáveis independentes descritas por Huntington atuaram no processo, pode ser um exercício de grande utilidade.

Entre os cinco mecanismos causais descritos no livro “A Terceira Onda”, o primeiro a receber destaque é o efeito representação. Huntington deixa claro que transições democráticas em um determinado país podem incentivar países com realidades similares. Tal fato pôde ser visto nas Américas e, sobretudo no leste europeu. O Mundo Árabe, por sua vez, não apresentou o mesmo efeito. Na verdade, o único país democrático da região sofreu um movimento inverso. O Líbano se envolveu em uma guerra civil que restringiria todas as liberdades antes conquistadas. Os países árabes então não possuíam nenhum país, com características similares, pelo qual pudessem se espelhar. O caso libanês, ainda levantou o alerta para os opositores das autocracias, que a luta por um país democrático envolveria muito sangue derramado e mesmo assim a possibilidade de vitória seria pequena.

Se até a primeira década do século XXI o mundo árabe não tinha em quem se espelhar, a revolução de Jasmim tratou de resolver esse problema. O sucesso da revolta tunisiana mostrou não apenas que as fortes autocracias poderiam ser derrubadas, mas também criou um *modus operandi*, definindo por quais motivos a população deveria se manifestar e de que forma ela precisaria atuar para obter sucesso. Protestantes em outros países árabes começaram a copiar as ações adotadas na Tunísia. No Egito, pessoas como Ahmed Hashem el-Sayed, Mohamed Farouk ²⁸ realizaram o mesmo ato de Muhammad ibn Bouazizi. Fato semelhante aconteceu na Argélia pós guerra civil de 90, onde mais de sete pessoas realizaram autoimolações. O Egito ainda copiou os levantes na Tunísia promovendo greves similares as adotadas pelo *Union Générale du Travail Tunisienn*, a divulgação de informação na internet foi ainda mais sofisticada que a observada na revolução de Jasmim. A derrocada do regime ditatorial de Ben Ali incentivou levantes populares no Egito, Líbia, Marrocos, Jordânia, Iêmen, Barhein além de outros países árabes.

A segunda causa apresentada por Huntington seria o desempenho econômico, países com PIB *per capita* entre 1.000 e 3.000 dólares, durante os anos de 74/89,

²⁸ Mohamed Farouk era advogado e tinha 40 anos, se incendiou no Cairo. Em Alexandria o jovem de 25 anos Ahmed Hashem el-Sayed foi hospitalizado com várias queimaduras de terceiro grau, morreu logo depois. Disponível:< <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12214090> >Acesso: 05/02/2014.

apresentariam uma maior predisposição a se democratizarem. Como fora visto anteriormente, muitos países árabes já se encontravam na faixa de transição. Na última década, países como Egito, Líbia e Líbano conseguiram entrar na faixa idealizada por Huntington. Em 2010, quando começaram os protestos a Tunísia já se encontrava com um PIB per capita acima da faixa de transição democrática. O Egito que durante no ano de 1990 tinha um PIB per capita de 632, cresceu substancialmente apresentando em 2010 um PIB per capita de 2.646 Dólares. No ano de 2010, todos os países árabes apresentam um PIB per capita compatível com uma transição democrática, países com valores muito acima de 6.000 dólares como, por exemplo, o Qatar e a Arábia Saudita teriam uma maior estabilidade de suas autocracias em virtude dos malefícios decorrentes da riqueza do petróleo, como Diamond (2010), Zakaria (2003) e Przeworski & Limongi (1997) argumentam.

Tabela 9: PIB per capita, dos países do Oriente Médio e Norte da África durante os anos de 2000-2010.

Cobertura	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argélia	1716	1743	2056	2550	3039	3397	3851	4801	3786	4365
Bahrein	12846	13096	14345	16027	18156	19460	21049	23038	19251	20546
Egito	1350	1267	1067	1122	1316	1476	1780	2184	2448	2749
Iraque	721	691	637	982	1325	1944	2606	3622	3772	3942
Jordânia	1856	1954	2046	2241	2403	2773	3025	3717	3854	4094
Kuwait	17616	18619	22621	27060	35186	42011	44869	54540	37180	40085
Líbano	5083	5323	5366	5570	5483	5500	6053	7186	8159	8552
Líbia	6477	4103	4838	6046	8124	9686	10838	16221	11542	13400
Marrocos	1300	1379	1684	1907	1976	2160	2453	2871	2907	2869
Omã	8664	8685	9017	10014	12253	14405	16305	23421	18113	20984
Qatar	28667	30749	35644	44052	54229	62920	69167	84813	62528	71510
Arábia S.	8760	8639	9390	10854	13303	14855	16051	19714	16013	19327
Síria	1258	1282	1206	1389	1563	1761	2059	2583	2573	2808
Tunísia	2286	2374	2788	3135	3211	3383	3787	4317	4134	4169
EAU	32985	34062	36906	40404	43534	45556	44489	46403	33013	34049
lêmen	623	660	710	796	945	1104	1210	1401	1280	1369

Fonte: Banco de Dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Disponível em: < <http://unctadstat.unctad.org/> > Acesso em 22/05/2014

Se ao nível macroeconômico os países árabes apresentaram grandes taxas de crescimento isso não se refletiu no âmbito microeconômico. De acordo com Joffé (2011) atores políticos como o Banco Mundial e o FMI, tem incentivado os países em desenvolvimento a criarem mecanismos de controle de sua balança de pagamentos ou a política fiscal, mas tem negligenciado outras questões como a taxa de desemprego ou índice de pobreza. O mundo árabe apresenta elevadas taxas de desemprego, sendo a

Tunísia e o Iêmen os países com a maior população de desempregados. Em 2007 a Tunísia apresenta 12,4% de sua força laboral sem emprego. O Iêmen por sua vez apresentava 15,3% de desempregados. Ao final de 2008, o mundo viu o surgimento de uma crise financeira nos Estados Unidos, fato que teve grandes consequências econômicas. No Egito, o PIB per capita crescia em média 6 a 7% antes de 2008, no primeiro ano de crise o crescimento caiu para 4%. Na Tunísia o quadro econômico foi ainda mais afetado pela crise americana. Em 2006, o crescimento do PIB per capita foi de 4%, caindo para 0,6% em 2008. Em 2009, a Tunísia apresentou uma taxa de crescimento negativa de -4,8%. A redução do PIB per capita nesses países afetou diretamente a taxa de emprego. No Egito e na Tunísia, a crise de 2008 elevou a porcentagem de desempregados. Alguns países do mundo árabe como Argélia, Jordânia e Marrocos, conseguiram controlar o fluxo de desemprego, evitando um crescimento pós-crise de 2008. Controlando ou não o número de desempregados, o fato é que o mundo árabe possui uma taxa de desemprego compatível com países que passam por intensa crise econômica como é o caso da Espanha, Grécia e África do Sul. O Qatar com valores entre 0,3 e 0,5% corresponde à única exceção (como demonstrado na tabela 10).

Tabela 10: Proporção da força laboral desempregada durante os anos de 2007 e 2010. A maioria dos países árabes tem taxas de desemprego próximas a de países envolvidos em graves crises econômicas.

Cobertura	2007	2008	2009	2010
Argélia	13,8	11,3	10,2	10
Egito	8,9	8,7	9,4	9
Jordânia	13,1	12,7	12,9	12,5
Kuwait	1,5	1,8	1,6	1,8
Marrocos	9,8	9,6	9,1	9,1
Qatar	0,5	0,3	0,3	X
Arábia S.	5,7	5,1	5,4	X
Síria	8,4	10,9	8,1	8,4
Tunísia	12,4	12,4	13,3	13
Iêmen	15,3	15	14,6	17,8
Espanha	8,3	11,3	18	20,1
Grécia	8,3	7,7	9,5	12,5
África do S.	22,3	22,7	23,7	24,7

Fonte: Word Data Bank. Disponível em: < <http://databank.worldbank.org/> > Acesso em: 12/03/2014

O desemprego nas classes mais jovens consiste em um dos maiores problemas das atuais sociedades árabes. Autores como Joffé (2011), Anderson (2011) e Massoud (2011), atribuem ao elevado desemprego nessa classe como um dos propulsores das revoltas iniciadas em 2010. Em 2005, o Egito apresentava 23% dos homens entre 15-24 anos sem emprego (tabela 11). Para as mulheres esse valor era ainda mais elevado 62%. No mesmo ano, a Tunísia apresentou uma taxa de 31,4 % para jovens do sexo masculino e 29,3% do sexo feminino. Em 2009/2010 os países árabes apresentaram uma redução do número de jovens desempregados. Mas, o número ainda era muito elevado, sobretudo no sexo feminino onde o padrão é similar a países com as maiores taxas de desemprego do globo.

Tabela 11: Proporção da força laboral, entre 15 e 24 anos, desempregada nos anos de 2005, 2009 e 2010. No sexo feminino a taxa de desemprego é superior a de países em grave crise econômica.

Cobertura	2005		2009		2010	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Argélia	X	X	19	34,5	18,7	37,5
Egito	23,3	62,2	14,9	56,1	14,7	54,1
Jordânia	27,7	50,1	22,6	45,9	23,8	47,1
Marrocos	16,2	14,4	18,6	16,2	18,1	16,1
Arábia S.	X	X	23,5	54,8	X	X
Síria	X	X	12,1	43,0	15,3	40,2
Tunísia	31,4	29,3	X	X	X	X
Iêmen	X	X	X	X	26	74
Espanha	16,7	23,5	39,1	36,4	43,2	39,8
Grécia	18,7	34,8	19,4	33,9	26,7	40,6
África do S.	42,7	54,7	44,5	52,3	47,2	54,6

Fonte: Word Data Bank. Disponível em: < <http://databank.worldbank.org/> > Acesso em: 12/03/2014

A retração econômica, associada à elevada taxa de desemprego, diminuiu consideravelmente o poder de compra do cidadão árabe e elevou a quantidade de miseráveis. O Iêmen possuía em 2005, 35% de sua população abaixo da linha da pobreza, na Tunísia esse valor era de 23%, o Egito, por sua vez, obteve um crescimento de mais de cinco pontos percentuais entre 2005 e 2011 (em 2005, 19,6 % da população estava abaixo da linha da pobreza, em 2011 o valor foi de 25,2). As características socioeconômicas dos países árabes fragilizavam seus cidadãos frente elevações de preços. A partir de 2002, o valor dos *commodities* começou a se elevar em resposta a elevada demanda causada pelo efeito do crescimento chinês e a baixa capacidade de

oferta (BLACK, 2013). Em 2008, muito em decorrência da crise americana, os *commodities* apresentaram uma elevação de preços (tabela 12) superior ao esperado, no mundo árabe os preços subiram em velocidade muito superior ao salário da população.

Tabela 12: Média ponderada do preço dos principais tipos de *commodities*. Série histórica dos anos 2000 a 2010.

	Comida	Carnes	Laticínios	Cereais	Óleo Index
2000	91,1	96,5	95,3	85,8	69,5
2001	94,6	100,1	105,5	86,8	67,2
2002	89,6	89,9	80,9	93,7	87,4
2003	97,7	95,9	95,6	99,2	100,6
2004	112,7	114,2	123,5	107,1	111,9
2005	118,0	123,7	135,2	101,3	102,7
2006	127,2	120,9	129,7	118,9	112,7
2007	161,4	130,8	219,1	163,4	172,0
2008	201,4	160,7	223,1	232,1	227,1
2009	160,3	141,3	148,6	170,2	152,8
2010	188,0	158,3	206,6	179,2	197,4
2011	229,9	183,3	229,5	240,9	254,5

Fonte: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Disponível em: <<http://www.fao.org/statistics/en/>> Acesso em: 12/03/2014.

Do ponto de vista econômico, a situação dos países do Oriente Médio e Norte da África e similar ao ocorrido no leste europeu pós-89. A junção de PIB per capita na faixa de transição democrática e crescimento dos problemas socioeconômicos (desemprego, pobreza, custo de vida) criou um ambiente propício a insurreições populares.

O terceiro mecanismo causal responsável pelas democratizações entre as décadas de 70 e 90 foi à queda da legitimidade dos regimes ou como Huntington (1994) definiu: o dilema do desempenho. Os autocratas sempre vão defender a necessidade de permanecerem no poder. A justificativa apontada é quase sempre a ideia de que apenas o regime autocrata seria capaz de garantir a ordem social e impor um crescimento econômico e social. Enquanto for capaz de oferecer aos cidadãos uma melhoria na qualidade de vida o regime autocrata garante sobrevivência. Contudo, ao não ser capaz de realizar as inúmeras promessas que foram feitas durante o mandato, a credibilidade do ditador vai se esvaindo até a insatisfação culminar com a derrocada do regime. Nos países que se democratizaram durante a terceira onda o dilema do desempenho esteve fortemente presente, mas no Oriente Médio os regimes continuavam com legitimidade mesmo não sendo capaz de melhorar a qualidade de vida da população.

A legitimidade dos autocratas árabes foi mantida por muito tempo graças à ideia do inimigo externo: no caso Israel. Ao cidadão era proibido levantar a voz contra o governo. A mídia, quase sempre estatal, não tinha liberdade para apresentar qualquer problema que denegrisse a imagem do regime. Mas, em contrapartida, a imprensa árabe estava aberta ao cidadão para que este pudesse expor sua raiva contra Israel. É importante lembrar que a terceira onda se iniciou em 1974 e no ano anterior a Guerra do Yom Kippur tinha elevado o ódio entre israelenses e árabes. Durante a terceira onda ainda seria visto mais conflitos como: a guerra do Líbano de 1982 e a Primeira Intifada e a repercussão negativa no mundo árabe do acordo de paz entre Israel e Egito.

Iniciado em 1948, a questão árabe-israelense ainda se apresenta como um problema de difícil solução. Embora o conflito não tenha sido resolvido, ele foi posto (pelo menos momentaneamente) em segundo plano pelo atual cidadão árabe. Durante a terceira onda, a população do mundo árabe era principalmente agrária e com elevado número de analfabetos. Essa realidade foi aos poucos se modificando. Em 1980 51,8% da população tunisiana vivia na zona urbana em 2011 esse número subiu para 65,3%. Países como Líbano, Qatar e Bahrein hoje apresentam mais de 80% de sua população vivendo em cidades (tabela 13).

Tabela 13: Porcentagem da população que vive na zona urbana nos anos de 1980 e 2011.

Cobertura	1980	2011
Argélia	42,1	69,5
Bahrein	85,6	90,8
Egito	43,9	45,2
Iraque	66,0	68,2
Jordânia	60,4	77,8
Kuwait	95,2	88,6
Líbano	79,0	83,0
Líbia	69,7	81,8
Marrocos	40,7	57,4
Omã	48,7	69,1
Qatar	88,5	96,7
Arábia S.	65,6	83,2
Síria	46,4	53,4
Tunísia	51,8	65,3
E.A.U	80,8	74,6
lêmen	X	34,4

Fonte: Word Data Bank. Disponível em: < <http://databank.worldbank.org/> > Acesso em: 12/03/2014

Em relação aos estudos, alguns países simplesmente dobraram o número de estudantes no ensino superior. Na Jordânia, por exemplo, em 1980 o número de estudantes cursando uma faculdade era de 202.759 em 1997 o valor subiu para 483.370. O Bahrein corresponde ao estado árabe com o menos crescimento. Em 1980 40.771 alunos estavam no ensino superior em 1997 o acréscimo foi de 6.429 estudantes, como demonstrado na tabela 14.

Tabela 14: Número de estudantes no ensino superior entre os anos 1980/82 e 1995/97.

Cobertura	1980	1981	1982	1995	1996	1997
Argélia	1828367	1873823	1923589	2972612	3063052	3151730
Bahrein	40771	40791	39902	46411	45953	47200
Egito	4162082	4295060	4402555	5564440	5765036	5968984
Iraque	1115918	1158834	1203388	2079368	2149408	2220552
Jordânia	202759	217876	228737	467650	479458	483370
Líbia	254608	269164	288409	484633	503321	522448
Arábia S.	813873	850134	930443	1297724	1337186	1525097
Tunísia	609182	631767	655950	832344	855115	877834

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: < <http://stats.uis.unesco.org/> > Acesso em: 15/03/2014

Uma população agrária, sem estudo e dominada pela raiva contra Israel, era um alvo fácil para as manipulações de ditadores. Ainda que a população fosse capaz de perceber a incapacidade governamental de resolver problemas socioeconômicos, não existiam meios para transmitir essa insatisfação, haja vista que as mídias impressas, rádio e tv no mundo árabe eram frequentemente controladas pelos autocratas. No Egito, por exemplo, depois da morte do ex-Presidente Anwar al-Sadat, assassinado em 1981 por radicais islâmicos, Mubarak instituiu o Estado de Emergência que permitia ao governo censurar todas as publicações que achassem necessárias. A liberdade de imprensa não existiu durante a terceira onda e nem depois da década de 90. Em 1998, apenas o Kuwait e o Marrocos poderiam ser considerados “Parcialmente Livres” em relação à liberdade de imprensa, segundo a Freedom House.

Tabela 15: Liberdade de imprensa nos países árabes durante os anos de 1995-1998.

Cobertura	1995		1996		1997		1998	
	Valor*	Status	Valor	Status	Valor	Status	Valor	Status
Argélia	99	NL	99	NL	97	NL	83	NL
Bahrein	60	PL	66	NL	66	NL	69	NL
Egito	80	NL	70	NL	69	NL	69	NL
Iraque	100	NL	100	NL	100	NL	98	NL
Jordânia	45	PL	48	PL	60	PL	65	NL
Kuwait	42	PL	44	PL	44	PL	45	PL
Líbano	46	PL	46	PL	62	NL	62	NL
Líbia	89	NL	90	NL	90	NL	92	NL
Marrocos	48	PL	51	PL	51	PL	51	PL
Omã	62	NL	67	NL	75	NL	75	NL
Qatar	62	NL	53	PL	62	NL	62	NL
Arábia S.	62	NL	80	NL	80	NL	85	NL
Síria	75	NL	75	NL	74	NL	74	NL
Tunísia	70	NL	70	NL	74	NL	74	NL
E.A.U	76	NL	76	NL	76	NL	76	NL
Iêmen	68	NL	68	NL	68	NL	68	NL

Fonte: Freedom House Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-press#.Uvz9xPldVj0>> Acesso em 26/12/2013

Significado das cores= Amarelo: Parcialmente Livre Vermelho: Não livre

*O índice de liberdade de imprensa desenvolvido pela Freedom House vai de 0 até 100. Entre 0 e 30 a imprensa é considerada Livre. Entre 30 e 60 é considerada Parcialmente Livre e entre 60 e 100 é Não Livre

Em 2005, próximo das eleições presidenciais Mubarak promete em campanha por fim a lei de exceção, mas o que fez foi apenas promover uma liberalização controlada. O Estado de Emergência durou de 1981 até a queda de Mubarak, mas mesmo com a restrição a liberdade de expressão os cidadãos do Egito e de muitos outros países árabes, viram a internet como um meio de tornar público sua insatisfação. O crescimento no número de estudantes universitários fez surgir uma população informada sobre os principais problemas das sociedades árabes, algo que não se via durante a terceira onda. Longe de esquecer os problemas com Israel uma parcela da população percebeu que líderes árabes usavam da retórica Israel-Palestina para reprimir seu povo e se perpetuar no poder. Como Abdulateef Al-Mulhim importante comentarista político árabe chegou a argumentar no periódico Arab News em 2011:

“Since 1948, if an Arab politician wanted to be a hero, he had an easy way of doing it. He just needed to shout as loud as he could about his intention to destroy Israel, without mobilizing a single soldier, talk is cheap” (MULHIM, 2011. <http://goo.gl/kFf86k>).

A insatisfação crescia e ao contrário do que ocorreu entre 1970 e 1980 a população descobria meios de tornar público escândalos de corrupção, nepotismo e

coerção policial. A internet e o celular, antes restrito a uma pequena parte da população, apresentou um crescimento vertiginoso durante a primeira década do século XXI. Na Tunísia, em 2000, apenas 2,75% da população tinha acesso à internet e 389.208 celulares eram encontrados no país (tabelas 16 e 17). No ano da Revolução de Jasmim (2010) 39,10% da população tinha acesso a internet e o número de aparelhos móveis saltou para mais de 11 milhões, de acordo com dados da *International Telecommunication Union*. O Egito possuía 0,6% de sua população com acesso a internet em 2000, saltando para 39,83% no ano da insurreição contra Mubarak (2011). Outra ferramenta fundamental para disseminar a insatisfação crescente no mundo árabe foi o surgimento da rede de televisão *Al Jazeera*. Criada em 1996, a rede de televisão se apresenta como um canal de informação 24 horas por dia, procurando atingir o público árabe de diversos países o corpo de funcionários é representativo das diversas nações árabes. De acordo com Oifi (2011) a linha editorial da *Al Jazeera* apresentaria um tênue equilíbrio entre três tendências: pan-árabe, islamizante e liberal.

Tabela 16: Porcentagem da população com acesso a internet durante os anos de 2000/2011 e 2010/2011.

Cobertura	2000	2001	2010	2011
Egito	0,64	0,84	31,42	39,83
Iraque	X	0,10	2,50	5,00
Líbano	7,95	6,78	43,68	52,00
Líbia	0,19	0,37	14,00	14,00
Omã	3,52	5,89	35,83	48,00
Qatar	4,86	6,17	81,60	86,20
Arábia S.	2,21	4,68	41,00	47,50
Síria	0,18	0,35	20,70	22,50
Tunísia	2,75	4,30	36,80	39,10
Iêmen	0,08	0,09	12,35	14,91

Fonte: International Telecommunication Union (ITU). Disponível em: < <http://www.itu.int/en/> > Acesso em: 12/03/2014

Tabela 17: Número de aparelhos celulares durante os anos de 2000/2011 e 2010/2011.

Cobertura	2000	2001	2010	2011
Egito	1.359.900	2.793.800	70.661.005	83.425.145
Iraque	X	X	23.264.408	25.519.000
Líbano	743.000	766.754	2.863.664	3.456.650
Líbia	40.000	50.000	10.900.000	10.000.000
Omã	162.000	323.000	4.606.133	4.809.248
Qatar	120.856	177.929	2.186.447	2.302.225
Arábia S.	1.375.881	2.528.640	51.564.375	53.705.808
Síria	30.000	200.000	11.696.000	12.917.000
Tunísia	119.165	389.208	11.114.206	12.387.656
Iêmen	32.042	147.837	11.085.000	11.668.000

Fonte: International Telecommunication Union (ITU). Disponível em: <<http://www.itu.int/en/>> Acesso em: 12/03/2014

Nos anos que antecederam as revoluções no mundo árabe, a imprensa continuava sofrendo restrições. Em 2010 apenas dois países da região poderiam ser considerados “Parcialmente Livres” o Kuwait e o Líbano. Entre os países com a imprensa considerada como “Não Livre” o Egito, a Argélia e a Jordânia apresentavam os menores índices de repressão e a Líbia, Tunísia e Síria os mais repressivos (tabela 18).

Tabela 18: Liberdade de imprensa nos países árabes durante os anos de 2009-2011.

Cobertura	2009		2010		2011	
	Valor*	Status	Valor	Status	Valor	Status
Argélia	64	NL	62	NL	62	NL
Bahrein	71	NL	72	NL	84	NL
Egito	60	PL	65	NL	57	PL
Iraque	65	NL	68	NL	69	NL
Jordânia	63	NL	63	NL	63	NL
Kuwait	55	PL	57	PL	57	PL
Líbano	55	PL	53	PL	51	PL
Líbia	94	NL	94	NL	60	PL
Marrocos	66	NL	68	NL	68	NL
Omã	71	NL	71	NL	71	NL
Qatar	66	NL	66	NL	67	NL
Arábia S.	83	NL	83	NL	84	NL
Síria	83	NL	84	NL	89	NL
Tunísia	85	NL	85	NL	51	PL
E.A.U	71	NL	71	NL	72	NL
Iêmen	80	NL	83	NL	83	NL

Fonte: Freedom House Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-press#.Uvz9xPldVj0>> Acesso em: 12/03/2014.

Significado das cores= Amarelo: Parcialmente Livre Vermelho: Não livre

*O índice de liberdade de imprensa desenvolvido pela Freedom House vai de 0 até 100. Entre 0 e 30 a imprensa é considerada Livre. Entre 30 e 60 é considerada Parcialmente Livre e entre 60 e 100 é Não Livre

As mídias impressas, o rádio e a televisão estavam entre os meios de comunicação mais censurados pelos governos árabes pré-revolução. Entretanto não foram apenas esses meios que sofreram repressão. A internet era outro alvo das autocracias (tabela 19). Páginas com divulgação de conteúdo contra o regime foram tiradas do ar sem aviso prévio e os seus redatores foram presos, alguns como Khaled Said no Egito, foram mortos. No Egito e na Tunísia os governos se viram em um profundo dilema: desenvolveram meios para expandir o acesso a internet, mas foram obrigados, *a posteriori*, a cercear a liberdade de divulgação de informação, na tentativa de evitar que conteúdo sensível fosse exposto a população.

Tabela 19: Índice de liberdade na Internet proposto pela Freedom House. Na tabela estão presentes os índices de liberdade para o Egito, Tunísia e Jordânia durante os anos de 2009, 2011 e 2012.

	Status	Liberdade na Internet	Obstáculo ao Acesso	Restrição de Conteúdo	Violação de Direitos
		0-100 Pontos	0-25 Pontos	0-35 Pontos	0-40 Pontos
Egito 2009	PL	45	8	11	26
Tunísia 2009	NL	78	20	27	31
Jordânia 2011	PL	42	12	11	19
Egito 2011	PL	54	12	14	28
Tunísia 2011	NL	81	21	28	32
Jordânia 2012	PL	45	13	12	20
Egito 2012	PL	59	14	12	33
Tunísia	PL	46	14	12	20

Fonte: Freedom House Disponível em: < <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-net/>> Acesso em: 12/03/2014

O regime de Ben Ali, inicialmente realizou detenções e monitoramento de ativistas de direitos humanos e jornalistas de mídias online. Alguns blogs sofreram ataques de hackers do governo que eliminavam grande parte do conteúdo. Com a morte de Mohamed Bouazizi, sites de compartilhamento de vídeo e outras mídias sociais foram utilizados pela população. O governo respondeu retirando alguns sites do ar,

monitorando e invadido perfis de determinados ativistas. No Egito de Mubarak, as táticas de repressão foram ainda mais sofisticadas, além de tirar sites do ar (Twitter, Facebook, Youtube, Al Jazeera e páginas da Irmandade Muçumana), de realizar prisões de ativistas²⁹, o governo ainda decidiu derrubar o sinal da internet em uma tentativa de impedir a divulgação de conteúdo.

No dia 27 de Janeiro de 2011, não conseguindo controlar o conteúdo vinculado na internet, o governo de Mubarak decide derrubar o sinal de internet em todo o país. Entretanto a internet diferentemente das mídias impressas e televisivas, não se encontra centralizado em poucas pessoas. A descentralização da internet permitiu a colaboração de uma ampla rede de ativistas dentro e fora do Egito para burlar o bloqueio cibernético de Mubarak. Antevendo o bloqueio, ativistas estocaram celulares por satélite e promoveram conexões *dial up* (internet discada) com a Europa e até mesmo com Israel. Em ajuda aos manifestantes árabes empresas como o Google e o Twitter ainda desenvolveram um sistema de voz onde o cidadão ligava pra um número fora do país e deixava sua mensagem, essa mensagem era divulgada no twitter através da hastag #egypt.” (KELLY, COOK & TRUONG, 2012).

O sucesso das insurreições na Tunísia e no Egito despertou a atenção da mídia ocidental. Entretanto, muitos jornalistas e comentaristas políticos focaram apenas na forma como os protestos se desencadearam e não tanto nos motivos que geraram as revoltas. Essa visão limitada acabou superestimando o papel das mídias digitais fato que gerou críticas de autores como Anderson (2011) e Howard & Hussain (2011). Entretanto como Howard & Hussain (2011) deixam claro em *The Role Of Digital Media* (2011), é importante lembrar que a contestação já existia no mundo árabe antes da ascensão das mídias digitais. Os mecanismos causais responsáveis pelas revoluções de 2010/2011 foram se desenvolvendo lentamente e de forma paralela ao crescimento da internet. Para os autores o grande legado dos meios digitais foi transformar a insatisfação individual que já existia, em insatisfação de uma comunidade. As novas mídias não foram as responsáveis pelos levantes, mas potencializaram o seu alcance.

A quarta causa da terceira onda foi à mudança de doutrina da igreja. Se antes a igreja católica era apontada como uma rival da democracia, depois do Concílio Vaticano II essa doutrina foi fortemente modificada. No Islamismo, a falta de uma

²⁹ Wael Abbas, Israa Abdel Fattah, Wael Ghoneim foram alguns dos ativistas presos pelo regime de Mubarak. O caso de Wael Ghoneim teve amplo destaque nas mídias internacionais pelo fato dele ser funcionário do Google e ter sido preso por criar do grupo “We are All Khaled Said”, espaço destinado a protestos contra a prisão, tortura e morte de Khaled Said. (KELLY, COOK & TRUONG, 2012)

hierarquia impossibilitou uma mudança dogmática drástica como observado na religião Católica. Durante a terceira onda, os países árabes careceram de uma inclinação religiosa preocupada em incentivar o processo de democratização. Em relação à primavera árabe, o islamismo não se apresentou como uma força estimuladora a democracia. Na verdade, a questão religiosa foi posto em segundo plano durante os levantes árabes de 2010/11. Em geral, os manifestantes tinham uma agenda política pautada na defesa de valores liberais e seculares. Sendo assim, dos mecanismos causais apresentados até o momento, à mudança de doutrina religiosa seria o único ausente na primavera árabe.

Se as revoltas não tiveram a influencia inicial de grupos islâmicos, esse quadro começou a modificar depois que os regimes autocratas foram derrubados. Movimentos como a Irmandade Mulçumana (Egito) e o Ennahda (Tunísia) tiveram a permissão dos governos transitórios para saírem da ilegalidade. A ação desses grupos levantou receios no ocidente de um provável fundamentalismo. O medo ocidental em relação Irmandade Mulçumana e o Ennahda eram decorrentes da dualidade que esses movimentos carregavam, o receio no caso seria de que esses grupos estivessem se aproveitando de valores democráticos como as eleições apenas para chegar ao poder. Em um artigo elaborado em 2005, por tanto antes das rebeliões, Vali Nasr defende que o mundo árabe estaria visualizando o surgimento de movimentos que não seriam fundamentalistas como o ocidente temia, nem seculares, mas sim corresponderiam a movimentos de orientação islâmica adaptados ao modelo democrático. Nasr (2005) denominou esses movimentos de democratas islâmicos, nos moldes dos partidos democratas cristão, comuns em toda Europa. O surgimento de democratas islâmicos seria decorrente do senso de oportunidade visto no cenário eleitoral em países como Turquia e Malásia. Nesse sentido, Nasr (2005) acredita que se a religião em si, pode não produzir diretamente democracias, mas a ação dos democratas islâmicos no interior das sociedades árabes poderá servir como uma maneira de resolver o conflito entre forças distintas (fundamentalistas e seculares).

Por fim, a última das variáveis independentes responsáveis por influenciar no processo de democratização durante as décadas de 70 e 80 foi a ação de atores externos. Nas américas e alguns países asiáticos os Estados Unidos usou de sua influencia para impulsionar um processo de democratização. Nos países do leste europeu a derrocada da União Soviética foi o propulsor da democratização. No mundo árabe, todavia, os atores externos não impulsionaram uma transição democrática, mas sim ajudaram a

consolidar o autoritarismo na região. O desejo por maior controle sobre as reservas de petróleo, o compromisso com Israel e o medo de grupos fundamentalistas (contrários a influência americana) serviu como explicações para o apoio deliberado às autocracias árabes. Para Zakaria (2003) mesmo ajudando regimes ditatoriais como o Egito de Mubarak ou a monarquia saudita, os Estados Unidos teriam o interesse em garantir que essas autocracias estivesse menos disponíveis para alimentar grupos fanáticos e terroristas e que isso seria conseguido graças a desenvolvimento de um liberalismo constitucional. Nesse sentido o objetivo *a priori* do governo americano não seria promover uma democracia que poderia levar ao poder grupos contrários aos interesses americanos, mas sim incentivar essas autocracias a promoverem liberalizações que aquietassem a crescente insatisfação.

De acordo com Botelho (2011) e Masoud (2011), o governo americano foi apanhado de surpresa com os levantes árabes de 2010/11, com o crescimento dos movimentos, a opinião pública fazia uma pressão cada vez maior ao posicionamento da maior potência do mundo sobre as revoltas. Desde a intervenção americana no Iraque, os Estados Unidos tinha se mostrado inclinado a romper com a agenda política pró-autocracias. Em 2004 apresentaram um plano de transição política para o país que procurava de maneira gradual desenvolver mecanismos de governo representativo e estado de direito. Mas enquanto eram favoráveis a democracia no Iraque o governo americano continuava apoiando financeiramente o regime de autoritário no Egito. Mubarak era um aliado estratégico dos Estados Unidos por ser o pilar fundamental da manutenção do acordo de Camp David (que garantia a paz com Israel). Por esse motivo a queda do ditador foi vista com desconfiança pelo governo americano, sobretudo pelo medo da influência da Irmandade Muçumana no novo governo egípcio.

Em março de 2011, o Presidente americano anuncia uma nova agenda política a ser desenvolvida no Oriente Médio. Apresentando apoio a movimentos reformadores na região, Obama anunciou programas que poderiam incentivar a modernização e a estabilidade nos novos regimes da Tunísia e do Egito. Para o Egito, o governo Obama se comprometeu ainda em perdoar boa parte da dívida externa contraída pelo governo de Mubarak (BOTELHO, 2011). Ao reavaliar a atuação americana no Oriente Médio e Norte da África o governo Obama passa a apoiar a revolução e inicia uma série de tratativas com os novos governos. Nos países onde os protestos não tinham por objetivo derrubar os regimes, o governo americano pressionou seus aliados a promoverem liberalizações. Por fim em regiões onde o conflito entre governos e manifestantes

culminou em guerras civis, os EUA apoiaram uma intervenção armada da OTAN, como a Líbia e a Síria. No caso da Líbia o conselho de segurança da ONU apoiou uma intervenção militar³⁰ e o governo de Muammar Al-Gaddafi foi deposto. Já para o caso da Síria, a postura norte-americana a favor da intervenção foi criticada e combatida por Rússia e China, ambos membros do conselho de segurança da ONU.

Outro agente externo que exerceu influência foi a Liga Árabe. Durante os levantes contra os governos na Líbia e na Síria, a organização criticou a forma como os dois governos estavam reprimindo seus manifestantes. Em fevereiro de 2011, a Liga árabe decide expulsar a Líbia de todas suas reuniões em virtude da violência perpetrada contra seus próprios civis e do recrutamento de mercenários estrangeiros. Para a Síria a Liga Árabe se manteve contrário a uma intervenção militar como proposto pelo governo americano, mas procurou desenvolver um acordo de transição política para a Síria, acordo esse que foi rejeitado pelo governo de Bashar Al Assad. Em seguida de maneira simbólica e com o intuito de pressionar o governo sírio, a liga aceitou que a oposição ao governo de Bashar Al Assad representasse o país frente a organização. Por fim, a Liga Árabe expulsou o regime sírio e apresentou pesadas sanções³¹, entre elas pode-se citar: congelamento das transações comerciais com a Síria e proibição de autoridades sírias de viajar para qualquer país árabe.

Como é possível perceber, das cinco variáveis independentes apresentadas por Huntington para a terceira onda, quatro delas diretamente influenciaram o desenrolar das revoltas de 2010/2011 na região do Oriente Médio e Norte da África. O que leva a crer que mesmo com a distância temporal de quase duas décadas a primavera árabe tem muito em comum com os movimentos de democratização da terceira onda. Para Way (2010) a primavera árabe seria mais precisamente parecida com os processos de democratização do leste europeu, do que com os observados nas Américas ou na Ásia. A imprevisibilidade das revoltas, o efeito bola de neve, a fragilidade oculta das autocracias, os graves problemas socioeconômicos são alguns dos fatores que incentivaram o grande número de comparações entre os levantes de 2010/2011 e os realizados pós-89. A existência de padrões regionais distintos dentro da terceira onda, associado à semelhança entre as revoluções árabes e as do leste europeu levaram

³⁰ Oficialmente a resolução 1973 promulgada em 2011 pela ONU declara ter aprovado uma zona de exclusão aérea e a autorizado os Estados Membros a tomar as medidas necessárias para proteger os civis na Líbia. Disponível em:< <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10200.doc.htm> >Acesso: 13/02/2014.

³¹ **Liga Árabe impõe sanções econômicas severas à Síria.** Disponível em:< <http://goo.gl/BIGgnm>>Acesso: 13/02/2014.

MØller & Skaaning (2013) a defenderem a ideia de uma quarta onda democrática iniciada pós-89 e que perdura até o presente momento.

Ao final de 2011, a visão dos pesquisadores sobre os levantes eram positivas, apontando que alguns países árabes como Egito, Tunísia e Líbia estavam em um processo de democratização. Em comum, esses países tinham substituído governos ditatoriais por governos de transição, que prometiam para breve, eleições. Na Tunísia, as eleições de outubro de 2011, garantiram a vitória do partido moderado islâmico *Ennahda*, apesar de se apresentarem como islâmicos, líderes do partido asseguravam que o novo governo iria respeitar os direitos dos cidadãos que com religiões diferentes. Para Stepan (2012), a transição na Tunísia propiciou a elaboração de um pacto entre governo, oposição e entidades religiosas. Esse pacto o autor denominou de mútua tolerância, em alusão a relação entre tolerância mútua e consolidação democrática, defendido por autores como Robert Dahl e O'Donnell. Para Stepan, os cidadãos e entidades religiosas teriam aceitado que apenas a existência de leis constitucionais, poderiam exercer mecanismos consistentes de controle sobre os futuros governos democráticos. Nesse sentido a *Shariah* (código de leis islâmicas) seria posto de lado. Em contrapartida, o governo entendia que movimentos religiosos detinham o direito legítimo de se manifestar de acordo com suas crenças.

Na Líbia, a primeira eleições nacional depois de 60 anos de regime ditatorial de Muammar Kadhafi representaram a derrota do partido de orientação islâmica (apoiado pela irmandade mulçumana) como ocorrera no Egito e na Tunísia. Ao partido da Aliança Liberal coube a vitória. Há época dos levantes árabes de 2011, muitos pesquisadores exortavam a exportação do arquétipo de conciliação entre democracia e religião islâmica utilizado na Turquia, para os países árabes que tinha acabado de derrubar regimes autocráticos nos países árabes.

Passada a euforia inicial, atualmente se observa que um descompasso entre as expectativas iniciais, geradas pelos levantes populares, com o curso dos regimes pós-primavera árabe. O governo moderado da Tunísia vem sofrendo enfrentando uma crise depois da morte de Mohamed Brahmi, importante líder da oposição. Na Líbia o governo de transição tentou transformar a *Shariah* na principal legislação nacional e grupos radicais islâmicos utilizaram o país como base para grupos radicais islâmicos atacarem o Mali, tais fatos causaram temor na comunidade internacional. Para Filali-Ansary (2012), alguns conceitos e slogans utilizados nos protestos árabes podem carregar significados ambíguos, nesse sentido, a defesa do retorno da *Shariah* poderia significar

o desejo de se implementar um código de conduta severo e discriminatório contra minorias, como uma tentativa de moralização da política contra corrupção e abusos de poder.

Ainda na Líbia, o governo liberal (vencedor das eleições) sofre uma crise em virtude do assédio de forças armadas ao ministério da defesa. O que culminou com a demissão do ministro da defesa Mohamed al Barghathi. No Egito a situação é ainda mais grave. Eleito democraticamente pelo povo egípcio, Mohamed Morsi, foi de maneira acelerada, perdendo popularidade³². A perda da popularidade foi decorrente da tentativa de acumulação de poderes, de ações contra o exército e pela influência da Irmandade Mulçumana nas decisões políticas do país. Em resposta a ação presidencial a população volta às ruas para pedir a deposição de Morsi, em julho de 2013, o exército volta novamente a intervir, derrubando o Presidente, assumindo o controle e prometendo uma nova transição democrática. Membros da Irmandade mulçumana não aceitam as ações do governo instaurando um conflito entre governo transitório e os defensores do ex-Presidente Morsi.

Para Fradkin (2013) mesmo que os idealizadores das revoltas fossem jovens de caráter liberal, defensores da democracia, da governabilidade saudável e dos direitos humanos os verdadeiros ganhadores do movimento teriam sido os partidos islâmicos, que acabaram assumindo o governo na Tunísia e sobretudo no Egito. Nas palavras de Fradkin (2013), o ideário de que os levantes árabes constituiriam no processo pelo qual a concepção democrática estaria se enraizando no mundo árabe, seria um erro. Tal argumento é refutado por Fradkin que defende que os movimentos da primavera árabe tendem a fomentar um Estado Islâmico e não uma democracia. Para o autor, ainda que apareça com um discurso pró-democrático a Irmandade Mulçumana (utilizando o exemplo do Egito), não teria modificado sua ideologia, utilizando apenas o viés democrático para colocar em prática o plano de um Estado Islâmico. Fradkin é pessimista com relação ao futuro do Egito, procurando associar seu futuro ao modelo teocrático iraniano.

“Despite the chaos, the blood and the democratic setbacks, this is a long process, do not give up hope”. O fragmento citado foi retirado da edição de Julho/13 do periódico *The Economist*, na visão da revista muitos pesquisadores apontam que o

³² No início do mandato de Morsi, sua popularidade atingia mais de 70% de aprovação. Apenas 10 meses depois o apoio ao presidente caiu para apenas 30%. Disponível em: <http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/71446/Egypt/Politics-/Morsis-popularity-wanes--months-into-Egypt-preside.aspx> Acesso: 22/05/2014

movimento democrático, originado depois dos levantes árabes de 2011, tenha implodido em virtude da escassez de instituições democráticas, dos vários conflitos sangrentos e da relação com difícil relação entre democracia e religião islâmica. Para os pesquisadores que utilizam esses argumentos, o periódico convém lembrar que transições democráticas são processos lentos e que durante o seu percurso podem sofrer alguns infortúnios. A tese do antagonismo entre democracia e islamismo é refutada pelo periódico que elenca os exemplos da Malásia, Indonésia e Turquia. Segundo a revista, ainda que inúmeros protestos sejam ouvidos contra o Primeiro Ministro turco Recep Tayyip Erdogan, a Turquia de hoje é muito mais democrática que antigamente.

A partir do contraponto de visões conflitantes, fica claro perceber que mesmo com a existência de revoltas simultâneas em diversos países da região, os resultados não serão os mesmos. Em alguns países os protestos apenas vão levar alguma liberalização. Em outros, regimes vão ser derrubados, mas isso não significa que a democracia irá substituir as autocracias. E por fim, em alguns, a conjuntura poderá favorecer um processo de democratização. O Egito e a Tunísia iniciaram seus protestos de maneira praticamente simultânea, mas apesar disso o resultado não necessariamente tende a ser o mesmo. O último capítulo do presente trabalho procura levantar as variáveis independentes que irão influenciar no processo de democratização em ambos os países, para em seguida edificar a hipótese de que Egito e Tunísia irão percorrer caminhos distintos.

CAPÍTULO 4: O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO EGITO E NA TUNÍSIA

Entre os meses de Janeiro e Fevereiro de 2011, duas das mais longevas ditaduras do Oriente Médio chegavam ao fim. Zine al-Abidine Ben Ali governou a Tunísia por 23 anos, enquanto que o governo de Hosni Mubarak foi ainda mais duradouro, atingindo 30 anos. A longevidade de ambos os governantes era, em grande parte, decorrente do surgimento de um “acordo” informal entre a população dos dois países e os governantes que vieram antes de Ben Ali e Mubarak. Na Tunísia o acordo foi produzido por Habib Bourguiba, primeiro presidente da nação. Segundo Stepan (2012), Bourguiba promoveu uma ampla reforma agrária, uma secularização forçada, a nacionalização de programas sociais (que antes eram realizados por grupos mulçumanos) e desenvolveu o Código da Família³³. No Egito o responsável pelo acordo foi Gamal Abdel Nasser, sua política modernizadora trouxe desenvolvimento econômico ao país e o seu programa de distribuição de terras lhe conferiu elevada popularidade. Os governos de Bourguiba e Nasser trouxeram crescimento socioeconômico para os dois países e ambos os governantes procuravam deixar claro que em troca do bem-estar social desejavam a subserviência da população. O poder político não deveria ser contestado.

Ben Ali e Mubarak “herdaram” de seus antecessores uma população com fraco poder de contestação³⁴. Depois de realizar em 1987, um golpe de estado contra Bourguiba, Ben Ali direcionou suas atenções para os grupos religiosos e instaurou o medo na população tunisiana de que um governo de orientação islâmica iria reverter todos os ganhos do secularismo de Bourguiba, o sangrento conflito na Argélia ajudou a disseminar essa ideia (STEPAN, 2012). No Egito, Hosni Mubarak assumiu o poder em 1981, depois do assassinato do seu antecessor. O militar Anwar Sadat governou o Egito por 21 anos, entre seus feitos, o de maior repercussão foi à assinatura, em 1978, do

³³ No artigo intitulado “A Transição Na Tunísia E A Mútua Tolerância” Stepan (2012) afirma que o Código da Família consiste em um decreto produzido pelo então presidente Habib Bourguiba, que bane a poligamia, exige acordo mútuo para casamento, estabelece idade mínima para casamento, entre outros encaminhamentos.

³⁴ Por contestação é utilizado à definição de Dahl (1997). Um regime aberto a contestação pública deve garantir que três condições se façam presentes: 1-Oportunidade de formular preferências; 2-expressar individualmente ou coletivamente a outros e aos governos estas suas preferências; 3-ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo. Na Tunísia de Bourguiba e de Ben Ali, a falta de eleições livres, a restrição de informação e a exclusão de determinados grupos político, tornou inviável o desenvolvimento de uma sociedade com verdadeiro poder de contestação.

acordo de paz entre Egito e Israel. Foi através do acordo de Camp David³⁵, como ficou conhecido o processo de negociação entre o presidente egípcio Anwar Sadat e o primeiro-ministro israelense Menachem Begin, que pela primeira vez um país árabe reconheceu o Estado de Israel. O acordo de paz entre Israel e Egito, despertou a ira dos outros países árabes que imediatamente romperam relações com o Egito e decretaram a sua expulsão da Liga Árabe. Internamente, grupos islâmicos fundamentalistas procuravam massificar o ideário de Sadat como um traidor do Egito. Em 1981, Anwar Sadat é assassinado por membros da *al-Jihad* (também conhecida como Jihad Islâmica Egípcia). Seguindo-se ao assassinato do presidente, Hosni Mubarak assume o poder e promove forte repressão a grupos que apresentavam o islã político como viés ideológico. Grupos políticos como a Irmandade Mulçumana e o *Al-Gama'a al-Islamiyya*³⁶, foram perseguidos e caíram na clandestinidade.

Utilizando de técnica similar a Ben Ali, Mubarak tratou de disseminar na população o ideário de caos, instabilidade e radicalismo que os movimentos islâmicos trariam ao Egito, caso chegassem ao poder. A perseverança dos regimes autocráticos na Tunísia e no Egito criou o que Tarek Masoud (2011) definiu como “a miragem do autoritarismo durável”, Ben Ali e Mubarak ao longo de seus mandatos tiveram que conviver com constantes crises econômicas, insurgências de grupos fundamentalistas e apesar desses obstáculos conseguiam se manter no poder. No caso de Hosni Mubarak, a situação foi ainda mais dramática, haja vista que o mesmo conseguiu escapar de seis tentativas de assassinato liderado por grupos islâmicos. A capacidade de manter no poder mesmo com todos esses empecilhos fomentou a ideia de que ambos os regimes eram imunes a tentativas de golpes de Estado.

Em 2010/2011, insurreições populares levaram a derrocada dos dois regimes ditatoriais, promovendo uma ruptura no ideário da estabilidade autocrática no mundo

³⁵ O Acordo de Paz de Camp David diz respeito a uma série de negociações envolvendo o presidente egípcio Anwar Sadat e o primeiro-ministro israelense Menachem Begin. Essas negociações foram mediadas pelo então presidente norte americano, Jimmy Carter. Entre as principais diretrizes do acordo pode-se destacar que Israel se comprometeu a devolver o Sinai e promover a retirada de suas colônias, em troca o Egito reconheceria a existência do Estado de Israel. Disponível em: <<http://muqtafi.birzeit.edu/InterDocs/images/284.pdf>> Acesso em: 10/03/2014.

³⁶ Al-Gama'a al-Islamiyya, também conhecida por Jamaat al-Islamiyya, consiste em um movimento fundamentalista islâmico que tem como bandeira o combate a governos seculares. Defendendo assim, um governo baseado nos preceitos do Islã Político. São adeptos do uso da violência em suas ações. Estaria envolvido no assassinato do ex-presidente Anwar Sadat e na tentativa de assassinato de Hosni Mubarak em 1995 na Etiópia. Disponível em: <<http://www.cfr.org/egypt/jamaat-al-islamiyya/p9156>> Acesso em 12/03/2014

árabe. O que se seguiu as revoluções foi o surgimento de uma série de indagações sobre o futuro do Egito e da Tunísia. Perguntas como: Qual sistema político adotar? Qual o perfil das novas constituições? Quem irá governar no período de transição? Qual sistema eleitoral adotar? Convocar eleições presidenciais ou assembleia constituinte? Foram comuns de se ouvir em qualquer debate sobre o pós-revolução. Em virtude das revoltas terem surgido em um espaço temporal muito próximo e apresentarem alguns aspectos em comuns a pergunta se Egito e Tunísia vão seguir o mesmo caminho também se fez presente³⁷.

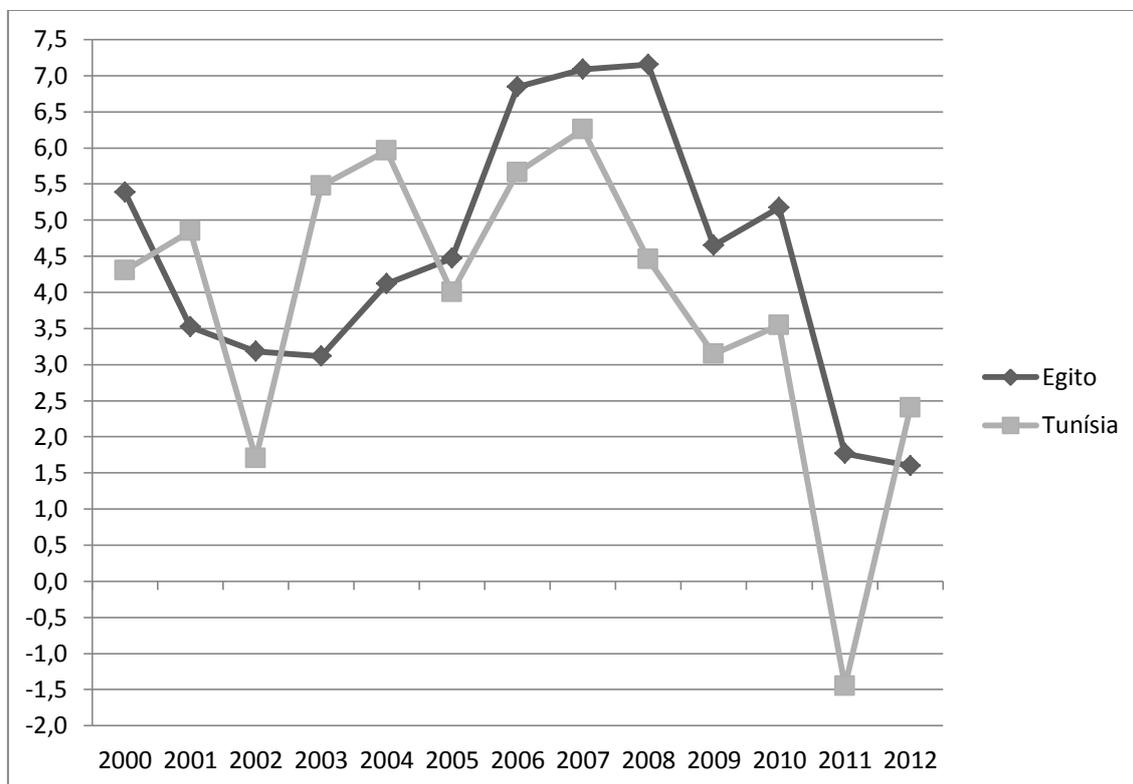
Entretanto a maneira como cada país procurou responder os questionamentos supracitados gerou diferentes consequências para seu futuro político. Como procuro defender, as variáveis independentes responsáveis por fomentar a primavera árabe não são as mesmas responsáveis por promoverem a consolidação democrática. No capítulo anterior, foram apresentadas cinco variáveis independentes descritas por Huntington (1994) que seriam responsáveis por processo de ruptura com regimes autocráticos. Das cinco variáveis descritas por Huntington, quatro delas estiveram diretamente relacionadas com o surgimento da primavera árabe. Nesse capítulo procura-se argumentar que outras variáveis independentes irão exercer influência sobre o processo de consolidação democrática: Indicadores socioeconômicos; perfil das novas constituições; característica dos movimentos islâmicos; relações civil-militares e sistema eleitoral.

A única variável comum aos dois processos seria os indicadores socioeconômicos. Como fora explicado no capítulo anterior, os países árabes têm sido incentivados por órgãos como Banco Mundial e o FMI a promoverem um equilíbrio em suas balanças de pagamento e aplicarem uma rigorosa política fiscal. Tais ações resultaram em desenvolvimento macroeconômico para desses países, mas em contrapartida, as políticas microeconômicas foram negligenciadas. Em relação ao PIB *per capita*, Egito e principalmente a Tunísia apresentaram ao longo da primeira década do século XXI uma flutuação na sua margem de crescimento. O ano de 2007 representou o ápice do crescimento econômico para a Tunísia, quando o país conseguiu

³⁷ Em agosto de 2013, por exemplo, Yasmine Ryan ao comentar o assassinato de um importante líder da oposição na Tunísia (Mohammad al-Brahimi), argumentou que o país em todo o período pós-revolução nunca tinha chegado tão perto de seguir um caminho similar ao Egito como naquele momento. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/08/201381711438478739.html>> Acesso em: 22/03/2014.

alcançar 6,5% de crescimento (Gráfico 1). O Egito por sua vez, obteve no biênio 2007/2008 sua melhor fase de crescimento econômico³⁸.

Gráfico 1: Evolução da taxa de crescimento do PIB, durante os anos de 2000 a 2012. Valores em percentagem.



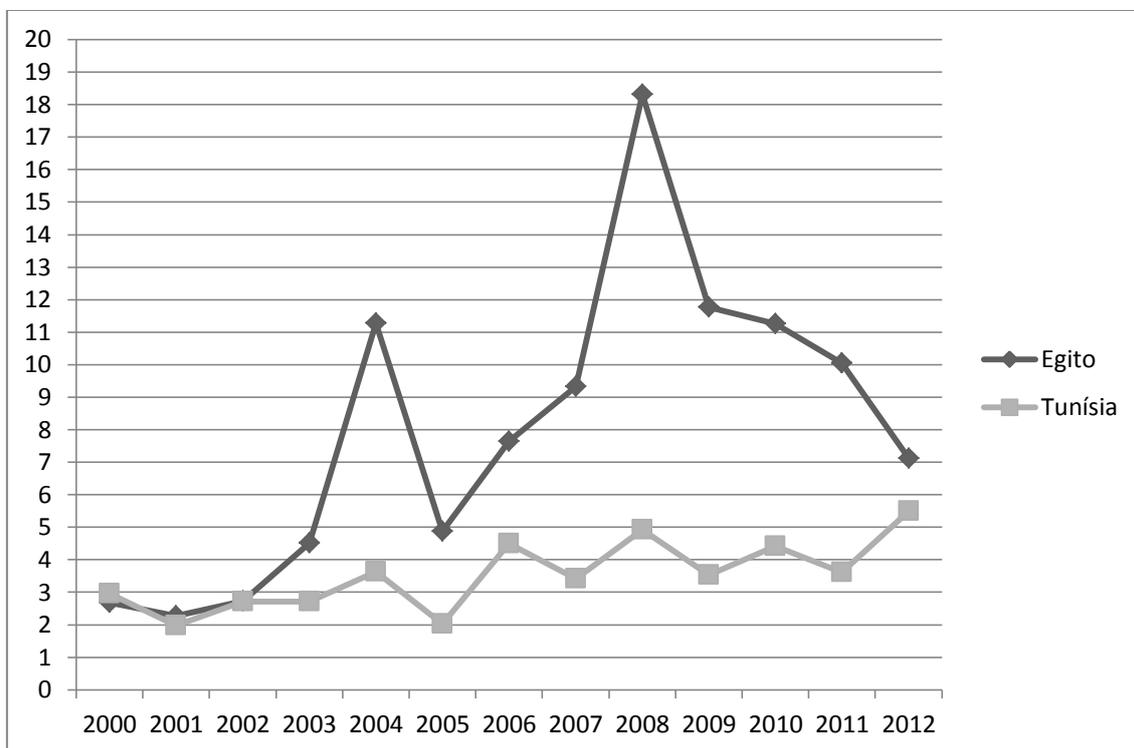
Fonte: Banco de Dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Disponível em: < <http://unctadstat.unctad.org/> > Acesso em 12/03/2014

Em 2008, a crise imobiliária americana produziu uma recessão de nível global, além da retração do PIB, foi possível observar o crescimento da inflação. A Tunísia conseguiu manter a inflação mais ou menos constante (entre 2007 e 2011 a inflação oscilou entre 3,4% e 4,9%), o mesmo não pode ser observado para o Egito. Em 2007 a inflação observada no Egito foi de 9,3%, no ano seguinte a inflação praticamente dobrou atingindo 18,3% (Gráfico 2). No início da Primavera árabe (2010), a inflação na Tunísia chegou à taxa de 4,4% e 11,3% no Egito. A retração do PIB e o crescimento da inflação acabaram por corroer o poder econômico do consumidor, em contrapartida os

³⁸ A crise americana ocorreu no final de 2008, como é possível perceber, a Tunísia já vinha sofrendo com baixo crescimento antes mesmo da crise se desenvolver. Apesar da Tunísia já demonstrar uma redução no crescimento do PIB antes da crise, ambos os países sentiram nos anos seguintes os efeitos da crise. No caso do Egito é possível perceber que desde 2004 o país vinha num processo de recuperação econômica que durou até o despertar da crise.

commodities que já apresentavam elevação nos preços desde 2002, subiram de maneira brusca em 2008.

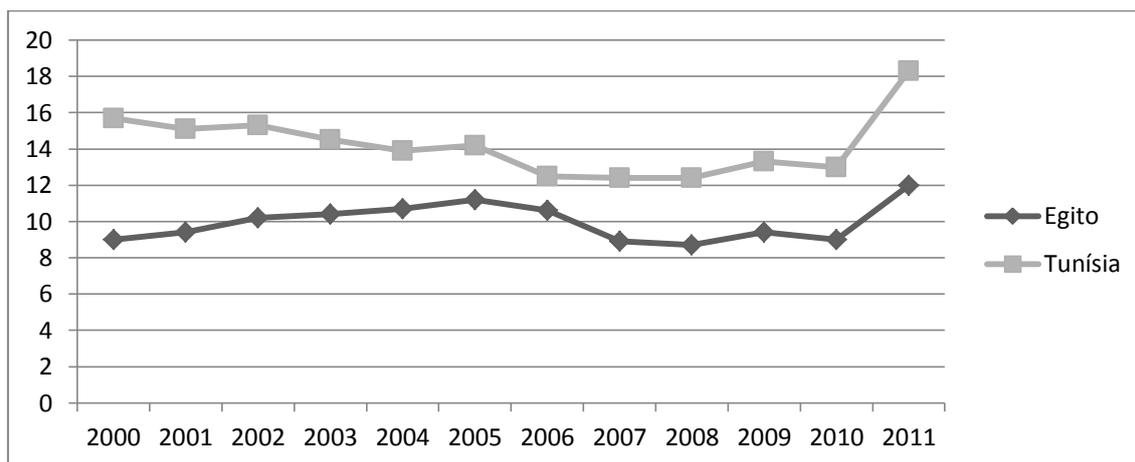
Gráfico 2: Evolução da taxa de inflação, durante os anos de 2000 a 2012. Valores em percentagem.



Fonte: Banco de Dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/>> Acesso em 12/03/2014.

A perda do poder econômico e a brusca alta dos preços dos *commodities*, intensificaram os problemas microeconômicos, o nível de desemprego atingiu valores alarmantes, sobretudo na Tunísia (Gráfico 3). O desemprego na Tunísia e no Egito impulsionou as revoluções de 2011, mas também deixou claro que qualquer governo no pós-revolução para manter longevidade deve procurar combater esse problema. Apesar do desemprego ainda ser elevado, de acordo com o instituto nacional de estatística da Tunísia, o desemprego que em 2011 atingia 18% da população, foi reduzido para 15,3% em 2013.

Gráfico 3: Evolução da taxa de desemprego, durante os anos de 2000 a 2011. Valores em percentagem.

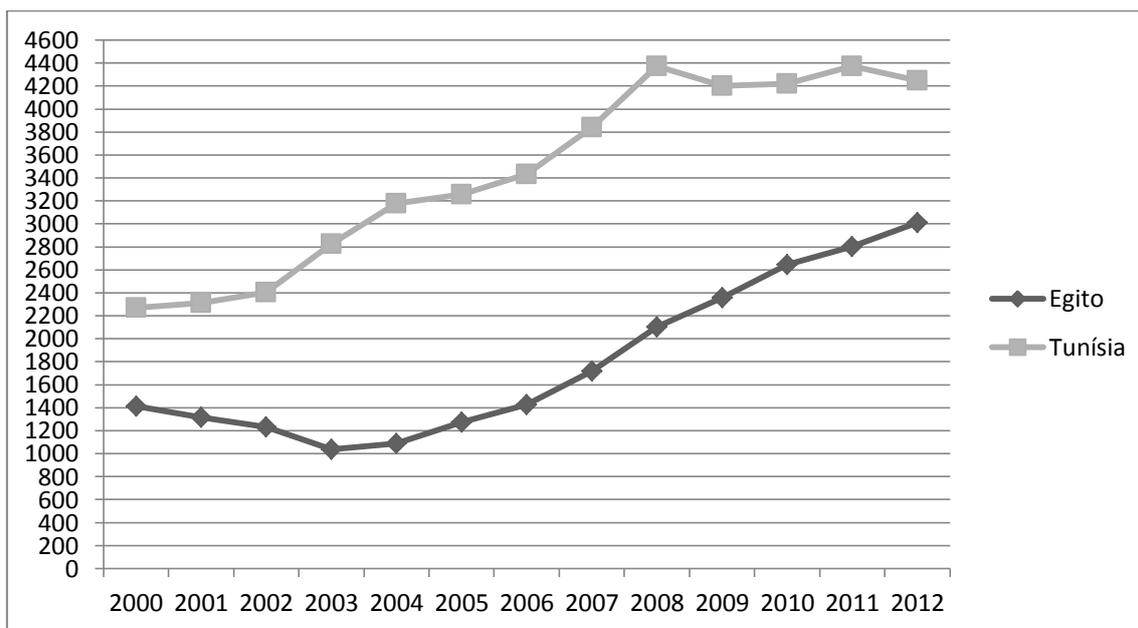


Fonte: World Data Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/>> Acesso em: 12/03/2014

A crise americana de 2008 e o colapso das economias de países europeus como Espanha, Portugal e Grécia, produziram efeitos a curto e médio prazo nas economias árabes. Até 2012 o PIB egípcio ainda não tinha conseguido retomar uma trajetória ascendente na taxa de crescimento, registrando assim, um crescimento de apenas 1,6% no PIB (menor valor registrado pelo país no século XXI). Em contraste, a economia tunisiana encontra-se em recuperação, saindo de -1,5% em 2011 para uma taxa de crescimento de 2,4% em 2012. De acordo com a teoria da modernização proposta inicialmente por Lipset (1967), países com melhores indicadores econômicos teriam melhores condições de suportar uma consolidação democrática. Huntington (1994) chegou a apontar que países que durante a terceira onda, países com PIB per capita entre 1.000 a 3.000 dólares apresentariam melhores condições para iniciar uma transição.

O Egito e a Tunísia iniciaram o processo de transição de regime quando o PIB per capita se encontrava na faixa descrita por Huntington. Pensando na capacidade de suportar as pressões da consolidação democrática, Przeworski e Limongi (1997) argumentaram que quanto mais próximo da faixa de 6.000 dólares de PIB per capita um país estiver, mais longa seria a sua democracia. Ao compararmos o PIB per capita dos dois países que iniciaram a Primavera Árabe é possível observar que caso esses autores estejam certos, a Tunísia ofereceria maiores condições para sobrevivência da democracia, já que possui um PIB per capita superior ao do Egito. Em 2012 o PIB per capita da Tunísia foi de 4.247 US\$, enquanto que o do Egito foi de 3.012 US\$ (Gráfico 4).

Gráfico 4: Evolução do PIB per capita, durante os anos de 2000 a 2012.

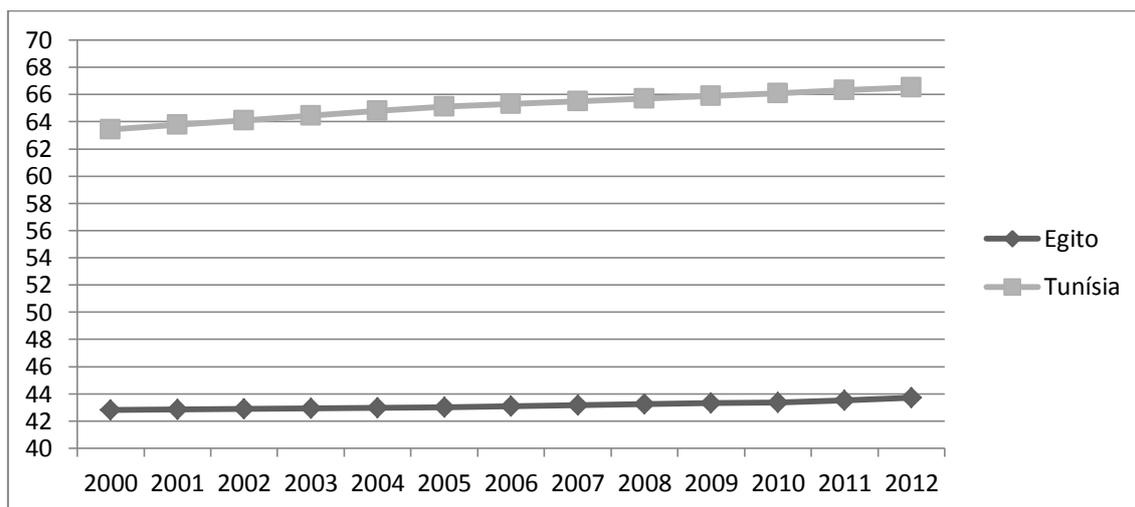


Fonte: Banco de Dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Disponível em: < <http://unctadstat.unctad.org/> > Acesso em 12/03/2014

Ao compararmos o PIB per capita dos dois países que iniciaram a Primavera Árabe é possível observar que caso esses autores estejam certos, a Tunísia ofereceria maiores condições para sobrevivência da democracia, já que possui um PIB per capita superior ao do Egipto.

Elevada taxa de desemprego, crescimento da população com acesso a educação e informação são algumas das variáveis que criaram um ambiente propício para os levantes árabes de 2011. Durante a terceira onda democrática, os países árabes possuíam grande parte de sua população residindo na zona rural e desprovida de acesso a educação. Não obstante, quando se iniciou a Primavera Árabe, a Tunísia já apresentava uma população majoritariamente urbana (no Egipto 43% da população é urbana) e com acesso a educação (Gráfico 5).

Gráfico 5: Evolução da população urbana, durante os anos de 2000 a 2012. Valores em percentagem.

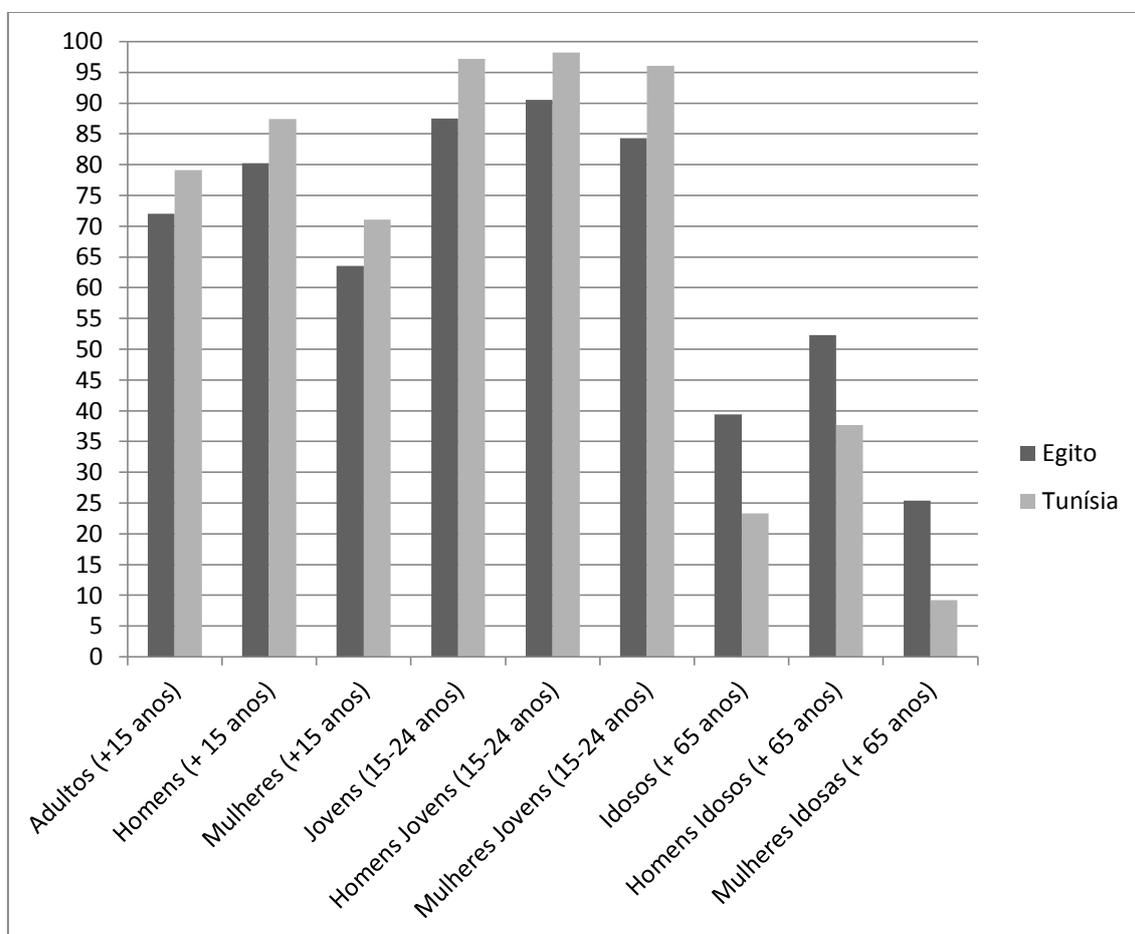


Fonte: Word Data Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/>> Acesso em: 12/03/2014

O crescimento do número de cidadãos alfabetizados, associado ao surgimento de novas ferramentas capazes de difundir o pensamento do cidadão, o grau de contestação da sociedade para com seus representantes. De acordo com Manin (2007), a capacidade de responsabilizar os governantes por suas ações seria um requisito primordial para a categorização da qualidade democrática. Sob esse aspecto, a comparação dos indicadores sociais de Tunísia e Egito pode oferecer pistas sobre quais sociedades estariam mais aptas a desenvolver responsabilizar e contestar as ações governamentais.

Entre os indicadores sociais o primeiro que deve ser levado em conta é a parcela da população que teve acesso à educação e fora alfabetizada (Gráfico 6). De acordo com dados da UNESCO, na população jovem e adulta a Tunísia apresenta melhores taxas de alfabetização do que o Egito, seja na análise geral ou discriminando os gêneros. Na população jovem, a Tunísia apresenta 97,1% de alfabetização, enquanto que o Egito apresenta um número de alfabetizados nessa faixa etária, 10 pontos percentuais a menos que a Tunísia. A única faixa etária que o Egito apresenta uma porcentagem maior de alfabetizados é na população com mais de 65 anos. Nessa faixa o Egito consegue vencer em todas as categorias. A partir desse resultado obtido é possível levantar a hipótese que o Egito tenha inicialmente apresentado uma melhor gestão educacional, mas que ao longo das décadas o projeto educacional feito pelo governo tunisiano tenha sido mais efetivo.

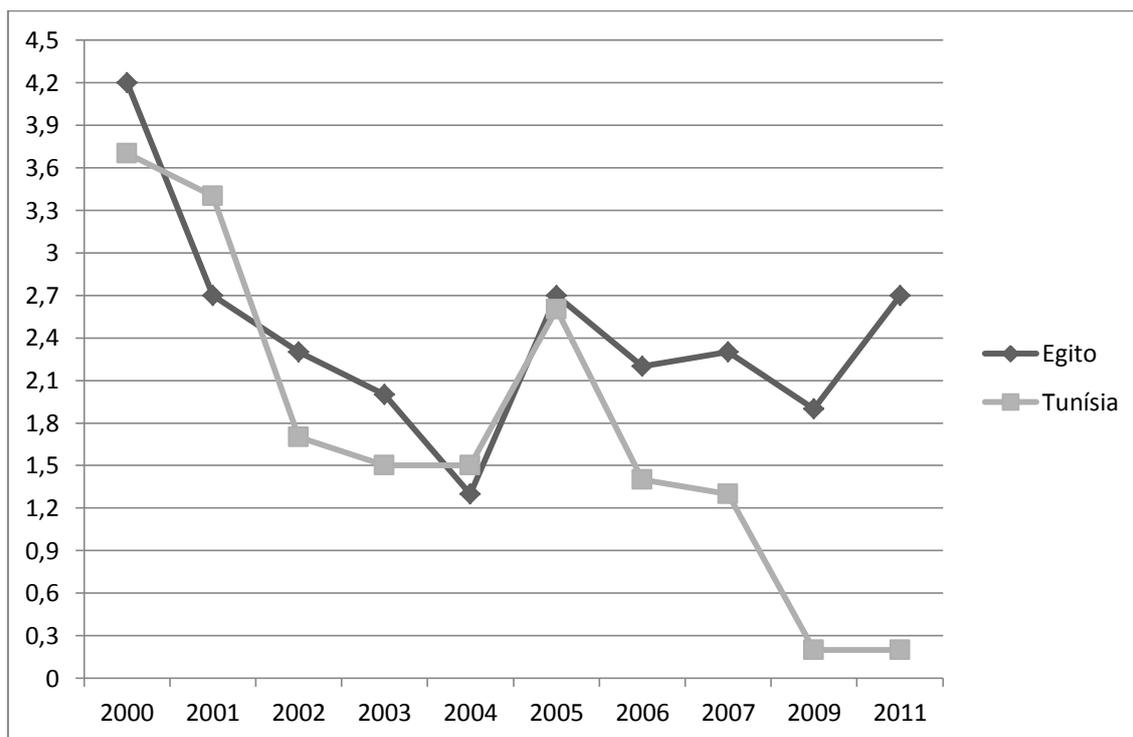
Gráfico 6: Porcentagem da população que foi alfabetizada. Dados incluem três categorias: Adultos (considerando indivíduos com mais de 15 anos), jovens (indivíduos entre 15 e 24 anos) e idosos (com mais de 65 anos). Para cada categoria foram estimados os valores totais e separados por gênero.



Fonte: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <<http://stats.uis.unesco.org/>> Acesso em: 15/03/2014

A hipótese de que o governo tunisiano tenha desenvolvido uma melhor gestão educacional, ganha força quando se observa que no ano 2000 a porcentagem de crianças fora da escola era semelhante nos dois países (4,2% no Egito e 3,7% na Tunísia), mas divergiram nos últimos anos. Em 2011, o Egito apresentou uma taxa de 2,7% das crianças (em idade para cursar o primário) fora da escola. Em contrapartida, a Tunísia apresenta apenas 0,2% de suas crianças sem acesso a educação (Gráfico 7).

Gráfico 7: Evolução do número de crianças em idade para o primário, fora da escola. Durante os anos de 2000 a 2011. Valores em percentagem.

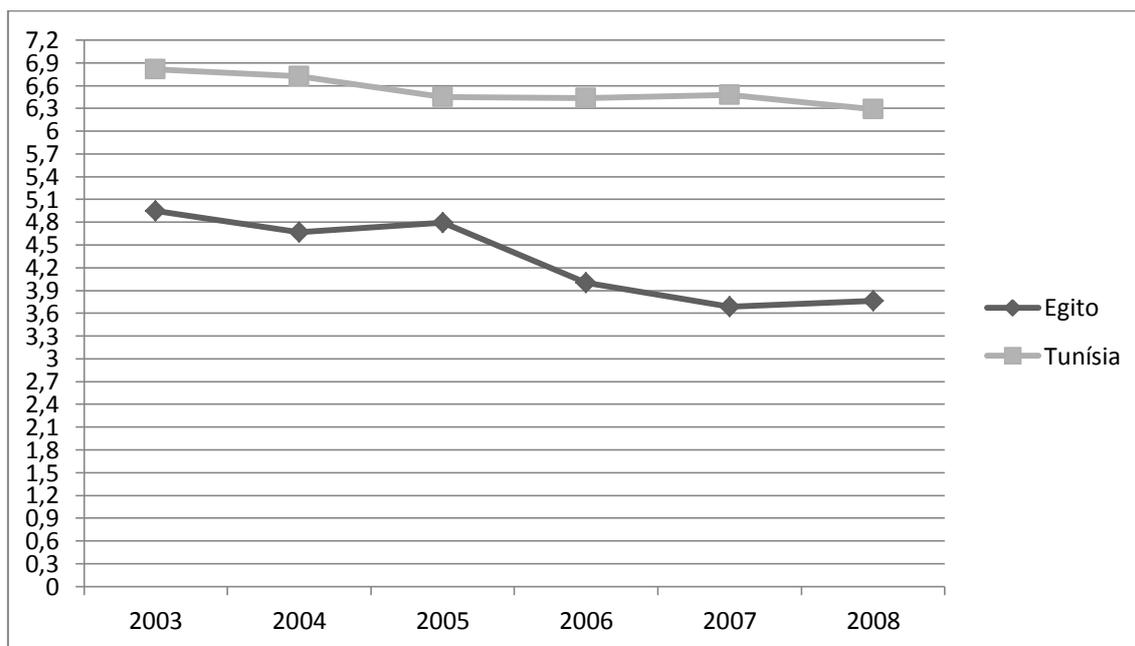


Fonte: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: < <http://stats.uis.unesco.org/> > Acesso em: 15/03/2014

Nota: Os anos de 2008, 2010 e 2012 não se encontram representados na figura por que os dados não foram encontrados para o Egito. Na Tunísia a taxa de crianças fora de sala foi de 0,2% em 2008 e 2010 e 0,1% em 2012.

Em relação ao gasto com a percentagem do PIB gasto com educação é possível perceber que a Tunísia investe quase o dobro que o se observa para o Egito. Entre 2003 e 2008 o Egito investiu em média 3,7% do PIB, enquanto que o investimento médio na Tunísia, para o mesmo período foi de 6,5. Em ambos os países é possível perceber uma redução do gasto em educação, mas no Egito essa redução foi mais acentuada. Em 2003, o Egito investiu 4,9% do PIB em educação e a Tunísia investiu 6,8%. Cinco anos depois a Tunísia reduziu para 6,2% do PIB e o Egito para 3,7% (Gráfico 8).

Gráfico 8: Evolução da porcentagem do PIB gasto em educação. Durante os anos de 2003 a 2008.

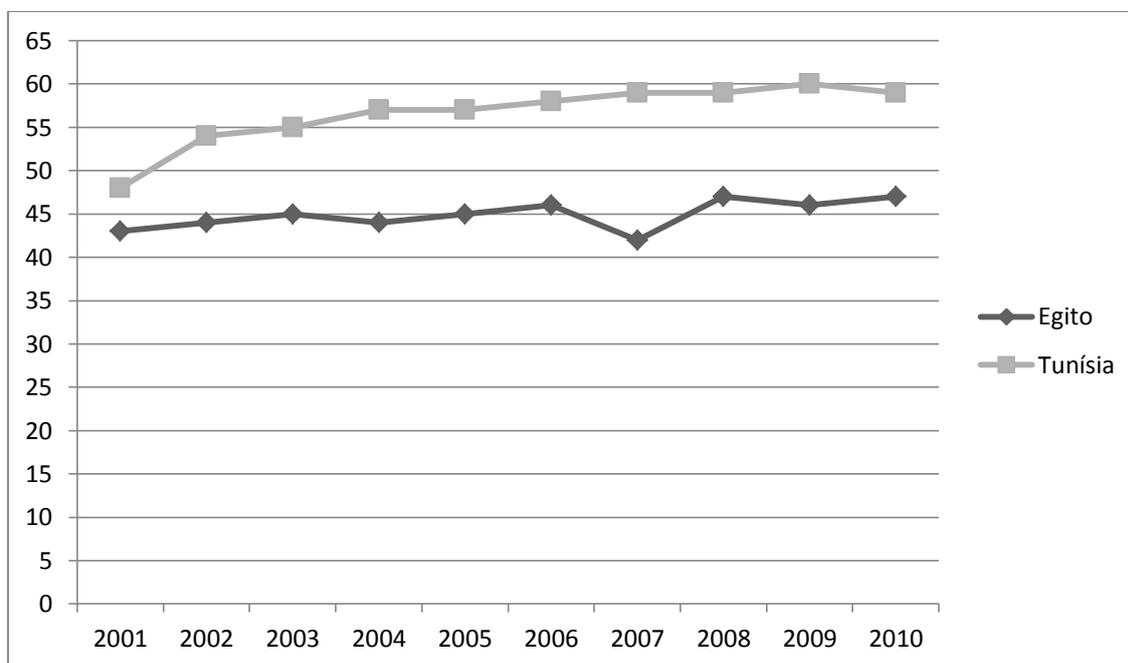


Fonte: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <<http://stats.uis.unesco.org/>> Acesso em: 15/03/2014.

Qualquer país que procure realizar uma transição democrática deve levar em conta à necessidade de se dar atenção para grupos que tradicionalmente são excluídos. Nas sociedades árabes um desses grupos são as mulheres. Na Tunísia, a preocupação em promover melhores condições sociais às mulheres ocorre desde o governo de Habib Bourguiba. O primeiro presidente tunisiano, implementou o Código da Família (1956) que além de garantir a igualdade a homens e mulheres nas relações matrimoniais, propiciou a matrícula em grande número de mulheres no ensino superior. Em 1966, Bourguiba ainda promoveu um programa de planejamento familiar que garantia a distribuição de pílulas e abortos autorizados pelo governo (STEPAN, 2012).

O Egipto não apresenta um programa em massa escolarização para mulheres como observado na Tunísia (Gráfico 9). Na política, o Egipto apresentava uma cota que reservava 64 cadeiras (de um total de 518) para mulheres, a reserva de cadeiras inexistia no parlamento tunisiano. Depois das revoluções de 2011, a Tunísia decide apresentar uma cota de representação para mulheres. Cada partido tunisiano deve reservar 50% das vagas para candidatos do sexo feminino. Se antes o Egipto apresentava uma cota para mulheres, depois de 2011 um retrocesso foi observado: a cota para mulheres foi encerrada, mas a cota de 226 cadeiras para trabalhadores e camponeses foi mantida.

Gráfico 9: Evolução do número de mulheres matriculadas no ensino superior. Durante os anos de 2000 a 2010. As mulheres representam, desde 2002, mais da metade da população acadêmica na Tunísia. Valores em percentagem.

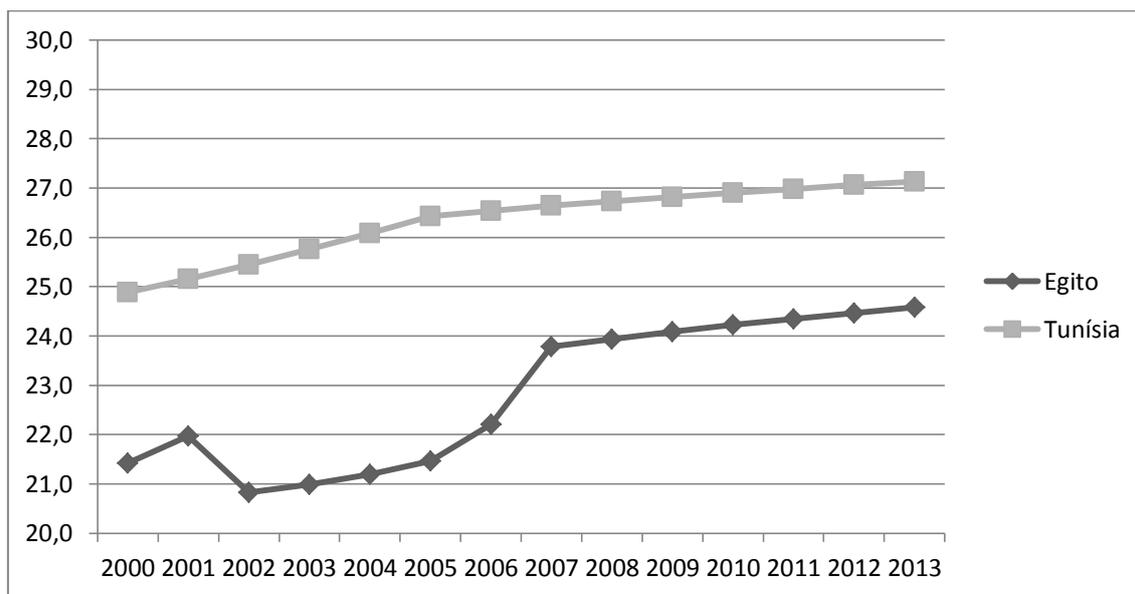


Fonte: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <<http://stats.uis.unesco.org/>> Acesso em: 15/03/2014

No que concerne a força de trabalho, as mulheres ainda são minoria em ambos os países. Na Tunísia, em 2013, elas representavam 27,1% dos trabalhadores, no Egito elas corresponderam a 24,6%. Mostrando assim, que no quesito geração de emprego ambos os países ainda têm muito a evoluir, mas que a Tunísia ainda se encontra à frente do Egito (Gráfico 10).

Gráfico 10: Evolução da força laboral feminina, durante os anos de 2000 a 2010.

Valores em percentagem.



Fonte: Base de dados do Banco Mundial. Disponível em:< <http://databank.worldbank.org/> >Acesso em: 12/03/2014

O cidadão em uma democracia deve ser capaz de compreender e julgar as ações dos atores políticos, mas além de apresentar o discernimento sobre os rumos da sociedade, ele deve ser capaz de expressar suas preferências e tê-las consideradas nas ações do governo. Sob esse aspecto é importante observar as liberdades que cada um dos dois países oferece a sua população. De acordo com a Freedom House, Egito e Tunísia apresentavam em 2010, graves violações a liberdades civis e direitos políticos o que os classificavam como países “Não Livres”. Em 2011, ambos os países sofreram revoluções e modificações de governos. Todavia no Egito, a modificação do Executivo não se transformou em melhoras nos índices de liberdade. Em contraste a Tunísia obteve melhora considerável nos dois critérios de avaliação. Em relação às liberdades civis o índice caiu de 5 (lembrando que quanto mais baixo melhor) para 4 e em relação a direitos político a melhora foi ainda mais acentuada, saindo de 7 para 3. Dessa forma a Tunísia deixou de ser considerado um país “Não Livre”. No ano seguinte, ambos os países foram considerados como “Parcialmente Livres”, a Tunísia manteve os mesmos índices de 2011 e o Egito melhorou nos direitos políticos. No ano de 2013, a Tunísia mantém sua trajetória de consolidação melhorando em um ponto os direitos políticos e as liberdades civis. O Egito, por sua vez, apresentou forte retrocesso voltando aos mesmos índices observados antes da revolução de Lótus (Tabela 20).

Tabela 20: Classificação Egito e Tunísia, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.

Cobertura	2010			2011			2012			2013		
	DP	LC	Status									
Egito	6	5	NL	6	5	NL	5	5	PL	6	5	NL
Tunísia	7	5	NL	3	4	PL	3	4	PL	3	3	PL

Fonte: Freedom House. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world#.UtLoN RDvIE>> Acesso em: 21/12/2013

Significado das siglas: DP: Direitos Políticos; LC: Liberdades Cívicas; L: Livre; PL: Parcialmente Livre; NL: Não Livre

Em relação aos veículos de comunicação, tanto impresso quanto rádios e canais de TV, eles não eram, em 2010, considerados livre em nenhum dos dois países. De acordo com a Freedom House países com notas acima de 60 não apresentam uma imprensa livre. O Egito não era livre, mas com 65 pontos tinha mais liberdades que a forte repressão tunisiana que recebeu 85 pontos. Em 2011, ambos são classificados como “Parcialmente Livres”, mas no ano seguinte o Egito volta a ser considerado como um país com imprensa controlada pelo governo (Tabela 21).

Tabela 21: Classificação da liberdade de imprensa no Egito e Tunísia, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.

Cobertura	2010		2011		2012	
	VALOR	STATUS	VALOR	STATUS	VALOR	STATUS
Egito	65	NL	57	PL	62	NL
Tunísia	85	NL	51	PL	52	PL

Fonte: Freedom House Disponível em: <http://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2014#.UuMwgBC5ddg> Acesso em 26/2/2013

Significado das siglas: DP: Direitos Políticos; LC: Liberdades Cívicas; L: Livre; PL: Parcialmente Livre; NL: Não Livre

Em relação à internet a Freedom House considera o Egito como “Parcialmente Livre” em todos os anos de avaliação³⁹. A Tunísia foi considerada “Não Livre” nas duas primeiras avaliações. Em 2012 e 2013, já depois da Revolução de Jasmim a Tunísia foi considerada como “Parcialmente Livre”. Enquanto a Tunísia vem

³⁹ Os relatórios produzidos pela Freedom House sobre a internet englobam apenas os anos de 2009, 2011 e 2012. O ano de 2010 não fez parte de avaliação.

apresentando uma melhora constante em sua liberdade na internet, o Egito segue caminho distinto. Depois de 2011 a Tunísia saiu de 81 (no índice de liberdade de internet) para 46 em 2012 e voltou a cair em 2013, chegando aos 41 pontos de liberdade. O Egito percorreu um caminho distinto, em 2011 o país obteve 54 pontos em liberdade na internet. No ano seguinte o número subiu para 59 e depois para 60 pontos em 2013 (Tabela 22).

Tabela 22: Classificação da liberdade de internet no Egito e Tunísia, de acordo com a metodologia proposta pela Freedom House.

	Status	Liberdade na Internet	Obstáculo ao Acesso	Restrição de Conteúdo	Violação de Direitos
		0-100 Pontos	0-25 Pontos	0-35 Pontos	0-40 Pontos
Egito 2009	PL	45	8	11	26
Tunísia 2009	NL	78	20	27	31
Egito 2011	PL	54	12	14	28
Tunísia 2011	NL	81	21	28	32
Egito 2012	PL	59	14	12	33
Tunísia 2012	PL	46	14	12	20
Egito 2013	PL	60	15	12	33
Tunísia 2013	PL	41	12	8	21

Fonte: Freedom House Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-press#.Uvz9xPldVj0> Acesso em: 12/03/2014

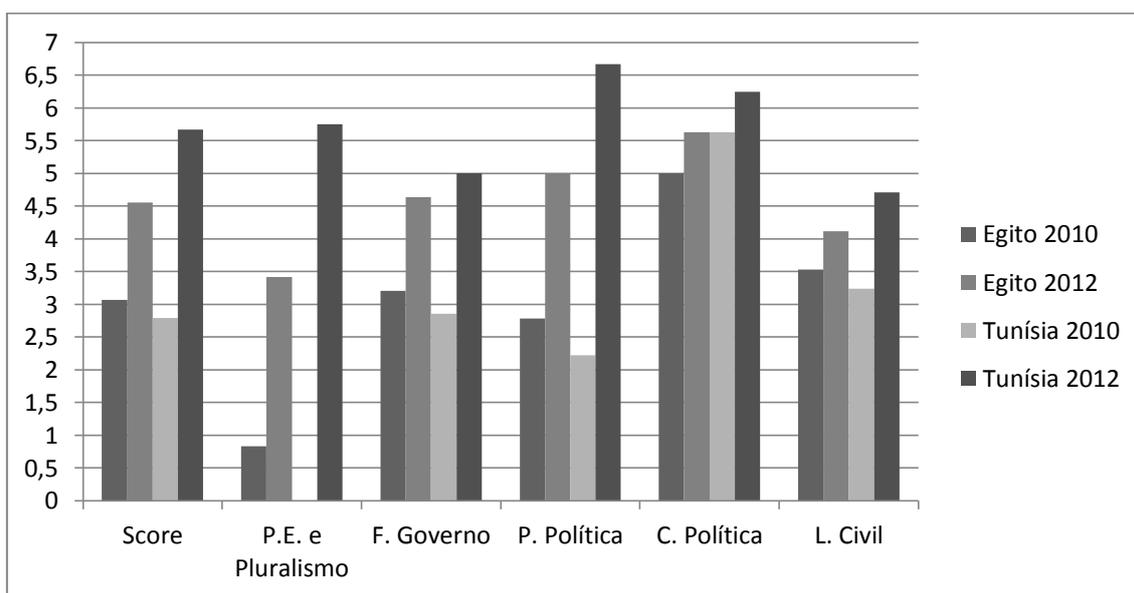
Significado das siglas: PL: Parcialmente Livre; NL: Não Livre

O último dos indicadores, aqui apresentados para corroborar a hipótese de caminhos diferentes para Egito e Tunísia consiste no indicador democrático desenvolvido pela revista *The Economist*. Na comparação entre os anos de 2010 e 2012 é possível perceber que o Egito sofreu um leve crescimento no rank dos países mais democráticos, saindo da 138º posição para 109º. A Tunísia apresentou uma melhora ainda mais evidente, saindo de 144º lugar para o lugar número 90º (Gráfico 11).

O *The Economist* cria seu score baseado na avaliação de cinco critérios: Processo eleitoral; Funcionalidade do Governo; Participação Política; Cultura Política e Liberdades Cívicas. Quanto mais próximo da nota 10 mais democrático é o país. Antes de

2010 o Egito tinha um score melhor que o da Tunísia, entretanto na última avaliação fica constatado que a Tunísia apresenta melhores condições para consolidação democrata.

Gráfico 11: Relação das variáveis utilizadas pelo *The Economist* para se traçar o rank dos países mais democráticos. As variáveis observadas são as seguintes: Score; Processo Eleitoral e Pluralismo; Funcionalidade do Governo; Participação Política; Cultura Política; Liberdades Cíveis.



Fonte: Democracy Index- The Economist. Disponível em: <http://goo.gl/oKpaeQ> Acesso em: 18/02/2014.

A segunda variável independente que irá exercer influência na consolidação democrática do Egito e da Tunísia, diz respeito ao papel que os movimentos islâmicos apresentam no cenário político. Um dos maiores receios do processo de transição de governo observado nos países árabes é o desenvolvimento de regimes fundamentalistas. Se os grupos islâmicos⁴⁰ estiveram alheios durante as insurreições nos dois países, com a derrocada dos regimes ditatoriais de Ben Ali e de Hosni Mubarak esse cenário foi modificado. Islamistas que antes viviam na clandestinidade, ganharam voz e passaram a atuar como um dos principais atores políticos do pós-revolução. Diante desse fato, Fradkin (2013) chega a argumentar que a Primavera Árabe teria sido usurpada dos democratas, liberais e seculares que tinham promovido a derrocada dos ditadores. Se os

⁴⁰ Por grupos islâmicos se entende os atores que usam textos islâmicos, referências, símbolos e linguagem para demarcar a sua identidade e para enquadrar as suas atividades nos domínios sociais, políticos e intelectuais religiosos.

movimentos islâmicos usurparam ou não a Primavera Árabe, a verdade é que eles emergiram no pós-revolução como um dos principais atores políticos na Tunísia e no Egito e os mais prováveis vencedores das futuras eleições (como de fato ocorreu).

Como já fora mencionado, os islamistas correspondem a um grupo generalista que contém vertentes com diferentes visões políticas. De acordo com Wittes (2008) os islamistas podem ser mais bem agrupados em três categorias distintas⁴¹, sendo que na última categoria estariam os grupos com importância real para discussões sobre democratização. Os membros dessa terceira categoria teriam abdicado do uso da violência para conseguir ter suas reivindicações levadas em consideração e ainda estariam dispostos a participar do jogo político para chegar ao poder. Nessa categoria estariam inseridos a Irmandade Muçumana e o Movimento Ennahda, grupos que assumiram o poder depois da Primavera Árabe no Egito e Tunísia, respectivamente.

A ascensão dos Islamistas ao poder despertou o receio de que esses grupos criassem um Estado onde as leis religiosas estivessem acima de princípios constitucionais democráticos. Apesar do medo que os grupos islâmicos podem despertar na sociedade é importante levar em conta que um secularismo severo, acabaria excluindo atores políticos que representam uma parcela importante da população de ambos os países⁴². Se para obter legitimidade o processo de democratização necessita da participação dessa importante parcela da sociedade, é imprescindível entender como se comportam os seus principais representantes (a Irmandade Muçumana no Egito e o Ennahda na Tunísia) em ambiente democrático, para assim testar seu compromisso com valores democráticos.

A tese de que Egito e Tunísia vão seguir caminhos distintos no processo de transição democrática leva em conta o papel que cada um dos principais representantes do eleitorado islâmico tem desempenhado em seus países, antes e depois dos levantes de 2011. No Egito, a Irmandade Muçumana corresponde ao movimento islâmico com maior força no país. Fundada em 1928, por Hassan al-Banna, esteve a maior parte do

⁴¹ Wittes (2008) divide os islamitas em três categorias: 1) os fundamentalistas-que acreditam que a democracia é uma violação aos ensinamentos de Alá; 2) os nacionalistas que combinam ideologia islâmica com questões locais (As categorias 1 e 2 utilizam de violência para conseguirem seus propósitos); 3) a última categoria correspondem a grupos que rejeitaram a violência e aspiram ao poder político. Uma explicação mais detalhada pode ser vista no segundo capítulo desse trabalho ou no artigo Three Kinds Of Moviments de Wittes (2008).

⁴² Na eleição parlamentar de 2012 do Egito e na Eleição da Constituinte de 2011 na Tunísia, ambos os partidos vencedores eram de orientação Islâmica. No Egito a Irmandade Muçumana obteve 38% das cadeiras enquanto que na Tunísia o Ennahda obteve 41%. Caso um secularismo severo fosse aprovado, os cidadão com inclinações islâmicas não seria representado. Disponível em:< <http://goo.gl/4A5aWD>>< <http://goo.gl/N6Ym2t> >Acesso em 23/04/2014.

tempo mergulhada na clandestinidade, em alguns momentos importantes líderes do movimento disputaram eleições e conseguiram representação participando do jogo eleitoral como candidatos independentes. O Egito de Mubarak, assim como outras regiões árabes, sofreram pressão americana (sobretudo depois da invasão do Iraque) para promoverem uma maior abertura aos grupos de oposição. A Irmandade Muçumana aproveitou essa ligeira abertura política para conseguir que seus candidatos (formalmente eles ainda concorriam como independentes) ocupassem 1/5 do parlamento e se tornassem a maior voz da oposição. O sucesso da Irmandade fez com que o governo de Mubarak promovesse um recuo dessa liberalização, promovendo prisões de líderes do grupo e promovendo, em 2007, modificações nos textos constitucionais para proibir qualquer atividade política feita por grupos religiosos.

Ainda em 2007, mesmo estando na ilegalidade, a Irmandade Muçumana publica em seu site⁴³ uma série de diretrizes que norteiam o grupo caso e que serviriam de plataforma política no dia que deixassem de ser ilegais. No documento a Irmandade afirma seu compromisso com a democracia e com a proteção dos direitos humanos⁴⁴, aceitando o multipartidarismo e o direito de mulheres e minorias, desde que não extrapole os limites da Sharia. Apesar de se apresentarem como defensores da democracia, os irmãos muçumanos apresentaram em sua plataforma uma série de dispositivos que controversos que geraram diversas críticas, mostrando assim todo o caráter conservador do grupo.

O primeiro ponto de crítica foi o fato de acreditarem na necessidade de se estabelecer um órgão independente formado de clérigos que teria o poder de revisão sobre os decretos do parlamento e do executivo, a fim de que esses se adequem aos princípios da Sharia. A visão da irmandade sobre quais cidadãos estariam aptos a representarem o Egito como Presidente/Primeiro Ministro, também gerou revolta. De acordo com a plataforma de 2007 os cidadãos que se dedicam a outra religião não poderiam exercer nenhum dos mais altos cargos do executivo.

“The state is tasked with guarding Islam and protecting its affairs and ensuring that nothing obstructs Islamic practices, such as worship, preaching,

⁴³ Site oficial da Irmandade muçumana. Disponível em:<<http://www.ikhwanonline.com/>>Acesso em 19/03/2014

⁴⁴ Por direitos humanos a Irmandade Muçumana entende o direito há: viver uma vida digna livre da pobreza e desemprego; à assistência médica; à educação básica; à moradia, à segurança social, os direitos de grupos vulneráveis como mulheres, crianças de rua e deficientes. (SHEHATA *et. al*; 2012)

pilgrimage, etc. These religious functions are embodied in the Head of State or the Prime Minister, depending on the nature of the political system. That is why we view that the president or the prime minister have obligations which contradict the beliefs of non-Muslims, which precludes the non-Muslim from undertaking this task according to the Islamic *Shariah* (SHEHATA *et. al*; 2012. 103 pp)

A irmandade Mulçumana não consegue separar o líder religioso, do chefe de Estado, por essa razão qualquer não praticante do islamismo seria incapaz de governar. A restrição aos postos mais altos do governo também seria imposta para as mulheres. Para a entidade os direitos das mulheres seriam: Direito a participação no parlamento; Direito de representação nos conselhos; direito de ocupar cargos públicos (com exceção dos mais altos postos do executivo); direito de proteção contra violência e direito à alfabetização.

O conservadorismo da Irmandade Mulçumana para com as mulheres não é percebido apenas em sua plataforma política, mas também em outros documentos produzidos pela entidade. Em 2013, a ONU publicou em sua 57ª sessão da Comissão sobre o Status da Mulher, uma resolução pedindo o fim de toda forma de violência contra a mulher. Diante da resolução a Irmandade Mulçumana emitiu um comunicado em seu web site em inglês, rechaçando a resolução da ONU. Segundo o comunicado o documento contraria os princípios básicos da *Shariah* e caso fosse aprovado iriam enfraquecer a ética islâmica e promover a desintegração da sociedade. Entre os direitos propostos na resolução da ONU e que a Irmandade Mulçumana é contrária, pode-se destacar: Igualdade completa na legislação matrimonial, possibilidade da mulher promover queixa legal contra o cônjuge, distribuição de contraceptivos entre outros⁴⁵. Além de atacar direitos básicos da mulher, a Irmandade ainda criticou na declaração o pedido da ONU por igualdade de direitos também para homossexuais.

Se no Egito a irmandade Mulçumana fez transparecer valores conservadores (tanto em sua plataforma política, quanto no curto governo de Mohamed Morsi) e antidemocráticos, na Tunísia a realidade é distinta. Mesmo antes da deposição de Ben Ali, os mais diversos setores da oposição procuravam chegar a um acordo sobre quais seriam as diretrizes de um pós-Ben Ali. Segundo Stepan (2012), os principais grupos de oposição ao regime de Ben Ali assinaram em 2003 a “Declaração de Túnis”, que consiste em uma resolução onde todos os membros se comprometem entre outras coisas a aceitar que: a soberania popular deveria ser a única fonte de soberania do governo; o

⁴⁵ A declaração da Irmandade Mulçumana pode ser vista no site <<http://www.ikhwanweb.com/article.php?id=30731>> Acesso em 19/03/2014 ou no anexo desse trabalho.

Estado garantiria a liberdade de todas as crenças e neutralização política. Além das cláusulas supracitadas os grupos se comprometiam a manter “o código da família” instituído por Habib Bourguiba e que garantia uma série de direitos às mulheres.

Entre os membros signatários da Declaração de Túnis estava o Movimento Ennahda, que consiste em um dos maiores grupos islamistas da Tunísia. A assinatura da Declaração de Túnis oito anos antes da queda de Ben Ali serve como ilustração do pacto que foi firmado na Tunísia entre islamistas e secularistas, visando a governabilidade. O já legalizado Partido Ennahda, despertou na sociedade o receio de que a política tunisiana sofresse uma “islamização”. Em decorrência desse medo, os principais líderes do partido sempre procuraram deixar claro seu compromisso com valores democráticos e a distância com a ideologia e as práticas adotadas pela Irmandade Mulçumana no Egito. A ideia de um órgão religioso acima do presidente ou do parlamento (o conselho dos clérigos, como defende a Irmandade Mulçumana) foi descartada por seus líderes (STEPAN, 2012). Em relação ao direito das mulheres de participar da vida pública, a Tunísia estabeleceu no processo eleitoral para a Assembleia Constituinte a necessidade de os partidos destinassem 50% das vagas para mulheres. Em um sistema proporcional de lista fechada, foi justamente o Ennahda um dos poucos a destinarem a primeira posição a mulheres. Por essa razão das quarenta e nove mulheres eleitas para a Assembleia, 85% eram representantes desse partido.

A preocupação dos diferentes grupos políticos chegarem a um acordo, visando garantir a governabilidade promoveu a possibilidade de uma moderação sobre diversos temas. Essa moderação se refletiu na constituição produzida pela Assembleia. Se no Egito a Irmandade Mulçumana era contra a participação da mulher nos cargos mais altos do governo, na Tunísia o principal partido religioso (e com a maioria na constituinte) aprovou em seu artigo 74º o direito de homens e mulheres concorrerem igualmente pela presidência do país.

“Art 74- Running for the position of President of the Republic shall be a right for every male and female voter who holds Tunisian nationality since birth, whose religion is Islam.” (UNDP, 2014. 22pp).

A terceira variável independente corresponde à relação entre civis e militares. De acordo com Mainwaring et al. (2001), a democracia representativa moderna

apresentaria quatro propriedades que a definiriam⁴⁶, entre as propriedades descritas estaria a relação entre o poder eleito e os militares. Ainda que governos sejam eleitos mediante eleições livres e limpas se suas ações são controladas por grupos não eleitos (como os militares), esse regime não pode ser considerado uma democracia.

Levando em conta essa propriedade, o entendimento sobre a forma como os militares na Tunísia e Egito estão relacionados com o Estado, pode oferecer valiosas pistas sobre os caminhos que a transição de regime percorrerá. Antes de ilustrar as características atuais dos militares em ambas as sociedades é importante entender como eles estavam relacionados com o governo desde o passado. No Egito, a república foi implantada graças a um golpe de Estado promovida *pelo Free Officers' Movement* (movimento de caráter nacionalista promovido por membros do Exército egípcio. Entre os membros pode-se destacar: Muhammad Naguib; Gamal Abdel Nasser e Muhammad Anwar El Sadat), em 1952, que depôs o rei Farouk I. Em virtude da revolução de 52 o Exército passou a gozar de elevado status com a população. De acordo com Abdel-Latif (2011), boa parte da população egípcia tem uma visão utópica de seu Exército nacional, não acreditando que ele possa ser utilizado como um instrumento de opressão.

Toda essa popularidade transformou os militares nos principais atores políticos do país. Desde a revolução que encerrou a monarquia no Egito até a deposição de Mubarak, todos os presidentes eram militares⁴⁷. Se no Egito o Exército esteve intimamente ligado ao exercício do poder político, na Tunísia a situação foi ocorreu de maneira distinta. Seu primeiro presidente foi o advogado e cientista político Habib Bourguiba, que sempre procurou manter os militares longe da *sfera* política, chegando a banir sua participação no partido governante. O seu sucessor (Ben Ali) apesar de ser um militar, não concedeu grandes poderes para o Exército. Ben Ali promoveu o desenvolvimento de órgãos de segurança paralelos ao Exército. Sua polícia secreta recebia melhores investimentos e chegou a participar de treinamentos fora do país (BARANY, 2011).

O ostracismo vivido pelos militares na Tunísia serve como explicação para o apoio da classe aos protestos de 2011. Além dos escândalos de corrupção e os graves

⁴⁶ As quatro propriedades descritas por com Mainwaring et al. (2001), seriam: 1- Chefes do executivo e legislativos eleitos por eleições livres e limpas; 2-O voto deve ser extensivo a grande maioria da população adulta; garantia de liberdades civis e políticas a população; 4-Autoridades eleitas de fato governem.

⁴⁷ A exceção à regra foi Sufi Abu Taleb, presidente da câmara baixa do parlamento egípcio que assumiu interinamente a presidência do Egito em virtude da morte de Anwar El Sadat. Governou o Egito por apenas 8 dias até ser substituído por Hosni Mubarak.

problemas de desemprego na sociedade, o Exército tunisiano percebeu que Ben Ali procurou ao longo de treze anos de mandato, enfraquece-los enquanto favorecia sua polícia secreta e sua guarda presidencial. A falta de motivação do Exército tunisiano em ajudar Ben Ali, culminou com a negativa do General Rachid Ammar em disponibilizar o Exército para atacar os manifestantes.

“No institution matters more to a state’s survival than its military, and no revolution within a state can succeed without the support or at least the acquiescence of its armed forces. This is not to say that the army’s backing is sufficient to make a successful revolution; indeed, revolutions require so many political, social, and economic forces to line up just right, and at just the right moment, that revolutions rarely succeed. But support from a preponderance of the armed forces is surely a necessary condition for revolutionary success” (BARANY, 2011. 28 pp).

No fragmento supracitado, Zoltan Barany (2011) procura enfatizar o papel decisivo que os militares desempenham na vida política de qualquer país. Como apontado pelo autor, nenhuma revolução conseguirá ser bem sucedida se não contar pelo menos com a neutralidade do Exército. Na Primavera Árabe os Exércitos de Egito e Tunísia foram de grande importância para a deposição de Mubarak e Ben Ali. Entretanto se os motivos para o apoio do Exército aos manifestantes na Tunísia são fáceis de observar, no Egito a situação é mais obscura. Os oficiais militares egípcios gozam de elevado status com a população, sempre estiveram no poder e mesmo com o desenvolvimento de agências de seguranças paralelas o Exército não perdeu prestígio. Se Exército no Egito sempre fez parte do governo então por que decidiram mudar de lado e passando a apoiar os protestos e convenceram Mubarak a entregar o cargo?

Para Massoud (2011), o principal motivo foi à inclinação de Hosni Mubarak de transferir o poder para seu filho mais novo, Gamal Mubarak. Antes da revolução de 2011, o já octogenário Hosni Mubarak encontrava-se doente e não pretendia mais liderar o país, por essa razão ele se inclinava para entregar o poder a Gamal Mubarak. A reserva dos militares em relação ao filho de Mubarak era por que ele pertencia a uma nova classe dentro do partido governista. Internamente, antes da revolta de 2011, o Partido Nacional Democrático encontrava-se dividido em duas facções: os membros mais antigos e a nova geração. Gamal Mubarak fazia parte da nova geração do partido,

formada majoritariamente por empresários com grandes fortunas. A velha guarda do partido, por sua vez, corresponderia ao militares.

A disputa interna no partido sempre foi grande, mas cresceu substancialmente com a possibilidade de que Gamal Mubarak chegar ao poder. Os militares exerciam controle sobre diversos setores industriais e por essa razão além de se apresentarem como o mais forte ator político eles possuem elevada influência na economia do país. O caráter liberal do filho do presidente Mubarak assustava os militares, preocupados com a possibilidade de que caso eleito Gamal Mubarak aplicassem uma série de reformas que enfraquecessem o poder econômico e institucional do Exército.

Com a possível saída de Mubarak os militares não tinham interesse em passar o poder para Gamal e faziam questão de serem eles os responsáveis por escolher o próximo governante. Apesar da discórdia dos militares para com o filho de Mubarak, Barany (2011) ilustra que esse não seria o único motivo para deixar de apoiar o regime de Mubarak. Outro motivo era a constante preocupação dos líderes do Exército com a crescente radicalização e islamização dos jovens, eles sabiam que isso era decorrente a insatisfação desse segmento com a incapacidade de Mubarak de resolver problemas socioeconômicos. O terceiro motivo seria similar ao observado na Tunísia, os militares egípcios não simpatizavam com o surgimento de um aparato de segurança dividindo forças com eles, o apoio aos manifestantes poderia dar criar as condições para que o Exército no pós-revolução abolisse essas agências. Por fim Barany (2011) argumenta que a intensa ligação do Exército egípcio com a sociedade poderia gerar conflito de autoridade entre generais e soldados, pois muitos soldados recusariam atirar contra a população.

Depois de realizada a deposição de ambos os presidentes os dois grupos militares agiram de maneira completamente distinta. Os generais tunisianos nunca estiveram envolvidos em disputas políticas ao contrário do que sempre ocorreu no continente africano. Em virtude disso, o Exército da Tunísia rejeitou uma maior participação na vida política do país. Perto de ser deposto, Ben Ali tentou influenciar no futuro do país, indicando uma série de nomes para compor um governo provisório. Além de tentar tornar seu então Primeiro Ministro (Mohamed Ghannouchi⁴⁸) no novo

⁴⁸ Mohamed Ghannouchi atuou como Primeiro Ministro desde 1999. Depois de ver sua tentativa de assumir a presidência falhar, ele continua como Primeiro Ministro. Em fevereiro de 2007 em virtude de grandes pressões populares Ghannouchi decide renunciar ao cargo. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2011/feb/27/tunisian-prime-minister-ghannouchi-resigns>> Acesso em 08/04/2014.

presidente, o ditador tunisiano procurou indicar membros de seu partido para formar uma comissão responsável por organizar as próximas eleições. A tentativa de tornar Ghannouchi presidente dura apenas um dia, pois a ação foi declarada ilegal, o então presidente do parlamento (Fouad Mebazaâ) assume o posto interinamente.

A comissão composta por membros indicados por Ben Ali foi designada de Comissão Superior para Reforma Política, mas em virtude de uma intensa onda de protestos a comissão foi desfeita e deu lugar a *Haute instance pour la réalisation des objectifs de la révolution*, um órgão que refletia a pluralidade observada na Tunísia e que tinha por objetivo garantir uma transição democrática.

Do ponto de vista da geração de um consenso, o órgão é apontado por Stepan (2012) como um dos mais bem na história das transições democráticas. Essa nova entidade passou a vigorar desde março de 2011 e ficou conhecida como Comissão Bem Achour, em virtude da presidência ficar a cargo do ativista político Yadh Ben Achour. Um dos primeiros papéis da comissão foi criar um grupo de especialistas independentes que seriam responsáveis por montar o arcabouço eleitoral para a assembleia constituinte.

Se na Tunísia existiu um distanciamento entre o Exército e a política, no Egito a situação foi completamente diferente. Os generais egípcios sempre estiveram no poder e no pós-revolução buscavam manter esse status. Com a saída de Hosni Mubarak o Egito não foi governado por um líder civil, como na Tunísia, mas sim por uma junta militar denominada *Supreme Council of the Armed Forces* (SCAF)⁴⁹. A primeira reunião do conselho sobre a situação do Egito em 2011 ocorreu no dia 10 de Fevereiro, véspera da deposição de Mubarak. No dia 13 de Fevereiro o SCAF emite um comunicado afirmando acreditar que a democracia pluralista era a base para a legitimidade de qualquer futuro governo, mas que um regime de transição era necessário adotar algumas medidas para garantir o renascimento do povo egípcio. As nove medidas adotadas pelo SCAF foram: 1-Suspensão da constituição; 2-Governo transitório nas mãos do SCAF; 3-O presidente do conselho representa a entidade dentro e fora do país; 4- Dissolução do Parlamento; 5-Emissão de leis por parte do SCAF; 6-O premier Ahmed Mohamed Shafik continuaria no cargo até a formação de um novo

⁴⁹ O SCAF (Supreme Council of the Armed Forces) corresponde a junta militar responsável por promover a deposição do presidente Hosni Mubarak. A entidade é formada por um grupo de 23 conselheiros sendo Mohamed Hussein Tantawi o seu líder. O SCAF anunciou em 11 de fevereiro de 2011 que o presidente havia sido deposto e que eles governariam o país durante o período de transição. Fonte: <<http://goo.gl/WGnCPv>>e <<http://goo.gl/eEDu9I>>Acesso em 08/04/2014

governo; 7-Uma comissão irá apresentar emendas a constituição e caberá a população, por meio de um referendo, aprovar ou não; 8-Eleições para o parlamento e a presidência serão realizadas; 9-o SCAF se compromete a manter todos os acordos internacionais já firmados (algo fundamental para se manter a paz entre Egito e Israel). O SCAF elegeu o antigo Ministro da Defesa de Mubarak, o general Mohamed Hussein Tantawi, como seu presidente.

Nos comunicados enviados a nação o SCAF afirmava que em seis meses eleições seriam convocadas, entretanto no dia 13 de julho o presidente Tantawi vem a público anunciar um adiamento fato que despertou a ira da população. Ao contrário do que se observou na Tunísia a primeira eleição geral não foi para uma assembleia constituinte, mas sim para um parlamento. No dia 28 de novembro de 2011, a população pôde votar nas primeiras eleições consideradas livres e limpas desde que foi fundada a república. O grupo com maior número de assentos no parlamento foi a Irmandade Mulçumana que conseguiu obter 37% das cadeiras. A força da Irmandade também foi observada nas eleições presidenciais realizadas em 2012, quando Mohamed Morsi saiu vitorioso com 51,7% dos votos.

A força que a Irmandade Mulçumana demonstrou nas duas eleições criou um clima de desconfiança sobre quais seriam as reais intenções do grupo. Para os militares o receio era que a Irmandade tentasse minar a força do Exército na política do Egito. Por essa razão líderes do SCAF vieram a público no final de 2011⁵⁰ afirmar **o papel da junta militar como revisora da futura constituição**. Tal ato criou um ambiente de incerteza sobre a inclinação dos militares para repassar o poder a um membro ligado a Irmandade Mulçumana. Segundo Massoud (2011) existiriam cabimentos para essa dúvida, pois havia motivos políticos e econômicos para os generais tentarem a todo custo se manterem no poder. O motivo político seria o status do Exército que operava acima do controle civil e tinha para si uma imunidade política (no sentido de que não precisava prestar conta de suas ações). O orçamento do Exército, por exemplo, na visão dos militares deveria ser considerado um segredo de Estado e nem parlamentares nem presidentes deveriam tentar promover uma fiscalização. O motivo econômico era o fato de o Exército ser um dos maiores empresários do país, controlando setores cruciais para

⁵⁰ O general Mokhtar el-Mulla afirmou em 07 de dezembro de 2011, que o veredito final sobre a constituição não seria do Parlamento eleito, mas sim dos membros do SCAF. Disponível em:<<http://www.theguardian.com/world/2011/dec/07/egypt-military-final-say-constitution>>Acesso em 08/04/2014

a economia egípcia. Dependendo de que ações as autoridades eleitas pudessem tomar o Exército poderia perder importantes recursos econômicos.

Apesar das incertezas, Mohamed Morsi assume a presidência em 30 de Junho de 2012. Entre os principais desafios do seu mandato estavam melhorar a qualidade de vida da população, promulgar uma constituição aceita por todos os atores políticos e por fim lidar com o Exército que não parecia disposto a entregar facilmente o poder. Em 2012 o governo de Morsi promulga uma constituição envolta em diversas polêmicas. Para a oposição a constituição era proposta pela comissão constituinte era um caminho para a islamização e por isso a boicotou. A influência da Irmandade Muçumana, a incapacidade de resolver os problemas socioeconômicos levou uma multidão novamente as ruas, dessa vez contra o mandato de Morsi. Na noite de 03 de Julho de 2013, em um golpe orquestrado pelo Ministro da Defesa (o general Khalil Al-Sisi) Morsi é expulso da presidência e a constituição é suspensa. Em janeiro de 2014 o SCAF coloca para aprovação em referendo uma nova constituição para o Egito, a aprovação da constituição criada aos moldes do SCAF foi de 98%.

A próxima variável a ser descrita diz respeito ao perfil das constituições elaboradas no pós-revolução. As características da carta magna correspondem a um poderoso indicativo do que se esperar do Estado. Por essa razão a constituição deve ser levada em conta como uma variável independente a influenciar o processo de democratização. Na Tunísia e no Egito, o perfil da constituição é uma variável dependente de duas variáveis que já foram mencionadas: a relação entre civis e militares; e a relação entre muçumanos e secularistas. Na Tunísia a relação de tolerância entre religiosos e secularistas, associado à inexistência de conflitos entre civis e militares, fomentou o desenvolvimento de uma constituição progressista, baseada no consenso entre os principais atores políticos. No Egito, entretanto, o constante choque entre seguidores da Irmandade Muçumana e os secularistas gerou um conflito que se refletiu na assembleia constituinte e na constituição aprovada em 2012. A íntima associação dos militares com a política, por sua vez, produziu uma constituição que supervalorizava o papel do Exército.

Na Tunísia a comissão Ben Achour deliberou que a primeira eleição do país deveria ter o objetivo de formar uma constituinte, que teria também poder de parlamento. Eleições presidenciais seriam realizadas apenas depois que a constituição fosse aprovada. Para desenvolver o código eleitoral a ser utilizado nas eleições a comissão Ben Achour delegou a tarefa para a *Instance Supérieure Indépendante Pour*

Les Élections, órgão formado por 16 membros independentes. No Egito o SCAF foi o responsável pelas deliberações acerca da reforma política. Em março de 2011, depois ter suspenso a constituição de 1971, os militares desenvolvem uma série de emendas constitucionais para que novas eleições pudessem ser realizadas. As emendas produzidas pelos militares foram postas a aprovação por um referendo. Se na Tunísia a Comissão Ben Achour procurou desenvolver um consenso entre os diferentes atores político, no Egito as emendas minaram a formação de um consenso. Grupos organizados como a Irmandade Muçumana tinham desejo por eleições no curto espaço de tempo, por isso votaram em peso a favor do referendo. Já as camadas mais liberais da sociedade egípcia, que tinham iniciado os protestos que derrubaram Mubarak, desejam a formação de uma constituinte antes da eleição de qualquer presidente.

Com a aprovação do referendo, eleições parlamentares foram convocadas inicialmente para setembro, mas depois adiadas para novembro. O parlamento eleito tinha como obrigação indicar uma comissão responsável por moldar a nova constituição, em acordo teria ficado decidido que os membros da comissão deveriam ser cidadãos não vinculados a nenhum grupo político. Entretanto a Irmandade Muçumana utilizou a força de sua maioria parlamentar para indicar uma série de indivíduos com claras inclinações religiosas. Em paralelo a constituinte, os Egípcios voltaram às cabines de votação para indicar seu presidente, contrastando com o que se viu na Tunísia onde eleições presidenciais só ocorreriam depois de finalizada a constituinte.

Durante a constituinte, diversos membros deixaram seu posto em protestos a decisões unidirecionais de membros ligados a Irmandade Muçumana. Apesar da controvérsia a constituição foi finalizada pela comissão em novembro de 2012 e no mês seguinte foi posta a aprovação em um referendo. Com 63% dos votos a constituição foi aprovada, mas a taxa de participação do eleitorado foi considerada baixa, apenas 33% da população.



Figura 3: Em dezembro de 2012, a constituição finalizada em novembro foi levada a população para ser aprovada em um referendo. Na foto é possível ver a cédula de votação. Disponível em: <<http://goo.gl/T9oorW>>Acesso em 08/04/2014

A constituição Egípcia de 2012 apresenta determinados avanços ao promover a proteção ao cidadão contra torturas, decisões arbitrárias e algumas proteções econômicas. Apesar dessas melhorias, muito do texto constitucional não exibe os mesmos avanços. No Preâmbulo são descritos os princípios que nortearam a redação da Constituição. Um desses princípios é a ideia da democracia como um valor a ser seguido. Outro princípio descrito no preâmbulo e a dignidade da pessoa, mas, no texto que apresenta esse princípio é possível observar o papel secundário que a mulher ganha na constituição, sendo classificada apenas como as irmãs dos homens.

“The dignity of the person is equivalent to the dignity of the homeland. There is, moreover, no dignity for a homeland in which the woman does not enjoy dignity; for women are the sisters of men and partners with respect to national achievements and responsibilities” (SALEH, 2012. 3 pp).

Em relação à religião, a constituição de 2012 define em seu artigo 2º que a principal fonte de legislação é a Sharia. No artigo 4º a constituição ainda define a existência de um órgão superior e independente⁵¹, responsável por definir se os projetos de lei do Parlamento e do Executivo atendem aos princípios da Sharia.

Art. 4º-The noble Azhar is an independent Islamic institution of higher learning. It handles all its affairs without outside interference. It leads the call

⁵¹ De acordo com o artido 249º da Constituição de 2012, os princípios da lei islâmica (sharia) incluir elementos da jurisprudência islâmica (usul al-fiqh) e fontes confiáveis entre as escolas sunitas de pensamento (madhahib).

into Islam and assumes responsibility for religious studies and the Arabic language in Egypt and the world. **The Azhar's Body of Senior Scholars is to be consulted in matters pertaining to Islamic law.** (SALEH, 2012. 5 pp).

A indicação de um órgão consultivo como descrito na constituição de 2012, gerou intensa discórdia na sociedade egípcia. Membros da oposição prometiam boicotar o referendo. Nos dias das votações o boicote foi atendido e a participação do eleitorado ficou restrita a apenas 33% da população. Além da *Shariah* como fonte maior da legislação e do estabelecimento de um órgão consultivo, a constituição ainda procurou tornar crime qualquer desacato contra mensageiros e profetas do Islã (artigo 43°).

Em relação às outras religiões, a carta magna de 2012 é clara em argumentar que os judeus e cristãos tem em sua própria lei espiritual a fonte para regulação de sua vida pessoal. No artigo 43, o texto inicialmente procura afirmar que a liberdade de crença é inviolável. Contudo o texto descreve que a obrigação do Estado em garantir o direito de prática e o estabelecimento de locais de culto as religiões consideradas “*heavenly*” (celestiais): Judaísmo, Cristianismo e Islamismo. Outras religiões continuaram desprezadas pelo Estado.

Em relação ao papel dos militares a Constituição de 2012 não foi capaz de atenuar seus poderes. O orçamento militar (como descrito no artigo 197°) era de responsabilidade do conselho militar e não deveria passar por aprovação do parlamento. A constituinte tentou livrar civis de passarem por julgamento militar, entretanto em virtude de pressões do Exército, promulgaram o artigo 198° que afirmava que civis que tivessem realizado qualquer ato que prejudicasse as forças armadas seriam julgados por um tribunal militar.

Depois da queda de Mohamed Morsi, os militares voltaram assumir o poder no Egito e suspenderam a constituição de 2012. O SCAF decretou que uma nova constituição seria desenvolvida e depois colocada para aprovação através de um referendo. Em seu preâmbulo, a constituição de 2014 procurou revisar o papel secundário que a constituição de 2012 tinha demonstrado sobre as mulheres. Ao invés de serem rotuladas apenas como “as irmãs dos homens”, o preâmbulo de 2014 chama homens e mulher de “povo do Egito, soberanos em uma pátria soberana”. A constituição de 2014 reafirma que a *Shariah* corresponde a principal fonte de legislação do país, mas descartou o papel da Al-Azhar como revisor de leis, esse papel caberia agora a Suprema Corte Constitucional.

Em relação aos Direitos da Mulher, a constituição de 2014 afirma que homens e mulheres têm os mesmos direitos. As mulheres obtiveram o direito constitucional de concorrer a cargos no parlamento e no mais alto posto do executivo egípcio. A constituição ainda se compromete a garantir a proteção das mulheres contra todas as formas de violência. Se garantiu mais direitos as mulheres, a nova constituição não promoveu modificação no artigo sobre a liberdade de culto das outras religiões. Em seu artigo 74º a Constituição de 2014 ataca diretamente grupos como a Irmandade Mulçumana, proibindo sua atuação como partido político:

Art. 74- All citizens shall have the right to form political parties by notification as regulated by Law. No political activity may be practiced and no political parties may be formed on the basis of religion or discrimination based on sex, or origin, or on sectarian basis or geographic location. No activity that is hostile to democratic principles, secretive, or of military or quasi-military nature may be practiced. Political parties may not be dissolved except by virtue of a court judgment. (MANSOUR, 2014. 22 pp).

Ao proibir a participação de partidos baseados em uma plataforma religiosa os militares retiraram do jogo eleitoral seu principal concorrente que era a Irmandade Mulçumana. Facilitando assim, uma possível vitória eleitoral do seu pré-candidato, o general Abdul Fatah Saeed Hussein Khalil Al-Sisi. Além de enfraquecer seu maior rival os militares apresentaram artigos no texto da constituição que procurassem favorecê-los. O artigo, por exemplo, sobre os julgamentos militares de civis foi mantido no texto de 2014, apenas foi descrito quais seriam os motivos pelos quais o cidadão poderia ser julgado por um tribunal militar. O orçamento militar continuou como segredo de Estado e longe da apreciação dos parlamentares. Outro dispositivo que fortaleceu o poder do Exército foi o artigo 234º que estabeleceu o SCAF como órgão responsável pela aprovação do Ministro da Defesa durante os próximos dois mandatos presidenciais.

Se no Egito, as duas constituições beneficiaram ora os islamista, ora os militares, a constituição tunisiana conseguiu a proeza de ser consenso entre todos os principais atores políticos⁵². Em virtude de o processo eleitoral ter sido por representação proporcional, o partido vencedor (*Ennahda*) obteve apenas 41% dos assentos (caso a eleição tivesse sido por alguma regra majoritária o Ennahda teria obtido nove em cada 10 cadeiras). Por não conseguir a maioria, o partido islâmico fora

⁵² A constituição tunisiana foi aprovada por 200 dos 216 membros da assembleia constituinte. Apenas 12 constituintes foram contrários, 4 se abstiveram. Disponível em: <<http://goo.gl/mXGWwM>> Acesso em: 20/04/2014.

obrigado a formar uma coalizão para garantir a governabilidade. O deprimente final do governo islamista de Mohamed Morsi no Egito, também gerou incentivos para o Ennahda buscar a moderação. Graças ao acordo entre os diferentes atores políticos a constituição elaborada pode apresentar um perfil moderado. Em 26 de Janeiro de 2014, a constituição foi aprovada em votação na Assembleia Constituinte.

A carta Magna tunisiana foi saudada por diversas entidades como a mais progressista do mundo árabe⁵³. O país adotou o islamismo como religião oficial do país, mas garantiu liberdade de culto e proteção para qualquer religião, o texto ainda procura em seu artigo 6º garantir a neutralidade da religião:

“ Art. 6- The state is the guardian of religion. It guarantees freedom of conscience and belief, the free exercise of religious practices and the neutrality of mosques and places of worship from all partisan instrumentalisation.” (UNDP, 2014 7 pp).

Em relação as Direitos da Mulher, a constituição tunisiana de 2014 garante a igualdade de direitos civis e políticos para homens e mulheres. Na questão dos direitos eleitorais o artigo 34º garante uma cota de representação das mulheres. A constituição tunisiana ainda pode ser considerada progressista ao destinar o artigo 46º para abordar sobre os Direitos da Mulher.

Art. 46- **Women’s rights.** The state commits to protect women’s accrued rights and work to strengthen and develop those rights. The state guarantees the equality of opportunities between women and men to have access to all levels of responsibility in all domains. The state works to attain parity between women and men in elected Assemblies. The state shall take all necessary measures in order to eradicate violence against women (UNDP, 2014. 15 pp).

Em relação ao Exército a nova constituição tunisiana evitou atribuir maiores poderes, como observado no Egito. Em relação a julgamentos em tribunais militares, a constituição veta a participação de civis, apenas crimes militares podem ser julgados. Também inexistente qualquer dispositivo na Constituição da Tunísia que obrigue as autoridades eleitas a obterem aprovação do exército para legislar. No artigo 18º ao procurar explicar as atribuições das forças armadas, o texto constitucional tem o cuidado de deixar claro que os militares teriam a obrigação de manterem imparciais.

⁵³ Tunisia signs new constitution into law. Disponível em:< <http://goo.gl/d0reYp> >Acesso em: 20/04/2014.

A última das variáveis a exercer influência no processo de consolidação democrática é a característica do sistema eleitoral adotado. De acordo com Carey & Reynolds (2011) a questão de como eleger uma assembleia representativa consistiria em um dos maiores desafios no processo de democratização. Procurando entender qual melhor sistema eleitoral para países em processo de transição democrática, os dois autores elaboraram cinco critérios de avaliação: Inclusividade; Mínimas Distorções; Incentivos à Coalizão; Accountability Individual e Simplicidade⁵⁴.

Mediante os critérios supracitados é possível entender qual papel os sistemas eleitorais vão desempenhar no pós-revolução no Egito e na Tunísia. De acordo com Carey & Reynolds (2011) durante o governo de Mubarak o parlamento era composto por 518 membros. As eleições eram realizadas por distrito, sendo que para cada distrito, dois representantes eram eleitos. Do total de 518 assentos 64 deveriam ser destinados a mulheres, outros 10 assentos eram reservados para cristão, sendo que essas 10 vagas eram escolhidas pelo presidente. Existia ainda uma cota que obrigava que cada distrito deveria reservar uma vaga para camponeses e trabalhadores.

A complexidade das regras e o grande número de cotas, dificultava o entendimento sobre quem realmente eram os vencedores. As cotas para camponeses e trabalhadores eram muitas vezes utilizadas pelo governo de Mubarak como ferramenta de manipulação. Com a queda de Mubarak e a Ascensão do SCAF, modificações nas regras eleitorais foram produzidas. No tempo de Mubarak as cadeiras eram definidas em eleições distritais em sistema de dois rounds. Para as eleições parlamentares de 2011, os generais militares deliberaram que o parlamento teria 514 assentos sendo que 50% seriam eleitos em eleições distritais e 50% em eleições proporcionais⁵⁵. A cota para camponeses e trabalhadores, que existia desde o regime de Nasser permaneceu, sendo destinados agora 226 assentos. A cota de 64 cadeiras para o sexo feminino deixou de existir.

⁵⁴ Por **Inclusividade** os autores consideram a capacidade de envolver atores antes marginalizados no processo eleitoral. **Distorções mínimas:** pode ser compreendida como a tentativa de que os partidos tenham o número de assentos correspondentes a sua participação eleitoral. **Incentivos a coalizão:** diz respeito à capacidade dos diferentes atores políticos procurarem meios para atuarem juntos por objetivo específico. **Accountability individual:** a população deve ser capaz de responsabilizar governos por suas ações. **Simplicidade:** as regras eleitorais devem ser fáceis de fácil assimilação. Para saber mais sobre os critérios ver o artigo “The Impact of Election Systems” de Carey e Reynolds (2011).

⁵⁵ O modelo Eleitoral adotado no Egito é conhecido como Distritos Mistos com Formula Proporcional (DMP), esse modelo é adotado por países como Nova Zelândia e a Alemanha do Pós-Guerra. Nesse sistema uma parte das cadeiras é oriunda de representações majoritárias e outra de proporcionais, cada eleitor tem direito a dois votos, um para o candidato distrital e outro para a lista do partido LIJPHART (2008).

As alterações produzidas pelos militares tiveram grandes consequências para a composição do parlamento. Grupos organizados como os islamistas da Irmandade Mulçumana e membros do antigo governo levavam vantagens. Os mais desfavorecidos eram os jovens liberais que tinham iniciado os processos na Praça Tharir e as mulheres. Os jovens foram prejudicados, pois não tiveram tempo suficiente para se organizarem e formarem um grupo coeso. Já no caso das mulheres além da perda da cota de 64 assentos, elas ainda tinham que disputar em eleições proporcionais fechadas, o que diminuía as chances de serem eleitas, haja vista, que em uma sociedade paternalista dificilmente as mulheres se encontrariam na primeira colocação das chaves. Sendo assim, em partidos com poucos candidatos eleitos, as mulheres tinham raras chances de vencer.

Na Tunísia de Ben Ali, o Parlamento possuía 214 assentos, sendo 161 eleitos em distritos plurinominais e 53 eleitos nacionalmente. As eleições distritais ocorriam através de uma variante do sistema majoritário onde vários representantes são eleitos de uma vez só vez. Cada partido era responsável por indicar uma lista de candidatos e a lista com maior número de votos levava todas as cadeiras. As 53 vagas disputadas em uma eleição nacional eram realizadas sobre representação proporcional. Nesse formato o partido de Ben Ali tinha grande força nas eleições majoritárias e acaba obtendo mais de 75% do Parlamento. A oposição não tinha força no câmara e esse nunca fora o objetivo de Ben Ali, a participação de grupos opositores serviria apenas para transparecer a imagem de que o ditador aceitava preceitos democráticos.

Seguindo-se a deposição de Ben Ali, uma comissão independente foi criada com o intuito de produzir a lei eleitoral responsável pela escolha dos representantes da Assembleia Constituinte. A *Instance Supérieure Indépendante Pour Les Élections*, como foi chamada a entidade, promoveu grandes modificações no arcabouço eleitoral da Tunísia. As cadeiras que antes eram ocupadas seguindo a relação 75% majoritárias e 25% representação proporcionais, agora eram todas ocupadas através da representação proporcional, procurando assim produzir uma constituinte que fosse mais representativa da população. A entidade ainda decidiu criar meios para incentivar a participação das mulheres no cenário político, para isso 50% dos candidatos de cada partido deveriam ser ocupados por mulheres. O Modelo adotado acabou produzindo representação para pequenos grupos. O partido majoritário não tinha o controle de mais de 50% das cadeiras na constituinte e por essa razão fora obrigado a formar uma coalizão com outros partidos.

De acordo com Carey & Reynolds (2011), o sistema eleitoral na Tunísia consegue atender a todos os critérios levantados por eles, em contraste, praticamente nenhum critério foi atendido com o sistema eleitoral egípcio. Os autores ainda apontam uma superioridade das regras consensuais sobre as majoritárias ilustrando que durante os levantes observados no mundo árabe, os países que observaram maiores ondas de protestos apresentavam sistemas eleitorais onde regras majoritárias predominavam. Em relação à Tunísia e o Egito, os autores acreditam que a Tunísia se engajou em promover uma ruptura com o antigo sistema e promover uma melhor representação. Já o Egito ao mesclar regras proporcionais com elementos majoritários tem a intenção de promover a manutenção dos mesmos atores políticos que dominavam o país antes da revolução.

Contrariando a ideia da superioridade dos sistemas consensuais para países em democratização Meisburger (2012), argumenta que a democratização seria um processo e que diferentes estágios podem necessitar de sistemas diferentes. Para o autor a representação proporcional nos países do Oriente médio apenas potencializaria as clivagens já existentes na sociedade. Em sua ótica, enquanto a representação proporcional poderia incentivar o extremismo político, a adoção de regras majoritárias poderia produzir um centralismo moderado. Essa moderação seria em virtude da busca dos partidos pelo eleitor mediano. No Egito, por exemplo, o autor defende que a representação proporcional iria dar a maior parte das cadeiras a Irmandade Muçumana e que a oposição estaria completamente fragmentada.

Em resposta as ponderações de Meisburger (2012), Reynolds & Carey (2012) argumentam que a importância do sistema eleitoral no desenvolvimento constitucional de uma democracia emergente, seria a única questão que eles estariam de acordo com Meisburger. No mais, os autores argumentam que as críticas ao sistema proporcional e a defesa das regras majoritárias repousam em uma base teórica fraca. Para Reynolds & Carey (2012) a capacidade de responsabilização (que é melhor de ser vista em um sistema majoritário) é importante para a democracia, mas que em situações como as observadas no mundo árabe à proporcionalidade ganha maior importância. Um bom exemplo, diz respeito às eleições na Tunísia. Durante todo governo de Ben Ali o parlamento foi dominado por eleições majoritárias e nenhuma melhora democrática foi observada. Não é a toa que no pós-revolução o desejo consensual era abrigar regras que oferecessem uma maior representação a grupos tradicionalmente excluídos. Outro ponto a se levar em consideração no caso da Tunísia é o fato que se a eleição da constituinte fosse por regras majoritárias, a maior parte das cadeiras seriam ocupadas pelo Ennahda,

e sem a necessidade de formar coalizões a constituição não seria moderada, mas sim favorecendo uma visão islâmica (como observado na Constituição egípcia de 2012).

Reynolds & Carey (2012) ainda argumentam que Meisburger (2012) se contradiz nos seus próprios argumentos. Ao defender a inferioridade da representação proporcional o autor argumentaria que ela só serviria para países onde a política é estruturada em torno de ideologias coerentes, situação que não existiria no mundo árabe. Não obstante, para apresentar a superioridade dos modelos majoritários Meisburger lança mão da teoria do eleitor mediano, mas o teorema da mediana depende claramente da competição ao longo de uma dimensão ideológica. Reynolds & Carey (2012) terminam por finalizar suas críticas argumentando que evidências de diversas ondas democráticas ilustrariam que modelos majoritários podem ser problemáticos para países em transição e que representações proporcionais se não resolviam completamente o problema, era o melhor dos meios.

As conclusões de Reynolds & Carey (2012) encontram-se de acordo com os resultados apontados por Lijphart (2008) que ao avaliar 36 democracias, defende que modelos majoritários garantiriam melhor eficiência governamental, mas que isso não teria correspondência com a qualidade da democracia. O modelo consensual (que utiliza regras proporcionais) é defendido por Lijphart (2008) como um arquétipo superior na qualidade democrática por permitir uma maior representação das minorias, igualdade política e maior participação eleitoral.

Como fora apresentado, cinco variáveis independentes seriam responsáveis por influenciar no processo de consolidação democrática. Ao discorrer sobre essas variáveis foi possível perceber que em todas elas, a Tunísia apresentou melhores resultados que o Egito. Fato esse que acaba por corroborar a hipótese desse trabalho, onde foi afirmado que Egito e Tunísia apesar de terem iniciado a transição de regime juntos iriam percorrer caminhos distintos. Os resultados ainda encontram-se em consonância com o pensamento de Heydemann (2014):

Dos países que vivenciaram importantes movimentos de protesto em massa no começo de 2011, apenas a Tunísia parece ser capaz de produzir uma democracia consolidada em um futuro próximo. Em todos os demais casos, as transições revelaram a dificuldade de superar os persistentes legados institucionais e sociais do regime autoritário (HEYDEMANN, 2014. 25pp).

Mainwaring *et. al.*(2001) chegou a argumentar que uma verdadeira democracia representativa deve levar em consideração quatro princípios: 1- Chefes do

executivo e legislativos eleitos por eleições livres e limpas; 2-O voto deve ser extensivo a grande maioria da população adulta; 3- Garantia de liberdades civis e políticas a população; 4-Autoridades eleitas de fato governem. Se compararmos os dois regimes que iniciaram a primavera árabe apenas a Tunísia pode ser considerada uma democracia.

Em virtude do conjunto de motivos é razoável acreditar que a Tunísia irá seguir o caminho rumo a uma consolidação da sua imatura democracia. O Egito, por sua vez, irá permanecer em um estágio híbrido que combinará pressupostos democráticos com valores autocráticos.

CONCLUSÃO

O ano de 1974 foi marcado pela Revolução dos Cravos em Portugal, movimento esse que culminou com a deposição do ditador Marcelo Caetano. De acordo com Samuel Huntington, a Revolução dos Cravos inaugurou a última das ondas democráticas, a chamada Terceira Onda. Se espalhando inicialmente por Grécia e Espanha a terceira onda atingiu a América Latina no final da década de 70. Equador, Argentina e Brasil são alguns exemplos de países latinos, democratizados durante a terceira onda.

Ainda que tenha perdurado por 17 anos (entre 1974 até 1991), a Terceira Onda observou um maior número de democratizações em dois momentos distintos: nos anos iniciais e finais. Nos primeiros anos o processo de transição democrática atingiu alguns países europeus, a América Latina e a países da região do pacífico. No final de 1989 a derrocada do modelo comunista, incentivou uma série de mudanças de regime em diversos países do leste europeu. Ao final da Terceira Onda, elevou consideravelmente o número de Estados nacionais que adotam o modelo democrático.

Apesar da Terceira Onda ser um fenômeno de alcance global a região do Oriente Médio e Norte da África parecia estar imune ao processo de democratização. As duas exceções foram os Estados de Israel e Líbano. Os dois únicos Estados da região que já tiveram experiência democrática. Ambos foram democratizados durante a segunda onda, sendo que apenas Israel permanece democrático.

A frágil democracia libanesa e a ausência de outros exemplos entre os países árabes da região levantaram questionamentos entre estudiosos do tema sobre os motivos que tornaram esses países imunes a “democratização”. Autores como Elie Kedourie e o próprio Huntington chegaram a argumentar que a religião Islâmica poderia representar um obstáculo à implementação da democracia nesses países. Tal teoria foi refutada por autores como Fared Zakaria e Larry Diamond. Este último, por exemplo, destaca que a lacuna democrática não seria nos países islâmicos, mas sim nos países árabes.

No intuito de explicar a ausência dos países árabes na Terceira Onda, o presente trabalho procurou inicialmente entender quais os mecanismos causais responsáveis por fomentar o processo de transição de regime nos países que participaram da terceira onda. Nossa hipótese era que os países árabes não se democratizaram durante essa vaga democrática, pelo simples fato de que nessas regiões os mecanismos causais não foram observados. De acordo com Huntington (1994), cinco

fatores seriam os responsáveis por desencadear as transições de regime: declínio da legitimidade; desenvolvimento macroeconômico; modificações na doutrina religiosa; efeito bola de neve e por fim, mudança política de atores externos.

A partir da análise aprofundada sobre os países árabes durante os anos de 1974-1991, foi possível constatar que apenas uma dessas condições se fazia presente: o desenvolvimento macroeconômico. Países exportadores de petróleo apresentavam um PIB *per capita* compatível com países com longevas democracias, outros países como Tunísia e Argélia, apresentavam um PIB *per capita* compatível com a dos países em transição democrática. Ainda assim, utilizando o argumento de Larry Diamond o problema não seria a renda que nos países produtores de petróleo não seria problema, mas a sim a sua distribuição desigual. Przeworski e Limongi ainda argumentaram que nesses países os ditadores tinham melhores condições para tentar se perpetuar no poder. A ausência dos mecanismos causais nos países dessa região foi por nós definida como a resposta para a ausência de democracia no mundo árabe durante a terceira onda.

A contínua presença de autocracias no mundo árabe promoveu ideia de estabilidade desses regimes, teoria que perdurou até os primeiros anos do século XXI. Em 2010, uma rebelião deflagrada na Tunísia se generaliza por toda a região do Oriente Médio e Norte da África e acaba por promover a ruptura com o paradigma da estabilidade autocrática no mundo árabe. As inesperadas transições de regime observadas no mundo árabe incitaram comparações com os países democratizados durante a terceira onda. A partir dessas comparações perguntas como Quais os motivos que incitaram a democracia nesses países, por que só em 2010/2011 e não durante a terceira onda, passaram a ser parte do debate sobre os processos de transição democrática na região.

Sobre essa questão a hipótese por nós levantada era que os países árabes que promoveram a transição de regime entre 2010/2011 tinham finalmente atingido as condições propostas por Samuel Huntington para a Terceira Onda. Como foi possível constatar, entre os cinco mecanismos causais descritos por Huntington, apenas a mudança de doutrina religiosa não se fez presente. A presença de quatro dos cinco mecanismos causais, descritos por Huntington, nos países participantes da Primavera Árabe explica não apenas o porquê desses países terem realizado transições de regime, mas também por que esse fenômeno ocorreu tardiamente na região.

A chamada Primavera Árabe promoveu uma mistura de sentimentos sobre o futuro dos países que dela fizeram parte. Passada a euforia inicial, atualmente se

observa que um descompasso entre as expectativas iniciais, geradas pelos levantes populares, com o curso dos regimes pós-primavera árabe. Alguns especialistas como Roy (2013), Stepan (2012) apresentaram uma visão mais positiva e esperançosa do processo enquanto que autores como Fradkin (2013) se mantêm pessimistas.

Em relação ao Egito e a Tunísia, os dois países promoveram uma ruptura com os regimes ditatoriais que os governavam, na mesma época. Nas eleições pós-revolução, os dois países tiveram como vencedores grupos políticos de orientação islâmica. Apesar dessas semelhanças a hipótese que norteia esse trabalho é que ambos os países vão seguir caminhos distintos. Onde a Tunísia caminhará para uma consolidação democrática e o Egito irá se estagnar em um estágio híbrido de semidemocracia.

Para procurar responder a hipótese supracitada o trabalho lançou mão de cinco variáveis independentes que acreditamos serem responsáveis por influenciar na consolidação democrática (nossa variável dependente). As cinco variáveis independentes utilizadas foram: Indicadores socioeconômicos; perfil das novas constituições; característica dos movimentos islâmicos; relações civil-militares e sistema eleitoral.

Ao comparar os resultados obtidos de cada uma das variáveis para os dois países foi possível constatar que na Tunísia, todas as variáveis independentes descritas como responsáveis por garantir a consolidação democrática, encontram-se favoravelmente estabelecidas. O que nos leva a concluir que o país irá seguir um processo de amadurecimento de sua incipiente democracia. Em contraste, em praticamente todas as variáveis independentes avaliadas, o Egito encontra obstáculos a sua consolidação democrática, o que nos leva a acreditar que o país deverá se estagnar em um estágio híbrido entre o autoritarismo e a democracia.

REFERÊNCIAS

AL JAZEERA. **Tunisia signs new constitution into law.** Disponível em:<
<http://goo.gl/d0reYp> >Acesso em: 20/04/2014.

ANDERSON, L. **Desmistificando a Primavera Árabe – Analisando as Diferenças entre a Tunísia, o Egito e a Líbia.** Política Externa. vol 20 no 1 jun/jul/ago. 2011

ANDERSON, P. On the Concatenation in the Arab World. *New Left Review*, 2011.

ARENDT, H.. **Entre o Passado e o Futuro.** S. P. Perspectiva. 1978.

BARANY, Z. **Comparing the Arab Revolts: The Role of the Military.** *Journal of Democracy*. Vol. 22. Nº4, 24-35pp. Out-2011

BBC NEWS. **Egyptian man dies after setting himself alight.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12214090> Acesso em 12/04/2014

BIJOS, L.; SILVA, P.A. **Análise da Primavera Árabe: um estudo de caso sobre a revolução Jovem no egito.** Disponível em: < <http://goo.gl/T4VHTf> > Acesso em: 19/03/2014.

BOTELHO, T. **Os Estados Unidos e a Primavera Árabe. Relações Internacionais.** Nº 30 Lisboa. Jun-2011 Disponível em: <<http://goo.gl/PJRzhM>>Acesso em: 19/02/2014

BRUMBERG, D. **Democratization in the Arab World? The Trap of Liberalized Autocracy.** *Journal of Democracy*. Vol 13. Dez. 2002.

CAREY, J; REYNOLDS, A. **Comparing the Arab Revolts: The Impact of Election Systems.** *Journal of Democracy*. Vol. 22. Nº 4, 36-47pp. Out-2011.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política.** 4. ed. Campinas: Papirus.1994

CARTA CAPITAL.**Liga Árabe impõe sanções econômicas severas à Síria.** Disponível em:< <http://goo.gl/BlGgnm>>Acesso: 13/02/2014

CHEREM, Y. **Identidade E Política Externa Libanesa.** Monografia apresentada no Curso de Relações Internacionais Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientador: Onofre dos Santos Filho. 2003

Chrisafis, A; Black, I.(2011). **Zine al-Abidine Ben Ali forced to flee Tunisia as protesters claim victory.** *The Guardian* Nº Disponível em<<http://www.theguardi> > Acesso em 12/04/2014

DAHL,R. **Poliarquia.** São Paulo: Edusp. 1997.

DIAMOND L. **Books in Review: The Illusion of Liberal Autocracy.** Journal of Democracy. Vol. 4 4ed. 167-171 pp. 2003

DIAMOND, L. **Why Are There No Arab Democracies?** Journal of Democracy, Vol. 21, Nº 1, Janeiro de 2010.

FAO Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Preço dos Commodities** Disponível em: <<http://www.fao.org/statistics/en/>> Acesso em: 12/03/2014.

FILALI-ANSARY, A. **As Linguagens das Revoluções Árabes.** Journal of Democracy em Português. Vol. 1. Nº2-2012

FLEATHER, H. **Jamaat al-Islamiyya.** Disponível em:<<http://www.cfr.org/egypt/jamaat-al-islamiyya/p9156>> Acesso em: 12/03/2014.

FRADIKIN, H. **Democracia Árabe ou Revolução Islâmica?** Journal of Democracy em Português. Vol. 2. Nº1, 2013.

FREEDOM HOUSE, “**Freedom on the Net: A Global Assessment of Internet and Digital Media,**” 1 April 2009, 34; Disponível em: www.freedomhouse.org. Acesso em 09/12/2013

FREEDOM HOUSE. **Índice de Liberdade.** Disponível em: <<http://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2014#.UuMwgBC5ddg>> Acesso em 09/12/2014.

FREEDOM HOUSE. **Liberdade de Imprensa.** Disponível em: <http://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2014#.UuMwgBC5ddg> Acesso em 26/2/2013

GALL. C. **Three Years After Uprising, Tunisia Approves ConstitutioNº** The New York Times. Disponível em:<<http://goo.gl/f7SzyK>> Acesso em: 20/04/2014

GAMA NETO, RB. **Minimalismo shumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional.** Revista de Sociologia e Política, Vol. 19, Nº 38, pp.27-41. 2011.

GHALIOUN, B. **The Persistence of Arab Authoritarianism.** Journal of Democracy. Vol. 15. Nº 4 126-132. Washington, DC. 2004

HABERMAS,J. **Direito E Democracia: Entre Facticidade E Validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HEYDEMANN, S. **Síria e o Futuro do Autoritarismo.** Journal Of Democracy em Português. Volume 3, Número 1, Maio de 2014. Disponível em: <http://goo.gl/blc2qT> Acesso:27/05/2014

HOWARD, P.Nº ; HUSSAIN, M.M. **The Role of Digital Media.** Journal of Democracy. Vol. 22 Nº 3. Jul. Washington, DC. 2011.

HUNTINGTON, S. **A Terceira Onda de Democratização.** São Paulo:Editora Ática.1994

HUNTINGTON, S. **The Clash of Civilizations?** Foreign Affair 73(3):22-49-1993 Disponível em: <<http://goo.gl/WyqNki> > Acesso em 22/12/2013

IKHWANWEB. Disponível em: < <http://www.ikhwanonline.com> >Acesso em: 22/03/2014.

IKHWANWEB.. **Muslim Brotherhood Statement Denouncing UN Women Declaration for Violating Sharia Principles.** Disponível em: <http://www.ikhwanweb.com/article.php?id=30731> Acesso em: 19/03/2014

ISRAEL. **The Camp David Accords.** Disponível em: < <http://muqtafi.birzeit.edu/InterDocs/images/284.pdf>> Acesso em: 10/03/2014.

ITU-INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. Disponível em:< <http://www.itu.int/en/> >Acesso em: 12/03/2014

UNDP (2014). **Tunisia Constitution 2014** Disponível em:< <http://goo.gl/nK0Km0> > Acesso em: 9/04/2014

JOFFÉ G (2011) **A Primavera Árabe no Norte de África-origens e perspectivas de futuro.** Relações Internacionais JUNHO : 2011

JONES, B.; CULLINANE, S. **What is the Muslim Brotherhood?** Disponível em: <http://goo.gl/HoYmZX> Acesso em: 24/03/2014

KABBANI, S.M.H. **What is a fatwa?** Disponível em: <http://www.islamicsupremecouncil.org/understanding-islam/legal-rulings/44-what-is-a-fatwa.html>. Acesso:

KASHEFI, M.M. (2013). **The “Arab Spring” and its Theoretical Significance: Samuel Huntington’s Theory, “The Clash of Civilizations,” Revisited.** Societies Without Borders 8:2 (2013) 178-204

KEDOURIE, E. **Democracy and Arab Political Culture. 1992.** The Washington Institute for Near East Policy. Washington DC.

KUPCHAN, C.A. **Illiberal Illusions: Restoring Democracy's Good Name. Foreign Affairs.** Disponível em: < <http://goo.gl/f3a9ho>> Acesso: 06/02/2014

LEVINE, D ; MOLINA, J. “ **Evaluating the Quality of Democracy in Latin America**” in Levine, D. and Molina, J. (eds.). The Quality of Democracy in Latin America. Boulder: Lynne Rienner. 2011

LEVITSKY, S ; WAY, L. **Competitive Authoritarianism—hybrid regimes after the Cold War**. Cabridge: Cambridge University Press,pp. 3-83. 2010

LIJPHART, A. **Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Tradução: Roberto Franco. Civilização Brasileira. 2 ed. 2008.

LIPSET, S.M.**O Homem Político**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1967

LOBOD, L. **The Thought Of Sayyid Qutb**. Charles E. Parton Award. 2004.

LUSA. **Ennahda vence eleições para Constituinte com 41,47%**. DN GLOBO. Disponível em:< <http://goo.gl/N6Ym2t> >Acesso em: 22/03/2014.

MAINWARING, S; BRINKS, D; PÉREZ-LIÑÁN, A. **Classificando Regimes Políticos na América Latina**. Dados, Vol. 44, Nº. 4. 2001

MANIN, B. **Principles Of Representative Democracy**. Cambridge University Press. 2007.

MANSOUR, A. Constitution of Arab Republic of Egypt 2014. Disponível em:< <http://www.sis.gov.eg/Newvvr/Dustor-en001.pdf> > Acesso em: 9/04/2014

MASOUD, T. **The Upheavals in Egypt and Tunisia: The Road to (and from) Liberation Square**. Journal of Democracy. Vol. 22 Nº3 20-34. Jul-2011. Disponível em:<<http://goo.gl/CfIKIQ>> Acesso em:19/02/2014

MEISBURGER, T.M. **Debating Electoral Systems: Getting Majoritarianism Right**. Journal of Democracy. Vol. 23. Nº1. 155-163pp. 2012.

MØLLER, J. ; SKAANING S.E.**The Third Wave: Inside the Numbers**. Journal of Democracy Vol. 24, Number 4, pp. 97-109. Out-2013

MOORE JR, B, (1983), **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes. 1983

MUGRABY, M. **Some Impediments to the Rule of Law in the Middle East and Beyond**. Fordham International Law Journal. Vol. 26. 2002.

NARS, V. **The Rise of ‘Muslim Democracy**. Journal of Democracy. Vol 16. Nº2 13–27. Washington, DC. 2011.

NASSER, S.H. **DIREITO ISLÂMICO E DIREITO INTERNACIONAL:**

O’DONNELL, G. **Acerca de varias accountabilities y sus interrelaciones** ibid., pp. 87-102.2002

O’DONNELL, G. **Why the rule of law matters** in Diamond, Larry and Leonardo Morlino (eds.). **Assessing the Quality of Democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, pp 3-17.2005

O'DONNELL, G. **El Estado Burocrático Autoritario**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano (1982).

OIFI, M.E. **O efeito Al Jazeera**. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=936> > Acesso em: 19/02/2014

OS TERMOS DE UMA RELAÇÃO. REVISTA DIREITO GV, SÃO PAULO 8(2) | P. 725-744 | JUL-DEZ. 2012.

OURO-PRETO, A.C. **Movimentos contra o autoritarismo**. Política Externa. vol 20 no 1 jun/jul/ago. 2011

PAUL VI. **Declaration On Religious Freedom Dignitatis Humanae On The Right Of The Person And Of Communities To Social And Civil Freedom In Matters Religious** 1965 apud Thomas Aquinas College Catholics in the Next America” Napa, California July 26, 2012

PRZEWORSKI, A. **Minimalist Conception Of Democracy: A Defense**. In: SHAPIRO, L; HACKER-CORDÓN, C. (orgs.). Democracy's value. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M.E.; CHEIBUB, J.A.; LIMONGI, F. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-being in the World, 1950-1990**. New York: Cambridge University Press. 2000

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. **Modernization: Theories and Facts**. World Politics, Vol. 49, No. 2 (Janº, 1997), pp. 155-183

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2008

RENNÓ LR *et al.* **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP.

REYNOLDS, A; CAREY, J. **Debating Electoral Systems: Getting Elections Wrong**. Journal of Democracy. Vol. 23. Nº 1, 164-168pp. Jan-2012.

RICHARD, G; MONTEIRO, J.R. **Legitimidade Política Em Novas Democracias**. Opinião Pública, Campinas, Vol IX, Nº 1, pp. 01-43

ROY, **Não Haverá uma Revolução Islâmica**. Journal of Democracy em Português. Vol. 2. Nº1, 2013.

RYAN, Y. **How Tunisia's revolution began**. Al Jazeera. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/01/2011126121815985483.html>
Acesso: 05/01/2014

RYAN, Y. **How Tunisia's revolution began** Al Jazeera. Disponível em: <
<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/08/201381711438478739.html>>

Acesso em: 22/03/2014.

RYAN, Y. **The tragic life of a street vendor**. Al Jazeera. Disponível em:
<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/01/201111684242518839.html> Acesso:

05/01/2014

SALEH, N. **Constitution of Egypt 2012**. Disponível em:<
<http://niviensaleh.info/constitution-egypt-2012-translation/>> Acesso em: 9/04/2014

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo E Democracia**. Rio de Janeiro:
Jorge Zahar, 1984.

SECURITY COUNCIL-ONU. **Security Council Approves 'No-Fly Zone' Over Libya, Authorizing 'All Necessary Measures' To Protect Civilians, By Vote Of 10 In Favour With 5 Abstentions**. Disponível em< <http://goo.gl/yhdrUX>> Acesso em: 23/04/2014.

SHAHZAD, S.S. **Takfirism: A Messianic Ideology** Disponível em:
<http://mondediplo.com/2007/07/03takfirism> Acesso:

SHARIAH. Disponível em:< <http://www.al-islam.org/library/laws-worship>>. Acesso em: 19/04/2014.

SHEHATA, D. et. al. **Mapping Islamic Actors In Egypt**. Disponível em:
<<http://media.leidenuniv.nl/legacy/mapping-islamic-actors---version-2.2.pdf>> Acesso em: 16/03/2014

SHENKER, J. **Egypt's military will have final say on country's new constitution** The Guardian Disponível em:<<http://goo.gl/X5qIkx>> Acesso em: 08/04/2014

SILVERMAN, D. **The Arab Military in the Arab Spring: Agent of Continuity of Change? A Comparative Analysis of Tunisia, Egypt, Libya, and Syria**. Disponível em: <http://goo.gl/xR7pBO> Acesso: 27/05/2014

STEPAN, A. **A Transição na Tunísia e a Mútua Tolerância**. Journal of Democracy em Português. Vol. 1. Nº2-2012

SCHIMIDT, P.; SANTOS, J.L. **O Pensamento Epistemológico de Karl Popper**. ConTexto. Porto Alegre-RS. V7. 2007

STEPAN, A. **Tunisia's Transition and the Twin Tolerations**. Journal of Democracy, Vol. 23, Nº 2, Abril-2012

STEPAN, A.C.; ROBERTSON, G.B. **An "Arab" More Than a "Muslim" Democracy Gap.** *Journal of Democracy* [Vol.14, Nº3, Jul-2003.](#)

STEPAN, A.C.; ROBERTSON, G.B. **Arab, Not Muslim, Exceptionalism.** *Journal of Democracy* [Vol. 15, Nº 4, Out- 2004.](#)

TAYLOR, C. **A dinâmica da Exclusão Democrática.** *Journal of Democracy* Vol. 9, Nº 4. pp 143-156. 1998

THE ECONOMIST. **Democracy Index.** Disponível em:<http://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-press#.Uvz9xPldVj0> Acesso em: 12/03/2014

THE ECONOMIST. **The Arab spring Has it failed?** Disponível em:<<http://goo.gl/fhrzqR>>. Acesso em 03/12/2013.

The Middle East and North Africa (MENA).Disponível em:<<http://goo.gl/s4DMNs>>Acesso em 19/12/2013

THE NEW YORK TIMES. **The Leaders of the Egyptian Military Council.** Disponível em:< <http://goo.gl/mSb2eB> >Acesso em: 08/04/2014

TUNISIA ALIVE. **Beji Caid Essebsi.** Disponível em:< <http://www.tunisia-live.net/whoswho/beji-caid-essebsi-2/>> Acesso em: 12/04/2014

UNCTAD **Banco de Dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.** Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/> Acesso em 19/01/2014

UNESCO. Disponível em: <<http://stats.uis.unesco.org/> >Acesso em: 15/03/2014.

VAN EVERA, S. **Guide To Methods For Students Of Political Science.** Cornell University Press. Ithaca, New York. 1997.

VON-ROHR, M. **The Fruits of Mohamed: The Small Tunisian Town that Sparked the Arab RevolutioN°** Spiegel Online Internacional. Disponível em:<http://www.spiegel.de/international/world/the-fruits-of-mohamed-the-small-tunisian-town-that-sparked-the-arab-revolution-a-751278.html> Acesso: 05/01/2014

WIKILEAKS **Troubled tunisia: what should we do?** Disponível em:<http://wikileaks.ch/cable/2009/07/09TUNIS492.html> Acesso em: 19/02/2014

WIKIPEDIA EN° **Mohamed Ghannouchi.** Disponível em:<http://en°wikipedia.org/wiki/Mohamed_Ghannouchi#cite_ref-allbusiness_minister_6-0> Acesso em 12/04/2014

WIKIPEDIA FR. **Fouad Mebazaa.** Disponível em:
<[http://fr.wikipedia.org/wiki/Fouad Mebazaa](http://fr.wikipedia.org/wiki/Fouad_Mebazaa)> Acesso em: 12/04/2014

WILSHER, K. **Tunisian prime minister Mohamed Ghannouchi resigns amid unrest.** The Guardian^o Paris. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/7uiNZF>> Acesso em: 19/02/2014

WILSHER, K. **Tunisian prime minister Mohamed Ghannouchi resigns amid unrest.** The Guardian^o Disponível em:<<http://goo.gl/tCGkTx>> Acesso em: 08/04/2014

WITTES, T.C. **Three kinds of movements.** Journal of Democracy Vol. 19, Number 3 July 2008 Washington, DC.

WORLD DATA BANK. . Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/>> Acesso em: 12/03/2014

YOM, S.L.; GAUSE III, G. (2012). **Resilient Royals: How Arab Monarchies Hang ON^o** Journal Of Democracy. Vol. 23. N^o 4. 77-88. Out-2012.

ZAKARIA, F. **‘The Rise of Illiberal Democracies’**, Foreign Affairs Vol. 76, N^o 02, pp. 22 – 43.1997

ZAKARIA, F.(2003) **O Futuro da Liberdade: A Democracia Liberal nos Estados Unidos e no Mundo.** Gradiva. 272pp. 2003

ANEXO

Muslim Brotherhood Statement Denouncing UN Women Declaration for Violating Sharia Principles

Muslim Brotherhood slams proposed UN CSW document which contradicts principles of Islam and destroys family life and entire society.

The 57th session of the UN Commission on the Status of Women (CSW), taking place from March 4 to 15 at UN headquarters, seeks to ratify a declaration euphemistically entitled 'End Violence against Women'.

That title, however, is misleading and deceptive. The document includes articles that contradict established principles of Islam, undermine Islamic ethics and destroy the family, the basic building block of society, according to the Egyptian Constitution.

This declaration, if ratified, would lead to complete disintegration of society, and would certainly be the final step in the intellectual and cultural invasion of Muslim countries, eliminating the moral specificity that helps preserve cohesion of Islamic societies.

A closer look at these articles reveals what decadence awaits our world, if we sign this document:

1. Granting girls full sexual freedom, as well as the freedom to decide their own gender and the gender of their partners (ie, choose to have normal or homo- sexual relationships), while raising the age of marriage.

2. Providing contraceptives for adolescent girls and training them to use those, while legalizing abortion to get rid of unwanted pregnancies, in the name of sexual and reproductive rights.

3. Granting equal rights to adulterous wives and illegitimate sons resulting from adulterous relationships.

4. Granting equal rights to homosexuals, and providing protection and respect for prostitutes.

5. Giving wives full rights to file legal complaints against husbands accusing them of rape or sexual harassment, obliging competent authorities to deal husbands punishments similar to those prescribed for raping or sexually harassing a stranger.

6. Equal inheritance (between men and women).

7. Replacing guardianship with partnership, and full sharing of roles within the family between men and women such as: spending, child care and home chores.

8. Full equality in marriage legislation such as: allowing Muslim women to marry non-Muslim men, and abolition of polygamy, dowry, men taking charge of family spending, etc.

9. Removing the authority of divorce from husbands and placing it in the hands of judges, and sharing all property after divorce.

10. Cancelling the need for a husband's consent in matters like: travel, work, or use of contraception.

These are destructive tools meant to undermine the family as an important institution; they would subvert the entire society, and drag it to pre-Islamic ignorance. The Muslim Brotherhood urges the leaders of Muslim countries and their UN representatives to reject and condemn this document, and to call upon this organization to rise to the high morals and principles of family relations prescribed by Islam. The Muslim Brotherhood also calls on Al-Azhar (the highest seat of learning for Muslims) to take the lead, condemn this declaration, and state clearly the Islamic viewpoint with regard to all details of this document. Further, we urge all Islamic groups and associations to take a decisive stand on this document and similar declarations.

In conclusion, we call on women's organizations to commit to their religion and morals of their communities and the foundations of good social life and not be deceived with misleading calls to decadent modernization and paths of subversive immorality.

God Almighty says: "God wants to forgive you, but those who follow whims and desires want you to deviate far away from the Path). {Quran 4 : 27}

The Muslim Brotherhood
Cairo: March 13, 2013

Disponível em: <http://www.ikhwanweb.com/article.php?id=30731> Acesso:

26/04/2014